

O MOBILIÁRIO URBANO NA ATIVAÇÃO DOS ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS

um estudo de caso do Parque Parahyba I, João Pessoa/PB



Ana Beatriz Ribeiro Batista

Orientador: José Augusto Ribeiro da Silveira

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – UFPB
CENTRO DE TECNOLOGIA
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

O MOBILIÁRIO URBANO NA ATIVAÇÃO DOS ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS

um estudo de caso do Parque Parahyba I, João Pessoa/PB

Ana Beatriz Ribeiro Batista

Autora

Prof. Dr. José Augusto Ribeiro da Silveira

Orientador

Profa. Dra. Ana Laura Rosas Brito

Coorientadora

João Pessoa,
Setembro de 2019

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

B333m Batista, Ana Beatriz Ribeiro.

O mobiliário urbano na ativação dos espaços livres públicos : um estudo de caso do Parque Parahyba I / Ana Beatriz Ribeiro Batista. - João Pessoa, 2019.
126 f. : il.

Orientação: José Augusto Ribeiro da Silveira.
Coorientação: Ana Laura Rosas Brito.
Monografia (Graduação) - UFPB/CT.

1. Ativação. 2. Espaços livres públicos. 3. Intervenção de pequena escala. 4. Mobiliário urbano. I. Silveira, José Augusto Ribeiro da. II. Brito, Ana Laura Rosas. III. Título.

UFPB/BC

Autora:

Ana Beatriz Ribeiro Batista

Orientador:

Dr. José Augusto Ribeiro da Silveira

Coorientadora:

Dra. Ana Laura Rosas Brito

Colaboradores:

Ma. Juliana Cláudia Bezerra Campos

Larissa Ellen Oliveira de Lima

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. José Augusto Ribeiro da Silveira
Orientador

Prof. Ma. Lizia Agra Villarim
Examinadora

Prof. Me. Dimitri Costa Castor
Examinador

Prof. Dra. Ana Laura Rosas Brito
Examinadora externa (convidada)

Ana Beatriz Ribeiro Batista
Autora

O MOBILIÁRIO URBANO NA ATIVAÇÃO DOS ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS

um estudo de caso do Parque Parahyba I, João Pessoa/PB

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito para
obtenção do título de bacharel em
Arquitetura e Urbanismo pela Universidade
Federal da Paraíba – UFPB.

Prof. Dr. José Augusto Ribeiro da Silveira
Orientador

Prof. Dra. Ana Laura Rosas Brito
Coorientadora

João Pessoa,
Setembro de 2019

Agradecimentos

Inúmeros são aqueles que diretamente ou indiretamente me ajudaram em alguma(s) etapa(s) deste trabalho, permitindo a viabilidade desta pesquisa. Eu não poderia deixar de registrar a minha gratidão por tudo! Dentre os quais, quero destacar:

A Deus, primeiramente, por permitir a conclusão deste ciclo e por ter colocado tantas pessoas boas no meu caminho, que me ajudaram durante esta trajetória.

A minha mãe, pelo seu amor incondicional e pela força de seguir em frente tantas vezes, diante dos obstáculos e dificuldades de se fazer um curso tão exaustivo estando longe da ternura da família e do seu abraço.

Aos meus irmãos, especialmente ao Danilo (meu querido “Daniel”) que além do companheirismo, me deu todo o estímulo e suporte nos momentos mais difíceis.

A todos os professores do DAU da UFPB pelas lições e ensinamentos que irei carregar ao longo da minha vida profissional, especialmente ao meu orientador, o professor José Augusto, a quem tenho grande estima e gratidão pela oportunidade de me encaminhar à pesquisa acadêmica e conduzir a minha trajetória na área.

A queridíssima professora Ana Laura Rosas, uma das maiores responsáveis pelo encetamento e condução deste certame, me apresentou a este tema e me deu a confiança e a oportunidade de trazê-lo para o meu TCC, prestando-se a me orientar sempre de forma muito solícita.

As mestrandas Larissa Ellen, pela parceria e solidariedade nos levantamentos em campo, que requereu muito fôlego e disposição; e Juliana Cláudia pela ajuda nas correções e leituras da pesquisa, permitindo a compreensão do texto de forma sintética.

E não menos importante, aos meus amigos do curso Luiz, Rayssa, Giulan e Tainá, pelas risadas, companheirismo e todos os momentos e trocas compartilhados ao longo dessa jornada de cinco anos.



O mobiliário urbano na ativação dos espaços livres públicos

Um estudo de caso do Parque Parahyba I, João Pessoa/ PB

“A maior atração de uma cidade é a qualidade de vida de seus moradores.”

(Jaime Lerner)

Resumo

No contexto urbano contemporâneo, é possível observar em muitas cidades Ocidentais transformações nos espaços livres públicos considerados sem “vitalidade urbana”, transformações essas provocadas por intervenções pontuais de pequena escala, mediante mobiliário, que produz melhorias significativas, como a atração de pessoas a esses lugares, (re)ativando estes espaços. Assim, esta pesquisa foca na relação do mobiliário de um parque urbano da cidade de João Pessoa-PB com os seus usuários, buscando entender o nível de ativação deste local, levando em conta a hipótese de que existem três níveis de ativação que vão do superficial ao profundo. Tomando o Parque Parahyba I como estudo de caso, nesta pesquisa foi utilizado um método de análise que estabelece três dimensões distintas de estudo: o espaço livre público, o mobiliário e os usuários, que foram analisados individualmente através de indicadores pré-estabelecidos no método e de parâmetros quantitativos das tabelas de atributos. Os resultados apontam que o mobiliário urbano atua como um instrumento para o alcance de diferentes níveis de ativação no espaço, podendo chegar até a ativação que conduz ao sentido de ‘comum urbano’ através de ações específicas de cidadania no parque.

Palavras-chave: ativação, espaços livres públicos, intervenção de pequena escala, mobiliário urbano.

Abstract

In the contemporary urban context, it is possible to observe in many Western cities transformations in public open spaces considered as without "urban life", caused by small-scale interventions, through furniture, which produces significant improvements, such as the attraction of people to these places by (re)activating these spaces. Thus, this research focuses on the relationship of furniture of an urban park in the city of João Pessoa-PB with its users, seeking to understand the activation level of this place, taking into consideration the hypothesis that there are three activation levels ranging from superficial to deep. Taking to Parahyba Park I as a case study in this research, we used an analysis method that establishes three distinct dimensions of study: open public spaces, furniture and users, which were individually analyzed using set up before indicators in the method and of quantitative parameters of the attribute tables. The results indicate that urban furniture acts as an instrument to reach different levels of activation in space, and may even reach activation that leads to the sense of 'common urban' through specific actions of citizenship in the park.

Key-words: activation, open public spaces, small-scale intervention, street furniture.

Lista de Figuras

Figura 01. Relação do mobiliário com o ELP.....	18
Figura 02. Níveis de ativação dos ELP's.....	21
Figura 03. Mobiliário feito com pallets no Parque Gramby.....	22
Figura 04. Etapas de trabalho da pesquisa.....	24
Figura 05. Categorias de parques urbanos.....	33
Figura 06. Elementos de Parques Lineares – Parque Linear N. Sra da Piedade. Belo Horizonte - MG.....	34
Figura 07. Elementos de Parques Lineares – Praças das Corujas, São Paulo - SP.....	34
Figura 08. Elementos de Parques Lineares – Operação Água Espirada, São Paulo - SP.....	34
Figura 09. Elementos de Parques Lineares – Praça das Corujas, São Paulo - SP.....	34
Figura 10. Elementos de Parques Lineares – Parque Linear Córrego 1º de Maio, Belo Horizonte, MG.....	35
Figura 11. Mapa da cidade de João Pessoa com indicação dos Parques Urbanos Públicos implantados dividido por setores sociais urbanos	35
Figura 12. Parque Sólton de Lucena.....	36
Figura 13. Parque Arruda Câmara.....	36
Figura 14. Parque Lauro Pires Xavier.....	36
Figura 15. Parque Parahyba I.....	37
Figura 16. Parque Parahyba II.....	37
Figura 17. Garrido Boxe.....	40
Figura 18. EMEIA.....	40
Figura 19. A Batata Precisa de Você.....	40
Figura 20. Recorde territorial localizando o Parque Parahyba I.....	45
Figura 21. Mapa geográfico de João Pessoa localizando seus municípios limítrofes, bairros, Setor Bessa e Bairro Jardim Oceania.....	45
Figura 22. Área urbana de João Pessoa em diversos períodos.....	46
Figura 23. : Estimativa territorial dos loteamentos implantados no século XX no Setor do Bessa que formaram o bairro que hoje é denominado de Jardim Oceania, baseado no levantamento de SARMENTO (2012).....	47
Figura 24. Esquema indicando a localização e o traçado do Parque: Brasil, Paraíba, João Pessoa, Jardim Oceania, Parque Parahyba I.....	49
Figura 25. Moradores limpando a área de vivência do Parque.....	50
Figura 26. Moradores plantando árvores no Parque Parahyba.....	50
Figura 27. Comércio de aluguel de brinquedos no Parque.....	51
Figura 28. Setorização dos usos de atividades de permanência do Parque Parahyba I.....	52
Figura 29. Setor 1 do Parque Parahyba I	53
Figura 30. Setor 2 do Parque Parahyba I	54

Figura 31. Setor 3 do Parque Parahyba I.....	54
Figura 32. Setor 4 do Parque Parahyba I.....	55
Figura 33. Setor 5 do Parque Parahyba I.....	55
Figura 34. Setor 6 do Parque Parahyba I.....	56
Figura 35. Setor 7 do Parque Parahyba I.....	57
Figura 36. Setor 8 do Parque Parahyba I.....	57
Figura 37. Setor 9 do Parque Parahyba I.....	57
Figura 38. Setor 9 do Parque Parahyba I.....	57
Figura 39. Setor 1 do Parque Parahyba I: Playground.....	58
Figura 40. Setor 2 do Parque: Parque inclusivo	58
Figura 41. Etapas do método de análise	63
Figura 42. Esquema conjunto do método e as respectivas variáveis de cada dimensão.....	64
Figura 43. Recorte do Zoneamento do estudo de caso em João Pessoa, com a demarcação do buffer de 300 metros do centro geométrico do Parque Parahyba I.....	65
Figura 44. Mapa de Uso e Ocupação do Solo do Parque Parahyba I.....	66
Figura 45. Mapa de Gabarito do Parque Parahyba I.....	67
Figura 46. “Bosque do Isaac” no Parque Parahyba I.....	68
Figura 47. Mapa de Ruas da área de influência	69
Figura 48. Vagas para idoso e cadeirante no estacionamento do Parque.....	70
Figura 49. Trecho estudado da Rua José Neves Lindolfo C. das Neves	71
Figura 50. Trecho estudado da Rua Bacharel José de Oliveira Curchatuz	72
Figura 51. Trecho estudado da Rua Carmen Romero	72
Figura 52. Mapa de acessos e mobilidade na área do buffer	73
Figura 53. Vista da Praça Fernanda Francisca Nogueira	74
Figura 54. Vista do Parque Parahyba II	74
Figura 55. Mapa de rotas a outros ELP's.....	75
Figura 56. Fachadas de entorno do setor Oeste e Sul do parque.....	76
Figura 57. Fachadas de entorno do setor Leste e Sul do parque.....	76
Figura 58. Fachadas de entorno do setor Leste e Sul do parque.....	77
Figura 59. Vista do parque com pontos de visada para esta análise.....	77
Figura 60. A) Vista da placa com o letreiro do Parque Parahyba I.....	78
Figura 61. B) Vista o parque Inclusivo do Parque Parahyba I.....	78
Figura 62. C) Vista o Parque Inclusivo do Parque Parahyba I.....	79
Figura 63. D) Vista da ciclovia do Parque Parahyba I.....	79

Figura 64. E) Vista do quiosque antes da urbanização do Parque Parahyba I.....	80
Figura 65. E) Vista do quiosque após a urbanização do Parque I.....	80
Figura 66. Degradação e oxidação do mobiliário urbano do parque	81
Figura 67. Policiamento no parque	82
Figura 68 Gráfico das porcentagens – Dimensão ELP.....	84
Figura 69. Dimensão do conjunto de mesa e bancos	85
Figura 70. Dimensão do assento do tipo padrão nos dois setores	85
Figura 71. Dimensão do mobiliário no parque inclusivo	86
Figura 72. Dimensão dos balanços	86
Figura 73. Balanço quebrado, com detalhe ampliado da corrente com remendo e enferrujada.....	87
Figura 74. Dimensão das gangorras.....	87
Figura 75. Piso tátil e rampa de acesso na borda do ELP.....	88
Figura 76. Objeto de arvorismo, implantado sob areia e gramado raso, impedindo o acesso a PD.....	88
Figura 77. Geladeiroteca do Parque Parahyba I	89
Figura 78. Setor do playground, o mais “ativado” do Parque.....	90
Figura 79. Gráfico das porcentagens – Dimensão mobiliário.....	91
Figura 80. Pessoas caminhando pela ciclovia do parque.....	92
Figura 81. MCCL para dia de quarta-feira, do final da manhã à tarde	93
Figura 82. Setor 3, área de vivência, com moradores do Condomínio Residencial Ipanema.....	94
Figura 83. TMCCL para dia de domingo, período fim de tarde.....	95
Figura 84. Setor 2, parque inclusivo, com a visita de uma turma escolar infantil.....	96
Figura 85. MCCL para dia de sexta-feira, período fim de tarde à noite.....	97
Figura 86. Grupo de pessoas reunidas para o plantio de árvores no Parque.....	98
Figura 87. Gráfico das porcentagens – Dimensão Usuário.....	109
Figura 88. Gráfico da pontuação das três dimensões.....	109
Figura 89. Gráfico de participação de cada dimensão no cenário estudado – Parque Parahyba I.....	110
Figura 90. Diagrama das considerações finais.....	117

Lista de Quadros e Tabelas

Quadro 01. Quadro de Atributos – Dimensão ELP.....	61
Quadro 02. Quadro de Atributos – Dimensão Mobiliário.....	62
Quadro 03. Quadro de Atributos – Dimensão Usuário.....	62
Tabela 01. Tabela de Pontuação – Dimensão Espaço Livre Público	83
Tabela 02. Tabela de Pontuação – Dimensão Mobiliário Urbano	90
Tabela 03. Tabela de Pontuação – Dimensão Usuário	107

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS
RESUMO
ABSTRACT
LISTA DE FIGURAS
LISTA DE QUADROS E TABELAS

1. INTRODUÇÃO 15

- 1.1 Delimitação do problema 19
- 1.2. Justificativa 20
- 1.3. Objetivos 23
- 1.4. Metodologia 23

2. ABORDAGEM CONCEITUAL 27

- 2.1 Os espaços livres públicos e a qualidade da vida urbana 29
- 2.2. Breve discussão sobre Parques Urbanos 32
 - 2.2.1. Parques Urbanos em João Pessoa 35
- 2.3. Intervenções de pequena escala e o mobiliário urbano: natureza, classificação e repertórios 38

3. DIAGNÓSTICO 43

- 3.1 A cidade, o bairro e o Parque Parahyba I: contexto urbano e territorial 45
 - 3.1.1. A cidade: João Pessoa 45
 - 3.1.2. O bairro: Jardim Oceania 47
 - 3.1.3. O Parque Parahyba I 48
- 3.2. O mobiliário urbano e as atividades do Parque Parahyba I 50

4. ANÁLISES 59

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS 113

6. REFERÊNCIAS 118

ANEXOS 123

4.1	O método de análise	61
4.2.	Aplicação do método - Dimensão ELP	65
4.2.1.	Mapa de Uso e Ocupação do solo	65
4.2.2.	Mapa de Gabarito	67
4.2.3.	Mapa de Infraestrutura e mobiliário	68
4.2.4.	Mapa de acessos e mobilidade do ELP	73
4.2.5.	Mapa de acessos a outros ELPs.	74
4.2.6.	Fachadas ativas/cegas	76
4.2.7.	Imageabilidade	77
4.2.8.	Interferências e vestígios ambientais	80
4.2.9.	Tabela de pontuação - Dimensão ELP	82
4.3.	Aplicação do método - Dimensão Mobiliário	84
4.3.1.	Parâmetros de ergonomia, antropometria e antropometria dinâmica	84
4.3.2.	Acessibilidade universal	88
4.3.3.	Relação entre forma, função e utilidade no design de mobiliário urbano	89
4.3.4.	Tabela de pontuação - dimensão mobiliário	90
4.4.	Aplicação do método - Dimensão Usuário	92
4.4.1.	Mapa comportamental e espacialização	92
4.4.2.	Entrevistas	98
4.4.3.	Tabela de pontuação - Dimensão Usuário	107
4.5.	Síntese dimensional	109

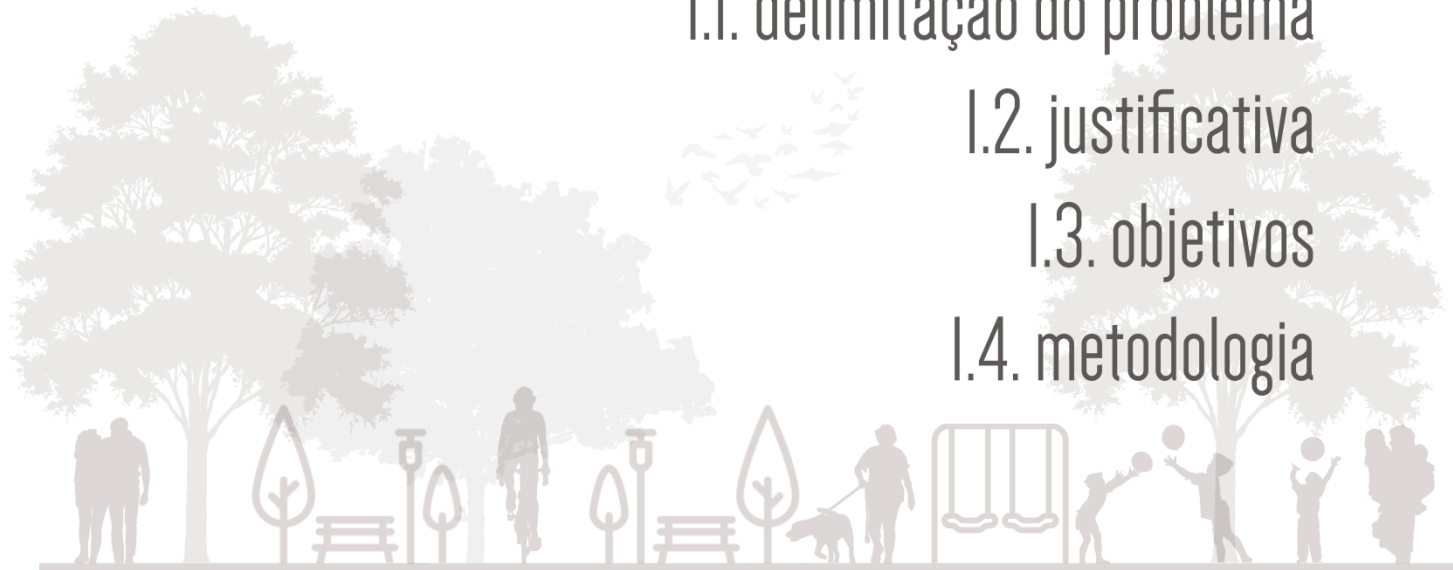
I. Introdução

I.1. delimitação do problema

I.2. justificativa

I.3. objetivos

I.4. metodologia



Ao se intervir numa cidade, seja através do poder público, por sociedades organizadas ou parcerias público/privadas, deve se pensar maneiras alternativas que integrem soluções para o problema da urbe. Atendendo as demandas territoriais e os anseios de sua população, leva-se em conta as suas particularidades locais e se estabelece diretrizes de ações que possam considerar não apenas intervenções urbanas na escala da cidade, mas principalmente ações de planejamento que dialoguem diretamente com o usuário na escala humana. Conforme Gehl:

Uma cidade humana - com ruas, praças e parques cuidadosamente pensados – dá prazer aos visitantes e transeuntes, bem como àqueles que ali moram, trabalham e brincam diariamente.
(GEHL, 2013, p. XI)

Neste sentido, Lerner (2013) considera que algumas medidas simples podem ajudar a recuperar ou melhorar uma determinada área, sem o envolvimento de operações de grandes proporções e com custos mais baixos. De maneira análoga, o autor relaciona a cidade a um organismo vivo, com conflitos que precisam ser compreendidos e diagnosticados para que possa ser definido o tipo de intervenção ou mediação a que ela deverá ser submetida. Ainda segundo Lerner (2013), **simples intervenções, por meio de alguns instrumentos e práticas, podem atuar como determinantes na ativação**

de um ponto da cidade, tal como ocorre na acupuntura técnica terapêutica da medicina chinesa que através de agulhas em pontos estratégicos do corpo humano, promove a reintegração dos órgãos doentes, ativando a energia vital, o “chi”, obtendo o equilíbrio do sistema como um todo. Desse conceito de acupuntura e por analogia optou-se por utilizar nesse trabalho o termo “**ativação**” dos espaços urbanos, notadamente os espaços livres públicos.

A vitalidade¹ (ou a falta dela) nos ELP's² implica na qualidade de vida urbana. A literatura destaca que a presença de pessoas nos espaços públicos é essencial para que exista algum princípio de vitalidade atuando não apenas pontualmente no espaço em questão, mas dentro de uma área de influência (JACOBS, 2000; WHYTE, 2009; GEHL, 2013).

Alguns autores destacam indicadores que podem atuar, em diferentes escalas, como elementos estimuladores dessa vitalidade, atraindo as pessoas ao fluxo ou a utilização do lugar. Aspectos relacionados ao ELP ou ao seu entorno podem definir o tipo de percepção que os usuários têm daquele local, que abrange o público que o

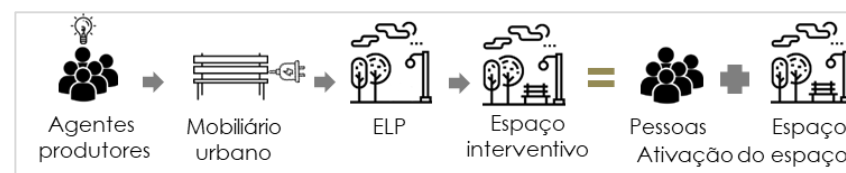
¹ Neste trabalho, a vitalidade é relacionada à vitalidade urbana, que relaciona o conjunto de qualidades de um local no qual as pessoas gostam de estar e geralmente concentra muitas atividades e relações econômicas (KOURY, 2015).

² Espaços Livres Públicos

frequenta e os objetos físicos que os compõe (SANTANA; ELALI, 2016). Assim, Jacobs (2000) destaca a utilização dos usos mistos, fachadas ativas e as quadras curtas como fatores preponderantes para atrair pessoas ao espaço livre; outros autores como Whyte (2009), Gehl (2013), Silva (2009) e Gomes (2011) citam, além de indicadores que tratam da presença de vegetação, boa infraestrutura e da boa relação do espaço público com o privado, a presença de locais para sentar, para práticas diversas de atividades de lazer e de suporte à limpeza do local, amparado pelo uso do mobiliário urbano.

Considerando a capacidade do mobiliário urbano de gerar vitalidade a um espaço público, como mostrado na Figura 1, essa pesquisa se propõe a analisar a relação dos usuários com uma importante área verde, dentre as que existem no sistema de ELP's da cidade de João Pessoa-PB, o Parque Parahyba I, inaugurado em 2017 na capital paraibana, que atrai um contingente significativo de pessoas para a prática de diversas atividades em seu espaço. Levando em conta que o parque é de recente inauguração, a pesquisa se concentra em verificar a eficiência do mobiliário como potenciais ativadores da vitalidade desse espaço de lazer e atividades físicas, e que detém ainda de poucas análises e pesquisas científicas que o relacionem de alguma maneira.

Figura 01: Relação do mobiliário com o ELP



Fonte: Elaborado pela autora com base em BRITO (2019)

Dentro das análises, a pesquisa se propõe principalmente a identificar o tipo de ativação que, neste trabalho, utiliza o método desenvolvido por Brito (2019) que define as ativações nos ELP's em níveis que vão do superficial ao profundo, através das relações que os usuários mantêm com os objetos e com o espaço urbano.

Com o escopo de gerar uma análise sobre o objeto empírico fundamentada no referencial teórico e no diagnóstico da área de estudo, o presente trabalho está estruturado em **quatro etapas** principais: a primeira consiste em **apresentar o problema**, os **objetivos e as etapas metodológicas**; a segunda etapa concentra-se na **definição dos conceitos** de espaço público, espaço livre público, parques urbanos, ativação de pequena escala e mobiliário urbano; a terceira etapa traz um **diagnóstico** sistematizado da implantação e dinâmicas do espaço em questão; e a quarta etapa concentra a **aplicação do método**, com a **análise** das variáveis das dimensões do ELP, do mobiliário e dos usuários, levando a uma síntese

dimensional, apresentando os principais fatores de ativação deste espaço. E, por fim, a exposição dos achados da pesquisa no capítulo de considerações finais.

1.1. Delimitação do problema

A literatura indica que a partir da segunda metade do Século XX observou-se uma mudança drástica nas relações sociais no contexto urbano, encadeada pelo enfraquecimento do espaço público (SANTANA; ELALI, 2016; GEHL, 2013; HARVEY, 2014). A época em questão trouxe para algumas cidades do Brasil e de outros países com economias em desenvolvimento (principalmente na América Latina, Ásia e África) problemas sociais e urbanos consequentes das altas taxas de urbanização, estas oriundas da metropolização acelerada e tardia. A consolidação sem planejamento do uso do automóvel em sobreposição ao espaço do pedestre veio ganhando força na malha viária até os dias atuais, refletindo no caos dos acessos, destruindo o desenho viário, desconfigurando bairros e os espaços livres públicos (FURTADO, 2016; JACOBS, 2000).

A cidade atual dita fragmentada consiste, portanto, no fruto dessa industrialização tardia e sem planejamento, onde as relações dos usuários com os seus espaços públicos têm se tornado cada vez mais difíceis, desintegrando uma “malha” social onde as pessoas não vivenciam os espaços da cidade como um todo

estruturado e misturado em suas funções, e sim, em espaços individualizados de segregação social e espacial (SOUZA, 2010, apud. FURTADO, 2016).

Assim, para compreendermos melhor a problemática desse trabalho, Macedo (1995) destaca os espaços livres como sendo todos aqueles espaços não contidos entre paredes e tetos, podendo ser parcialmente edificados, como coretos, destinados à livre circulação ou lazer, como praças, parques e ruas. Dessa maneira, esta pesquisa terá como foco principal tratar de uma categoria específica, o espaço livre público urbano. Quando bem planejados e conectados, conseguem estabelecer um sistema de ELP's que contribuem para o equilíbrio ambiental e social de uma sociedade, promovendo espaços adequados para as relações democráticas.

Existem espaços públicos ditos de “centralidade” em que, diferente da rua, é o espaço público da movimentação e do ir e vir: a praça, o passeio bulevar e o parque são tipos de espaços para onde convergem as pessoas. Assim, dentro das relações sociais, as praças e parques, antes palco das principais convergências de encontros sociais e democráticos de uma cidade e seus acontecimentos mais importantes (MARX, 1980; GEHL, 2013), vêm perdendo esse protagonismo outrora reconhecido, dando lugar a grandes equipamentos fechados com qualidades ambientais distintas em relação a muitos espaços públicos abertos – no que diz respeito à segurança e proteção

climática-, como shopping centers e condomínios fechados, representados pelos interesses imobiliários. Estes edifícios vêm recebendo cada vez mais investimentos do que qualquer outro espaço urbano.

Como consequência, essa realidade tem contribuído para a segregação socioespacial e a desvalorização do espaço livre público, atraindo a permanência dos usuários por ofertarem mais conforto e segurança. Desse modo, os países de industrialização tardia preferem investir mais nesses espaços públicos/ privados a planejar novos espaços livres ou qualificar os existentes, priorizando atender de imediato a necessidade de infraestrutura de suas populações, se limitando no campo do urbanismo ao “projeto de pracinha”, que consiste em melhorar vias e construir praças com bancos padronizados ou inserir equipamentos de academias de saúde. Nesse sentido, Gehl (2013) enfatiza que parte da falta de utilização desses espaços está relacionada ao empobrecimento dos projetos que não se adequam às transformações sociais (SANTANA; ELALI, 2016).

Nas últimas décadas, observa-se mais frequentemente a implantação de algumas medidas de intervenção em determinados pontos de cidades ocidentais e, em específico nas latino-americanas, em contextos econômicos e sociais bem distintos, com o objetivo de resgatar a ativação de seus espaços públicos, atraindo pessoas e a vitalidade destes lugares. Essas medidas nem

sempre estão atreladas a planos maiores de planejamento, mas de pequenas intervenções muitas vezes associadas a um mobiliário específico, caracterizando o que será chamado nessa pesquisa de IPE³. Partindo deste ponto, a cidade de João Pessoa aparece como uma cidade emergente de qualidade de vida da América Latina, e tem se destacado pelo seu potencial de crescimento equilibrado, no que diz respeito à qualidade de vida urbana e de planejamento estratégico (TERRAZA, 2016). A partir deste estudo, surgiu uma perspectiva de estudar a cidade e o gerenciamento de seus ELP's, através de um estudo de caso, produzindo uma análise de como seus objetos urbanos estão sendo utilizados e como eles estão ativando estes espaços na cidade.

Com base em IPE's observadas, onde o mobiliário atua como instrumento de intervenção - algumas destas IPE's serão abordados adiante nesta monografia-, a pesquisa parte da hipótese de que o mobiliário urbano é capaz de promover alguma ativação no ELP, esta pesquisa abordará como objeto empírico o Parque Parahyba I, um parque linear de relevante popularidade na capital paraibana.

Na literatura, os parques lineares são conceituados como espaços verdes lineares que geralmente se desenvolvem

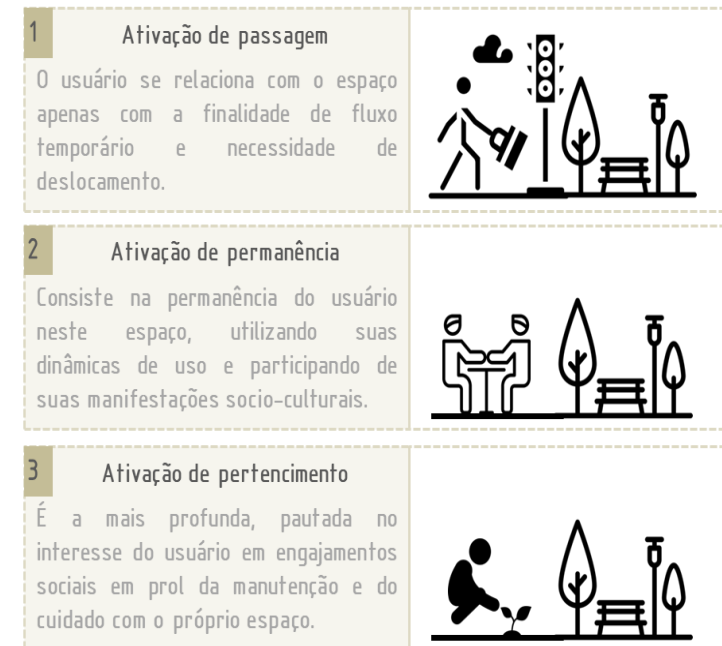
³ Intervenção de Pequena Escala

em áreas de valor ecológico, histórico e cultural, e são lugares de uma diversidade de árvores e aves nativas, ao mesmo tempo em que servem como local de lazer e tranquilidade urbana (MARTI, 2002 apud. FRIEDRICH, 2007).

Neste trabalho de graduação, propõe-se compreender neste espaço público três dimensões específicas da escala urbana: o espaço (o parque) e seu entorno imediato, o mobiliário urbano e as pessoas que o frequentam que, interligados, favorecem o entendimento do cenário de ativação existente. Dentro dessas três dimensões, a pesquisa se propõe a investigar o nível de ativação – proposto por Brito (2019) – que consiste nas relações das pessoas com o parque, que poderá ser compreendido em três parâmetros de medida, conforme observado na Figura 02: **1) ativação de passagem**, como sendo aquela em que o usuário se relaciona com o espaço apenas com a finalidade de fluxo temporário e a necessidade de deslocamento, ou também motivado pela preferência da rota em detrimento de sua vitalidade urbana, tornando-se um caminho mais agradável; **2) ativação de permanência** consiste na permanência do usuário nesse espaço, utilizando suas dinâmicas de uso e participando de suas manifestações socioculturais; **3) ativação de pertencimento** é a mais profunda, pautada no interesse do usuário em engajamentos sociais em prol da manutenção e do cuidado ambiental com o próprio espaço. Como retorno mais significativo desta relação do público com o espaço, seria quando os usuários passam a enxergar o

espaço não mais como um bem público, mas como um 'comum urbano'⁴ (HARVEY, 2014), que é quando são formadas relações de pertencimento com o meio urbano.

Figura 02: Níveis de ativação dos ELP's



Fonte: BRITO (2019), adaptado pela autora

Assim, o **primeiro nível** se enquadraria numa **ativação superficial** pelo fato da utilização passageira não ser suficiente para gerar um vínculo com o espaço de

⁴ Segundo Harvey (2014), a ideia de “comum urbano” associa-se a um exercício de cidadania pela participação social na manutenção e administração dos ELP's.

pertencimento; **os demais níveis** da gradação mostrados e descritos anteriormente **geram permanência** e, no caso do **terceiro nível**, além da permanência também gera um **sentimento de pertencimento** ao lugar, pautado no interesse em organizar, cuidar e participar dos engajamentos sociais, sendo assim, o grau mais profundo de ativação e pertencimento, que é quando os usuários passam a entender o espaço como um 'comum urbano'.

1.2. Justificativa

Em diversos países ocidentais, algumas iniciativas ditas de revitalização em seus ELP's, sendo pequenas intervenções pontuais em seu espaço, têm chamado a atenção pelas novas dinâmicas que passaram a acontecer, gerando alterações qualitativas. O caso do **Parque Gramby**, em Dublin, na Irlanda, por exemplo, é uma referência deste tipo de fenômeno, antes o espaço era um terreno baldio e aos poucos foi ocupado pela comunidade com a inserção de mobílias confeccionadas pelos próprios moradores da vizinhança com pneus e pallets (Figura 03).

A experiência atraiu um público variado de pessoas que frequentemente usam o local para brincar, reunir-se e fazer apresentações artísticas. Desse modo, podemos notar o potencial que o mobiliário urbano representa para os espaços livres públicos agregando a eles novas funções e possibilidades.

Casos como o de Dublin nos instigam a refletir se esse fenômeno também estaria acontecendo no Brasil, em João Pessoa-PB, e se acaso sim, em que níveis e padrões estariam ocorrendo. Essas iniciativas são notadamente direcionadas aos ELP's, gerando espaços democráticos propícios a reuniões e trocas sociais.

Figura 03: Mobiliário feito com pallets no Parque Gramby



Fonte: Disponível em
<<https://murphydp.wordpress.com/2013/08/26/granby-park-a-creative-answer-to-dereliction-in-dublin/>>, acesso em 20/08/2019

A pesquisa também parte da premissa de que para que haja qualidade dos espaços livres públicos é necessário que as cidades atendam a requisitos que conservem princípios de vitalidade, segurança e sustentabilidade

nesses espaços (GEHL, 2013). Considerando o exposto, propõe-se a analisar o **nível de ativação que o mobiliário urbano** do Parque Parahyba I reflete nesse espaço livre de lazer em João Pessoa-PB, a partir do comparativo dos resultados das dimensões estudadas. Além desses condicionantes, o local foi escolhido por atender ainda a outros requisitos que possibilitam a sua análise em **três dimensões do espaço urbano**: a do **espaço livre público**, a do **mobiliário** e a dos **usuários** destes objetos urbanos.

Com base no método utilizado e em Brito (2019), outros fatores determinantes para a escolha do local prosseguem: ser bem integrado à malha urbana, com infraestrutura, rota de transporte coletivo, relativa segurança pública e limpeza urbana; provimento de mobiliário urbano diversificado; apresentar um contingente de usuários no espaço em turnos variados nos dias da semana, finais de semana e feriados.

1.3. Objetivos

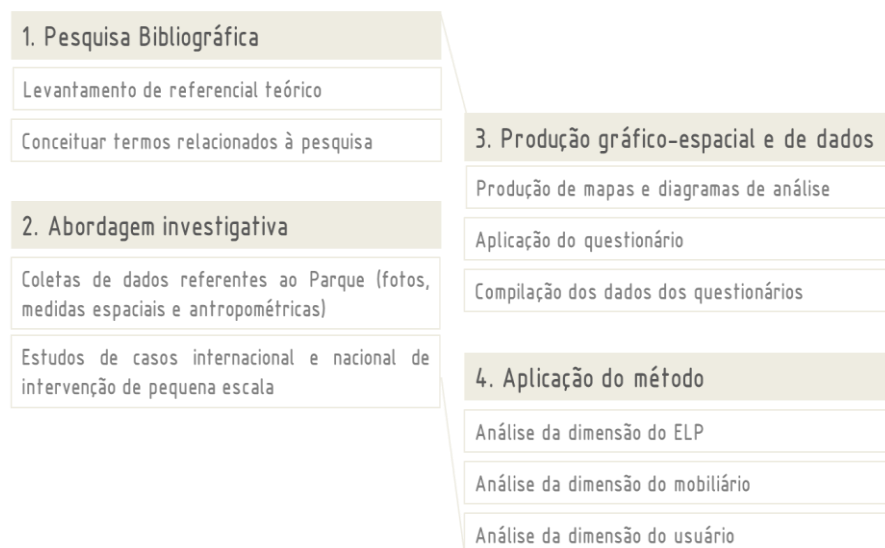
A pesquisa tem o escopo **geral** de **investigar a efetividade do mobiliário urbano contido no Parque Parahyba I como possíveis fatores de ativação deste espaço livre público, e qual o nível de ativação que proporcionam**. Para tanto, foram seguidos **objetivos específicos** para se chegar aos resultados dessa investigação:

- Investigar se as características do entorno, da morfologia urbana ou infraestruturas disponíveis, associadas à presença dos mobiliários estudados influenciam ativações mais profundas;
- Analisar se pode ser gerada uma ativação mais profunda (de pertencimento) por um mobiliário singular do parque;
- Compreender as relações geradas pelo mobiliário urbano do parque com usuários.

1.4. Metodologia

Na pesquisa foi utilizado um método de abordagem analítico-descritivo, onde se aplicou uma metodologia elaborada e utilizada por BRITO (2019) em sua pesquisa doutoral, que propõe parâmetros de avaliação dos níveis de ativação dos mobiliários urbanos nos ELP's. Para se alcançar os resultados dessa pesquisa, o trabalho foi realizado em **quatro etapas metodológicas principais**, que incorporam a **pesquisa bibliográfica** e definição dos termos, conceitos e ideias utilizadas nessa pesquisa; **a abordagem investigativa** com a pesquisa em campo, a coleta de dados e documentos primários; **a produção gráfico-espacial e de dados** com a elaboração de material gráfico e espacial; por fim, a mensuração e **análise** de todos os dados referentes às etapas anteriores, como mostrado na Figura 04 e descritos adiante.

Figura 04: Etapas de trabalho da pesquisa



Fonte: Elaborado pela autora

A **primeira etapa** deste trabalho consiste em um levantamento do referencial teórico que trata de conceitos e termos abordados nessa pesquisa, como o de ativação de pequena escala, enquanto ação potencial de vitalidade em espaços públicos; o recorte do lugar para apreensão dos objetos de estudo que partiu da compreensão do conceito de espaços livres e fechados, suas variações tipológicas e a importância desse sistema de espaços verdes para a qualidade de vida urbana; a problemática da crise urbana dos espaços livres públicos,

definindo assim as circunstâncias que levaram, nesse trabalho, a abordar uma tipologia específica dos espaços livres: o parque.

Na **segunda etapa** foi feito um estudo em campo das variáveis, com levantamentos, fotografias, croquis/desenhos, apreensão visual da paisagem e do comportamento das dinâmicas do espaço.

Concomitantemente à etapa anterior, com o suporte de softwares de desenho e georreferenciamento espacial, como o *AutoCad 2018 Student Version*, *Quantum Gis Essen* e *Google Earth Pro*, a **terceira etapa** de trabalho se concentrou na produção de uma base de dados para vetorizar as informações levantadas ou aferidas *in loco*. Os levantamentos foram feitos dentro de uma área (*buffer*) de 300 metros que representa, conforme a literatura orienta, a distância máxima para percorrer um trajeto a pé sem maiores dificuldades para um grupo maior de pessoas, incluindo os que têm limitações físicas, quando as condições do percurso são favoráveis (GEHL, 2013; FARRET, 1984; FERREIRA, 2012). Neste sentido, os levantamentos dizem respeito ao uso e ocupação do solo, localização e catalogação dos mobiliários urbanos do parque, gabaritos das edificações, acesso e mobilidade, acesso a outros espaços livres públicos e arborização público e privado,

dentre os quais, foram elaborados mapas temáticos⁵ para dar suporte à próxima etapa: a análise de dados sistematizados (aplicação do método).

Além disso, para fomentar as análises e conclusões acerca do mobiliário urbano do parque, foi aplicado um questionário semiestruturado aos usuários do espaço em questão (ANEXO 3), elaborado por BRITO (2019) e previamente aprovado pelo Comitê de Ética da UFPB, com a finalidade de auxiliar no entendimento da caracterização do usuário, procedência, e as relações que possuem com o espaço, condições que têm o intuito de constatar os usuários e os mobiliários que potencialmente ativam esse espaço livre, os níveis de vitalidade e qual o tipo de relação dos usuários com o ELP e com a mobília. Esses questionários foram aplicados em conjunto com as análises de uso (auxiliado pelo registro fotográfico) dos usuários do parque, com o objetivo de gerar mapas comportamentais, o MCCL (Mapa Comportamental Centrado no Lugar), baseado em Rheigantz et al (2009), auxiliando no entendimento das dinâmicas de uso do parque em diferentes horários e dias da semana.

A quarta etapa desta pesquisa dedica-se à aplicação do método de análise, elaborado por Brito (2019), em função

das produções da segunda etapa, com a finalidade de gerar uma síntese e a compreensão dos fatores que contribuem para a vitalidade e ativação deste espaço da cidade. Para melhor entendimento da formação, estrutura e aplicação do método, ele será aprofundado no capítulo **“4.1. O método de análise”**, adiante neste trabalho.

⁵ São representações físicas feitas em uma superfície plana que abordam informações específicas acerca de uma localidade de acordo com a sua realidade.

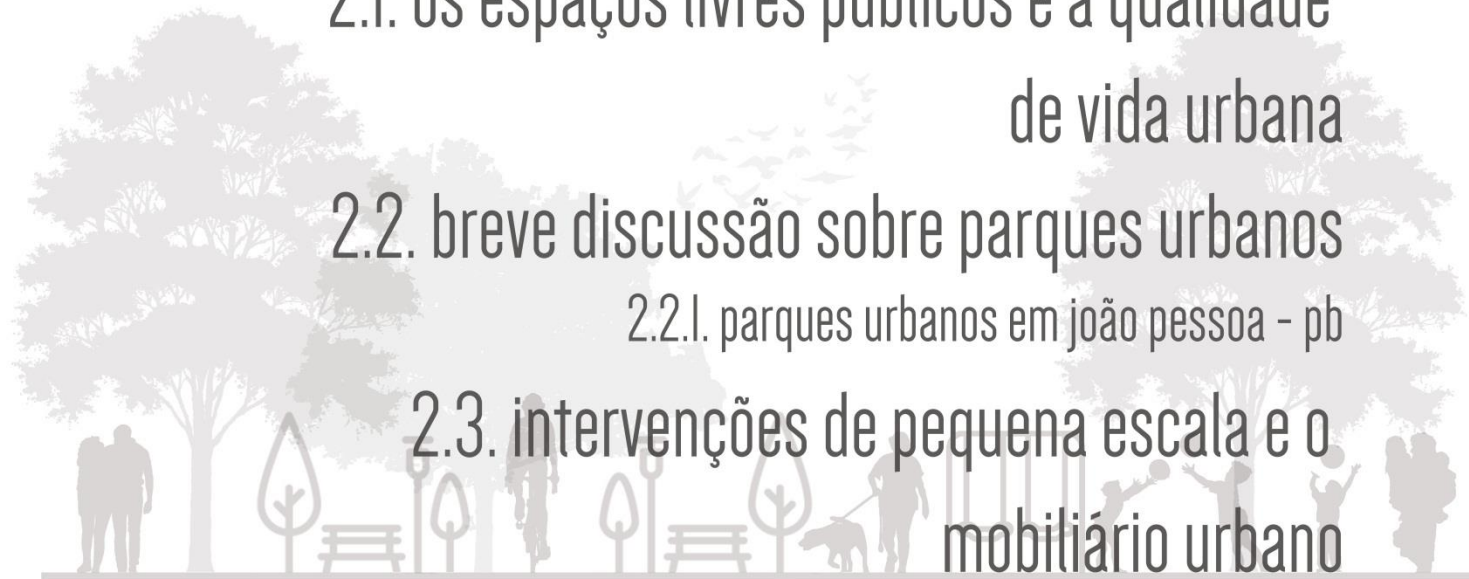
2. Abordagem conceitual

2.1. os espaços livres públicos e a qualidade
de vida urbana

2.2. breve discussão sobre parques urbanos

2.2.1. parques urbanos em João Pessoa - PB

2.3. intervenções de pequena escala e o
mobiliário urbano



2.1. Os espaços livres públicos e a qualidade de vida urbana

A cidade, em seu sentido completo, é, então, um plexo geográfico, uma organização econômica, um processo institucional, um teatro de ação social e um símbolo estético de unidade coletiva. (BURDETT, 2013, p.116)

Na literatura, é possível encontrar algumas definições de cidade e sua relação com o espaço público. Dentro de um contexto geral, **a cidade representa o espaço da coletividade humana**, que reside e se reproduz socialmente, constituída pelas construções e dos espaços que se conectam entre elas, resultantes das interações e práticas sociais das pessoas que vivem nela (HILLIER e VAUGHAM *apud* COSTA, 2017; MINDA, 2009).

A identidade de uma cidade é definida pelas arquiteturas e espaços livres públicos. Dentro de uma perspectiva funcional, o conjunto dos espaços utilizados pelos seres humanos para dormir, trabalhar, brincar, caminhar, descansar e pensar podem ser classificados em três categorias: espaços individuais, semipúblicos e públicos. Este último, de interesse nessa pesquisa, tem-se por conceito e entendimento como um espaço aberto e acessível a todos. No entanto, a realidade aponta uma divergência do que traz esse conceito, uma vez que é comum encontrar espaços abertos que segregam minorias

impedindo-as de utilizar o espaço seja pela falta de acessibilidade ou adaptações que acabam por resultar na exclusão, principalmente crianças e idosos (PANERAI *apud* BRITO, 2019; MINDA, 2009).

No entanto, apesar de que ao “pé da letra” o termo “espaço público” está associado a “coisa pública” e “espaço de uso comum”, que se opõe aos espaços direcionados a edifícios privados, nem todos os espaços públicos permitem a entrada livre e a socialização das pessoas. Um edifício público, por exemplo, pode restringir o tráfego aberto, uma vez que estabelecimentos públicos possuem a função de desempenhar ações restritas ao interesse de um determinado núcleo de pessoas (HABERMAS *apud* BRITO, 2019). Outro caso onde o público não faz jus literal ao conceito são os espaços públicos abertos destinados ao automóvel ou espaços degradados, como estacionamentos, impedindo o convívio e encontros sociais.

Dessa maneira, é fundamental compreender a função do espaço público na cidade, uma vez que não é possível ter essa dimensão unicamente através da etimologia⁶ da palavra “público”. De acordo com Minda (2009), essa função está associada a estruturar a cidade com um sistema consolidado de espaços urbanos orientados pelas

⁶ Do latim, *publicus*, faz referência àquilo que pertence a todos, do interesse de todos. Disponível em: <[https:// www.dicio.com.br/publico/](https://www.dicio.com.br/publico/)>

relações que estes possuem com o entorno em que se inserem, gerando qualidade de vida e ambiental para as pessoas que o frequentam.

Nos últimos vinte anos, houve um enfoque gradativo sobre as abordagens relacionadas a espaço público na cidade. O termo e a sua delimitação ganharam novas interpretações e perspectivas, de acordo com as novas necessidades das cidades, fazendo-se assim necessário uma revisão acerca dos recortes dessas parcelas urbanas que compreendem os espaços públicos. Anteriormente associados aos “espaços verdes” (que possuem vegetação) e ao passeio comum, o espaço público restringiu-se às áreas públicas fechadas, ao edifício aberto e ao espaço de uso exclusivo do automóvel, fazendo assim surgir uma ramificação deste termo coletivo: os espaços livres públicos. Dessa maneira, esses espaços ao ar livre passaram a integrar as áreas verdes da cidade destinadas ao uso exclusivo do pedestre, visando a sua permanência, lazer, passeio, esportes entre outras atividades (PERAHIA apud. MINDA, 2009).

Os espaços livres públicos, como a praça e o parque, possuem grande influência na qualidade de vida urbana, pois além de contribuir com a saúde pública promovendo o ar limpo e o bem estar das pessoas que o frequentam ou moram nas proximidades, possuem o papel fundamental de amenizar a temperatura da área urbana e colaborar na drenagem de águas ao reestabelecer os recursos

naturais, revitalizando áreas subutilizadas e recuperando áreas degradadas, conectando uma cadeia de áreas verdes a diversos pontos de uma cidade. Além destas funções, estes espaços contribuem ainda no papel de lócus de possibilidades para o coletivo, trocas sociais, festas, manifestações populares, entre outras apropriações.

Na literatura, é possível encontrar algumas variações nos conceitos sobre espaços livres públicos relativos à proporção de elementos construídos. Segundo Barcellos (1999), o sistema de espaços livres urbanos é compreendido através do entendimento do seu oposto, o espaço fechado, sendo então o espaço **não ocupado pelo volume de edifícios**. Assim, ele ainda afirma que este sistema de espaços está dividido em duas categorias: o de espaços livres de uso público (ruas, praças, parques e bulevar) e o espaço livre privado (jardins, quintais, etc.). Semelhante a Barcellos (1999), Lamas (1993) também define estes espaços empregando categorias distintas. Segundo o referido autor, espaços livres públicos podem ser classificados como de permanência, cuja função se insere em favorecer a permanência dos indivíduos através das práticas de lazer ou de contemplação, e são representados pelas praças, parques e jardins, ou circulação, cuja função designa o fluxo de pessoas e veículos. Com certo contraponto a estas definições, Carneiro e Mesquita (2000) incluem como espaços livres áreas **parcialmente edificadas** com **nula ou mínima**

proporção de elementos construídos ou que possuam uma grande representação de vegetação, e isso inclui pátios, largos, parques, praças, jardins, quintais residenciais e de condomínios fechados, praias marítimas, entre outros (LIMA e MEDEIROS *in* SILVEIRA *et al* 2016; MINDA, 2009).

A necessidade de se ter ambientes livres para lazer e contemplação que pudesse, além disso, embelezar as cidades, no final do século XIX e início do século XX, as praças e os parques urbanos foram então sendo implantados dentro da ótica de planejamento, guiados pela necessidade dos contextos da época em busca por ambientes de encontros, ricos em paisagem natural. Diferente da praça, que foi pensada a partir da necessidade de um espaço cívico e de contemplação, os parques lineares configuram e nascem em contextos urbanos bem distintos, em áreas de um ecossistema e flora diversificada, que interrompe a degradação de áreas urbanas com cursos de água de proporções variadas e trazem como utilidade recuperar ou conservar um ecossistema, contribuindo no escoamento de águas evitando enchentes e provendo uma área de lazer para a qualidade de vida da população.

Da mesma maneira como os espaços públicos, as discussões acerca da tipologia de parques lineares ganharam força nos últimos vinte anos, com um número crescente de conceitos e autores interessados nos estudos

desta tipologia de espaço livre. De acordo com Macedo e Sakata (2010):

O parque urbano constitui-se em um espaço livre público, estruturado por vegetação e dedicado ao lazer da massa urbana, que atende a uma grande diversidade de solicitações de lazer, tanto esportivas quanto culturais, não possuindo, muitas vezes, a antiga destinação voltada basicamente para o lazer contemplativo.

(Macedo e Sakata *apud* VIEIRA, 2018, p. 12).

Outros autores expõem ideias semelhantes e complementares. Segundo Jacobs (2000), os parques urbanos são vistos como provedores de dinamismo na região onde ele se insere, sendo utilizado de forma genérica pela vizinhança, ofertando lazer, práticas esportivas e qualidade de vida, além da preservação dos recursos naturais.

Assim, quando bem planejados, esses espaços atuam positivamente na saúde urbana, por cumprir um papel político e social, ambiental, econômico e de qualidade de vida para as pessoas que residem nas proximidades ou frequentam o espaço. Apesar do potencial que representa os espaços livres na saúde urbana, é sabido que nem todo o espaço público gera atratividade as pessoas. Nesse sentido, Gehl (2013) argumenta que esse fato se deve ao empobrecimento dos projetos dos espaços públicos, que não contemplam, durante o seu

planejamento, fatores essenciais para o acolhimento da vida social coletiva, priorizando a ocupação dos espaços pelos pedestres, restringindo locais exclusivos para veículos. Desse modo, a literatura traz um contingente de autores que fazem considerações acerca da problemática da vitalidade, morfologia, design de projeto e gestão dos espaços livres (JACOBS, 2000; WHYTE, 2009; GEHL, 2013; KASSEMBERG et al., 2015; SILVA, 2009; GOMES, 2011), dentre os quais, apresentam condicionantes para se ter um espaço livre de qualidade. Em síntese, Santana e Elali (2016) elencam fatores de acordo com a sua dimensão.

No que tange o espaço livre público, é essencial:

- Vias de tráfego moderado de veículos no seu entorno;
- Predominância de uso residencial, intercalados por serviços e atividades comerciais (uso misto);
- Edifícios com serviços que incentivem o fluxo de pessoas, como escolas;
- Empreendimentos que se relacionem com o espaço livre através de esquadrias, gerando uma vigilância no espaço por intermédio da permeabilidade visual de portas e janelas;
- Boa acessibilidade nas calçadas e infraestrutura.

Em relação à escala humana, um bom espaço público livre é aquele que possui:

- Relevante cobertura de massa vegetal, com boa arborização, gerando sombreamento;
- Mobiliário e equipamentos urbanos, promovendo a permanência e dando suporte a outras atividades dos usuários (como postes, lixeiras, assentos, etc) e a possibilidade de uso em diferentes turnos e dias da semana;
- Limpeza e saneamento;
- Variedade de usuários em função da idade, condição física e social, gênero.

A vitalidade de um espaço é fundamental na qualidade urbana, animando as pessoas a frequentá-los e atraindo mais pessoas ao local, uma vez que segundo Jacobs (2000), pessoas atraem pessoas.

2.2. Breve discussão sobre Parques Urbanos

Ao longo da história da civilização ocidental, as áreas verdes consagraram funções e foram planejadas com base em necessidades e contextos distintos. A partir da segunda metade do século XX, o conceito de que essas áreas são fundamentais e importantes na estrutura urbana é reforçado com a consciência de uma ciência urbanística e ambiental resultando na reflexão de que as áreas verdes, antes espaços de uso paisagístico, circulação e permanência de pessoas, para além disso o

principal provedor urbano de qualidade de vida (RIBEIRO *et. al*, 2016).

Figura 05: Categorias de parques urbanos

Tipo de Parque	Discriminação
Parques de vizinhança	Direcionados principalmente a pessoas de menor mobilidade espacial, pode ser representado por áreas de pequena dimensão, com atividades de recreação passiva e repouso, com um raio de influência de 500 m.
Parques de bairro	Espaços de dimensões acima de 5.000 m ² , com equipamentos e infraestrutura que atendem ao lazer de pessoas entre 10 e 17 anos, como pistas de caminhada e possibilidade de lazer para as demais faixas etárias que constituem um raio de influência de 1.000 m.
Parques distritais	Enquadram-se nessa classificação espaços de recreação que abrangem todas as faixas etárias, com equipamentos de lazer sem clientes específicos, com raio de influência de 5.000 m.
Parques metropolitanos	São áreas de maiores dimensões que as anteriormente citadas, muitas vezes associadas a uma reserva ecológica pela alta concentração de árvores e animais, com equipamentos culturais e locais de visitação, com área de influência de abrangência intermunicipal.
Parques especializados	Estes parques direcionam-se a fins específicos, apesar da configuração física de um parque distrital ou metropolitano, tais como: jardins-botânicos, jardins zoológicos, parques de exposição, parques aquáticos, parques-culturais, entre outros..

Fonte: RIBEIRO *et al.*, (2016), adaptado pela autora

Os parques urbanos representam uma parcela significativa do sistema de áreas verdes de uma cidade sendo, portando, áreas de extensas dimensões que contribuem positivamente no bem estar das pessoas, na preservação da flora e fauna nativa e na drenagem de águas pluviais

da cidade, evitando desastres ambientais provocados pelo acúmulo de águas no solo urbano.

Esse conjunto específico de áreas verdes pode ser categorizado, segundo Ribeiro *et al.* (2016), em grupos que enquadram os parques excepcionalmente urbanos, como observado na Figura 05.

Ainda segundo Ribeiro *et al.* (2016), alguns modelos contemporâneos de parques numa escala reduzida, como os “*pocket-parks*”, não foram abordados no quadro por se tratarem de espaços privados, onde sua relação com a natureza é mais estética e alegórica do que propriamente um espaço aberto ao público.

Notadamente, não existe um modelo morfológico ou de elementos que devem estar presentes na estrutura de todos os parques. Em tese, os projetos destes espaços nascem a partir da compreensão do contexto urbano e social em que cada um se insere, para que haja assim uma ideia de uso do que se pretende implantar neste espaço físico. No entanto, apesar disso, podem-se destacar elementos que estão geralmente presentes na maioria dos parques urbanos, atuando como suporte de uso – como é o caso de infraestrutura e mobiliário urbano-, promovendo, potencialmente, uma vitalidade destas áreas, como mostrado nas Figuras 06, 07, 08, 09 e 10.

Figura 06: Elementos de Parques Lineares – Parque Linear N. Srª da Piedade, Belo Horizonte - MG



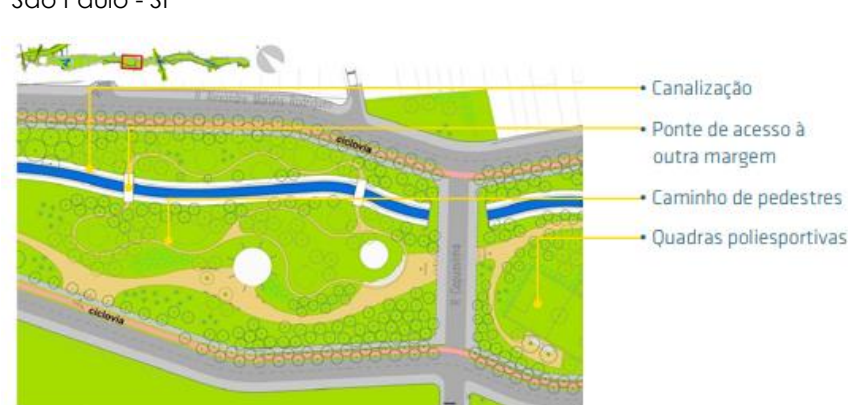
Fonte: Disponível em: <http://www.solucoesparacidades.com.br/wp-content/uploads/2013/10/AF_Parques%20Lineares_Web.pdf> Acesso em: 05/08/2019, p.05

Figura 07: Elementos de Parques Lineares – Praças das Corujas, São Paulo - SP



Fonte: Disponível em: <http://www.solucoesparacidades.com.br/wp-content/uploads/2013/10/AF_Parques%20Lineares_Web.pdf> Acesso em: 05/08/2019, p.06

Figura 08: Elementos de Parques Lineares – Operação Água Espreada, São Paulo - SP



Fonte: Disponível em: <http://www.solucoesparacidades.com.br/wp-content/uploads/2013/10/AF_Parques%20Lineares_Web.pdf> Acesso em: 05/08/2019, p.05

Figura 09: Elementos de Parques Lineares – Praça das Corujas, São Paulo - SP



Fonte: Disponível em: <http://www.solucoesparacidades.com.br/wp-content/uploads/2013/10/AF_Parques%20Lineares_Web.pdf> Acesso em: 05/08/2019, p.05

Figura 10: Elementos de Parques Lineares – Parque Linear Córrego 1º de Maio, Belo Horizonte, MG



Fonte: Disponível em: <http://www.solucoesparacidades.com.br/wp-content/uploads/2013/10/AF_Parques%20Lineares_Web.pdf> Acesso em: 05/08/2019, p.05

2.2.1. Parques Urbanos em João Pessoa - PB

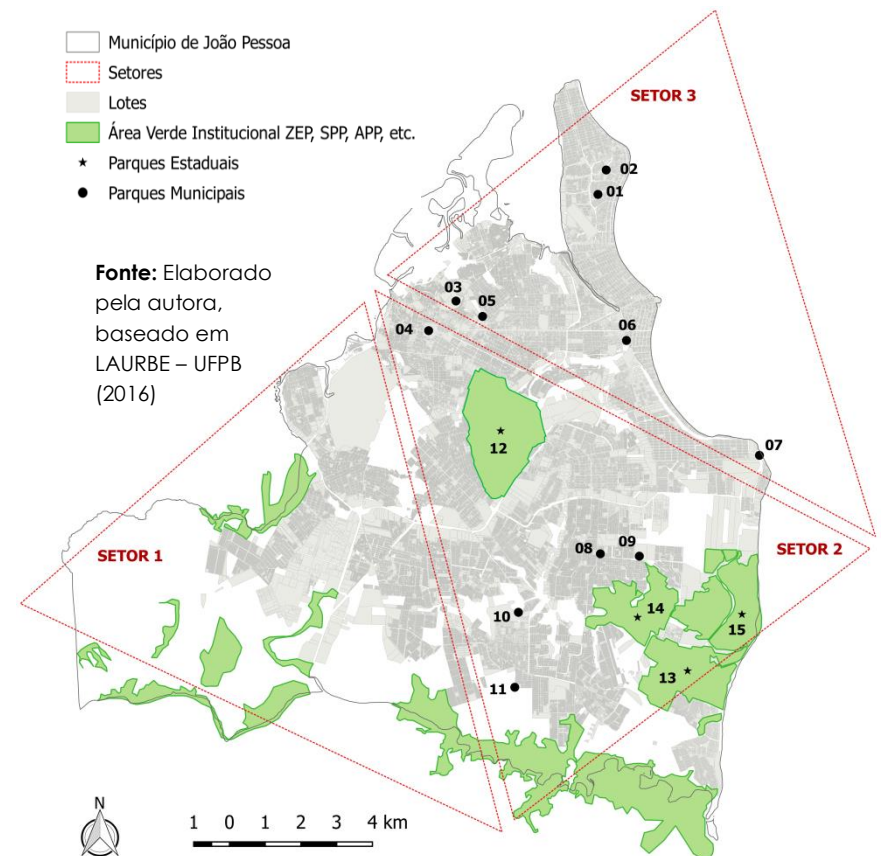
A cidade de João Pessoa, ainda pode ser considerada um lugar de alta densidade arbórea no seu traçado urbano. Segundo Quitans (2008) *apud* Ribeiro et. al (2016), um estudo aponta para um percentual de que a cidade possui cerca de 59,15% de cobertura vegetal, que contempla espaços privados, públicos e de preservação ambiental, quando o índice comum varia entre 14% e 36% na maioria das áreas urbanas. Dessa taxa de percentual mostrado anteriormente para a cidade de João Pessoa, as praças e parques urbanos consolidados ocupam 0,61% desta fração (LAURBE, 2018).

Figura 11: Mapa da cidade de João Pessoa com indicação dos Parques Urbanos Públicos implantados, dividido por setores sociais urbanos.

Legenda

- Município de João Pessoa
- ▭ Setores
- Lotes
- Área Verde Institucional ZEP, SPP, APP, etc.
- ★ Parques Estaduais
- Parques Municipais

Fonte: Elaborado pela autora, baseado em LAURBE – UFPB (2016)



- 01. Parque Linear Parayba I
- 02. Parque Linear Parayba II
- 03. Parque Zoológico Arruda Câmara (1921)
- 04. Parque Sólton de Lucena (1924)
- 05. Parque Lauro Pires Xavier (2002)
- 06. Parque Ecológico Jaguaribe (2007)
- 07. Parque Cabo Branco (2005)
- 08. Parque Horto Florestal Cidade Verde

- 09. Parque Bosque das Águas (2008)
- 10. Parque Natural Municipal do Cuiá (2010)
- 11. Parque Ecológico Augusto dos Anjos (2006)
- 12. Jardim Botânico Benjamim Maranhão
- 13. Parque Estadual do Aratú
- 14. Parque Estadual do Jacarapé
- 15. Parque Estadual das Trilhas dos Cinco Rios

Dos parques urbanos apresentados na Figura 11, se destacam pelas suas dinâmicas de usos, ponto de referência na cidade, visitação e franca utilização, os Parques Sólon de Lucena (Figura 12) – também conhecido por “Parque da Lagoa” - e o Parque Arruda Câmara (Figura 13) – conhecido por “Bica”, pela concentração de animais nativos, soltos e em cativeiro, aberto a visitação -, ambos datados da década de 1920, passaram recentemente por algumas mudanças, com projetos de requalificação.

Figura 12: Parque Sólon de Lucena



Fonte: <<https://www.pbhoje.com./pf-faz-operacao-para-investigar-irregularidades-na-obra-do-parque-da-lagoa-.html>>

Figura 13: Parque Arruda Câmara



Fonte: <<http://blogdopadua.com.br/parque-zoobotanico-arruda-camara-tem-programacao-especial-de-ferias/>>

Figura 14: Parque Lauro Pires Xavier



Fonte: <<http://ccclauropiresxavier.blogspot.com/2015/01/visita-ao-parque-lauro-pires-xavier.html>>

Outro parque de notoriedade na vista satélite de João Pessoa é o Parque Ecológico Lauro Pires Xavier (Figura 14), antes uma extensão da “Bica”, foi estabelecido pelo Decreto nº 9. 839 de 16 de dezembro de 2016, sem efetivação de melhorias como delimitações físicas, fiscalização em relação às invasões, concentra uma porção considerável de cobertura vegetal de Mata Atlântica da cidade e abriga uma nascente de rio, o Riacho da Cruz do Peixe. Apesar de tantos fatores importantes serem considerados em relação à preservação, o parque vem sofrendo com ações externas, principalmente da população que mora no seu entorno - tais como o despejo de lixo doméstico e esgoto - que, aos poucos, degradam e descaracterizam a sua paisagem natural e seu potencial de qualidade de vida.

Os Parques Sólón de Lucena, Arruda Câmara e Lauro Pires Xavier estão localizados nos setores de localização central na cidade de João Pessoa-PB. No entanto, a leste da capital também é possível verificar a existência de outros parques urbanos. Entre eles, destacam-se os parques Parahyba I e Parahyba II, duas áreas extensas de solo natural na paisagem urbana, interligadas por dois segmentos viários e separadas por algumas quadras. O Parque Parahyba I (Figura 15), apesar de se tratar de um espaço livre público com um projeto urbano executado recentemente, em relação às outras áreas verdes citadas anteriormente, já demonstra indícios de que pode, dentro de um futuro próximo, assim como o Parque Sólón de Lucena e o Parque Arruda Câmara, aproximar-se de um ponto de encontro estratégico na cidade de João Pessoa, pela dinâmica de atividades de lazer ofertadas nesse espaço e pela atração de um contingente significativo de visitantes. Por se tratar da área de estudo desta pesquisa, o Capítulo 3 deste trabalho traz uma abordagem mais aprofundada do Parque Parahyba I, elencando sua localização, importância para a cidade e relação de suas dinâmicas de uso e oferta às pessoas que o frequentam.

Essa popularidade do Parque Parahyba I, ainda não é verificada no Parque II (Figura 16), em detrimento da falta de usuários e de elementos, tal como a ausência de paisagem natural, maior oferta de mobiliário, limpeza, entre outros fatores, que poderiam, potencialmente, tornar

o lugar um atrativo para outras atividades, como caminhadas.

Figura 15: Parque Parahyba I



Fonte: Página do Facebook
"Parque Linear Pahayba, João
Pessoa com mais vida"

Figura 16: Parque Parahyba II



Fonte: Acervo Larissa Lima, 2018

Nesse sentido, é válido lembrar de que existem indicadores considerados de fundamental importância num espaço livre público para que haja, efetivamente, uma propensão à vitalidade urbana. Segundo Santana e Elali (2016):

(...) além da morfologia da área, os comportamentos e usos nela existentes são

permeados pela percepção que os usuários têm daquele local, dos seus objetos e das outras pessoas que ali se encontram, o que torna a percepção ambiental uma intermediária essencial ao surgimento e ao entendimento da vitalidade urbana.

(SANTANA e ELALI in SILVEIRA et al, 2016, p. 63)

2.3. Intervenções de pequena escala e o mobiliário urbano: natureza, classificação e repertórios.

A crise urbana, baseada na depreciação dos espaços públicos, tem despertado àqueles que não se conformam com o quadro atual da vida urbana dois tipos de posicionamento mais preponderantes. O primeiro seria o de **fuga da realidade**, quando o sujeito ignora o que vem ocorrendo e se isola em espaços fechados que oferecem opções de lazer, segurança e comodidade, como condomínios fechados e *shoppings*. O segundo posicionamento, consiste na produção de **práticas socioespaciais** ou também chamada de práticas urbanas criativas⁷, onde a cidade é construída e interventiva por diferentes atores impulsionados pela reivindicação do direito à cidade⁸ cujo objetivo consagra a construção de

⁷ As práticas urbanas criativas organizam lugares para o encontro – pontos de contato que resistem à desertificação de espaços coletivos de qualidade (ROSA, 2011, p.16).

⁸ Conceito desenvolvido por Henri Lefebvre (2006) em “O Direito a cidade”, que define o direito à cidade como um direito a não exclusão das qualidades e predicados da vida social.

espaços coletivos – para o encontro -, gerando espaços de uso público, irrestrito e democrático, sem impedimentos a quaisquer grupos sociais e econômicos.

Na literatura, alguns autores fortalecem a importância dessas práticas sociais na cidade em função dos questionamentos acerca dos mecanismos tradicionais de planejamento do espaço público. A prática urbana tecnocrática, comum na maioria das ações de planejamento de uma cidade, necessita de uma revisão, visto que a maioria dos espaços públicos são planejados – em sua forma e funcionamento – sem a contribuição e participação daqueles que possivelmente irão usá-los, resultando em espaços alheios ao interesse da população (ANTUNES e SOBRAL, 2016, GEHL, 2013).

Dessa maneira, o método de planejamento urbano participativo através de engajamentos sociais não se faz necessário apenas no âmbito da revisão de mecanismos arcaicos de planejamento, mas por contribuir com uma “cidade inclusiva”, como considera Hehl (2011):

A mudança paradigmática de métodos *top-down* (de cima para baixo) para práticas *bottom-up* (de baixo para cima) pode ser considerada a inovação mais importante em planejamento urbano para a realização da ‘cidade inclusiva’. Participação, autoajuda assistida e transferência de poder a atores locais têm sido amplamente reconhecidas como pré-requisitos para a ‘boa governança

urbana' e para a integração de grupos marginalizados com igual participação no espaço urbano.

(HEHL in ROSA, 2011, p. 150)

Diferente do que se observa em projetos de maiores proporções espaciais, as intervenções urbanas ditas "pontuais" na escala local não configuram grandes mudanças no tecido citadino, podendo ser feitas através de arquiteturas, obras de arte urbana e também mobiliários. Assim, ela é caracterizada por permitir a sua dispersão no território da cidade, com custos menores de operação, através de instrumentos e meios não convencionais, mas que podem ser eficientes. Na literatura, essas intervenções são abordadas em temas como: acupuntura urbana, urbanismo tátil, microubanismo, microplanejamento urbano, práticas urbanas criativas e pequena escala de intervenção.

As medidas de ativação ou práticas socioespaciais são especialmente direcionadas à **pequena escala**, notadamente representada pelos ELP's, sendo estes essenciais e fundamentais para a manutenção da cidade como lócus das co-presenças, disputas e apaziguamentos sociais.

A **pequena escala urbana** pode ser compreendida como aquela que favorece a escala humana, com distâncias que permitem as trocas e interações sociais, respeitando um limite de 300 a 500 metros de raio no sentido horizontal,

e de até quatro pavimentos no sentido vertical, considerado uma distância máxima para que haja interações com a rua. A **pequena escala de intervenção** na área de arquitetura e urbanismo é compreendida como aquela onde podem ser inseridos elementos ou iniciativas de transformação do espaço, ocorrendo através da inserção de mobílias urbanas, pintura, música, cenografia, mutirões em prol do meio ambiente, hortas urbanas, arquitetura, entre outros, que geralmente é realizado numa praça, num largo ou parque (GEHL, 2013; BRITO, 2019).

Em relação à pequena escala urbana, nessa pesquisa será usado como parâmetro de apreensão do espaço um raio de 300 metros dentro do espaço livre, gerando uma área de influência de 600 metros de diâmetro, considerado por Gehl (2013) uma distância ideal e confortável para caminhar sem fadiga, com ou sem limitações físicas, inclusive por usuários de qualquer idade.

A intervenção de pequena escala envolve atuações de várias naturezas que sugerem intervenções de cunho efêmero ou permanente através da arquitetura, do urbanismo ou do design. As figuras a seguir (Figuras 17, 18 e 19) retratam exemplos de práticas urbanas implantadas em áreas antes, potencialmente, com uso negligenciado.

a. **Figura 17:** Garrido Boxe



Fonte: <<http://g1.globo.com/saopaulo/noticia/2012/01/projetos-utilizam-viadutos-e-pracas-para-ajudar-moradores-de-rua-em-sp.html>>

b. **Figura 18:** 6EMEIA



Fonte: <<http://www.6emeia.com/>>

c. **Figura 19:** A Batata Precisa de Você



Fonte: <<http://www.piseagrama.org/a-batata-precisa-de-voce/>>

a. **Garrido Boxe** – Partindo de uma iniciativa de Nilson Garrido e Cora Batista, o projeto consiste na implantação de aparelhos de ginástica, academia e ringue de boxe embaixo de um viaduto em São Paulo, um espaço antes residual e sem uso, localizado embaixo de uma avenida.

b. **6EMEIA** – Este projeto é uma iniciativa de dois moradores e artistas de São Paulo que consiste em pintar bueiros, postes, ruas e outros componentes do espaço urbano adicionando cor e humor a uma paisagem cinza e deteriorada de São Paulo, Buenos Aires e outras regiões.

c. **A Batata Precisa de Você** - São Paulo possui um coeficiente significativo de iniciativas cidadãs. O exemplo mais emblemático destas ações, podemos considerar – tendo em vista a sua repercussão em obras e trabalhos acadêmicos que abordam intervenções de natureza democrática -, é o caso do **Largo da Batata**

O Largo da Batata é uma praça central da cidade de São Paulo, com uma memória e centralidade que favorecem muitos experimentos e possibilidades. No início do século XXI, sua morfologia passou por um processo de

transformação agressivo, por conta das demolições de edifícios de entorno imediato. Em 2013, esse espaço foi aberto para o “uso democrático”, porém, a aridez e falta de bancos e outros equipamentos que pudessem dar um suporte às pessoas contribuiu para que este espaço, cheio de potenciais, tomasse um aspecto baldio, minimizando as possibilidades de um espaço de vitalidade. Dessa maneira, no intuito de não deixar esse espaço urbano ser negligenciado o uso e esquecido pelo poder público, surgiram iniciativas cidadãs que são compreendidas como práticas sociais.

No início de 2014, nasce o “**A Batata Precisa de Você**”, um movimento pautado em iniciativas cidadãs de cunho efêmero e permanente que vigora até os dias atuais. Baseado em aulas de ginástica, performances, shows, jardinagens, jogos para crianças e construção coletiva de mobiliário urbano para o local, o movimento reúne através dessas ações táticas sociais de participação cidadã. O seu espaço de interação virtual – página no *Facebook* – contempla discussões e sugestões que são debatidas e decididas no espaço público real. Outra tática é a de construção de estruturas que permitem o experimento imediato, como mobílias e estrutura de sombreamento. Nesse caso, sua implantação é negociada informalmente com gestores públicos. O caso do Largo da Batata demonstra o quanto pequenas iniciativas conscientes e democráticas transformam um lugar, produzindo espaços de uso comum.

Assim como ocorrem em apropriações espaciais e visto no caso do Largo da Batata, o mobiliário urbano pode atuar como importante ferramenta de transformação e vitalidade urbana. Sua implantação, qualidade física, forma, cor e função interferem significativamente no uso e no tipo de público que irá frequentá-lo. O referencial teórico reforça ainda que objetos como bancos são essenciais para atrair a vitalidade de um espaço, pois atua não apenas como objeto que funciona como descanso e contemplação, mas dá suporte a outras atividades, como a prática de exercícios físicos (GEHL, 2013; WHITE, 2009).

Dessa maneira, Ferrari (2004) e Montenegro (2005) apontam que o mobiliário urbano se destina a oferecer comodidade, conforto e atender demandas de uso do espaço ao pedestre sendo, portanto, objetos não adquiridos pelos usuários, mas implantados para o uso específico, e podem contemplar lixeiras, bancos, orelhões, aparelhos de academia ao ar livre, placas, brinquedos para parques e praças – como gangorras, balanços -, postes de iluminação, guarda-corpo, esculturas, entre outros.

Tal como outros elementos, o mobiliário urbano possui um tempo de vida específico que requer manutenção e planejamento na definição do tipo de acabamento e resistência. Esses fatores, aliados a outros, irão favorecer o seu uso e promover a saúde urbana (MONTENEGRO, 2005).

3. Diagnóstico

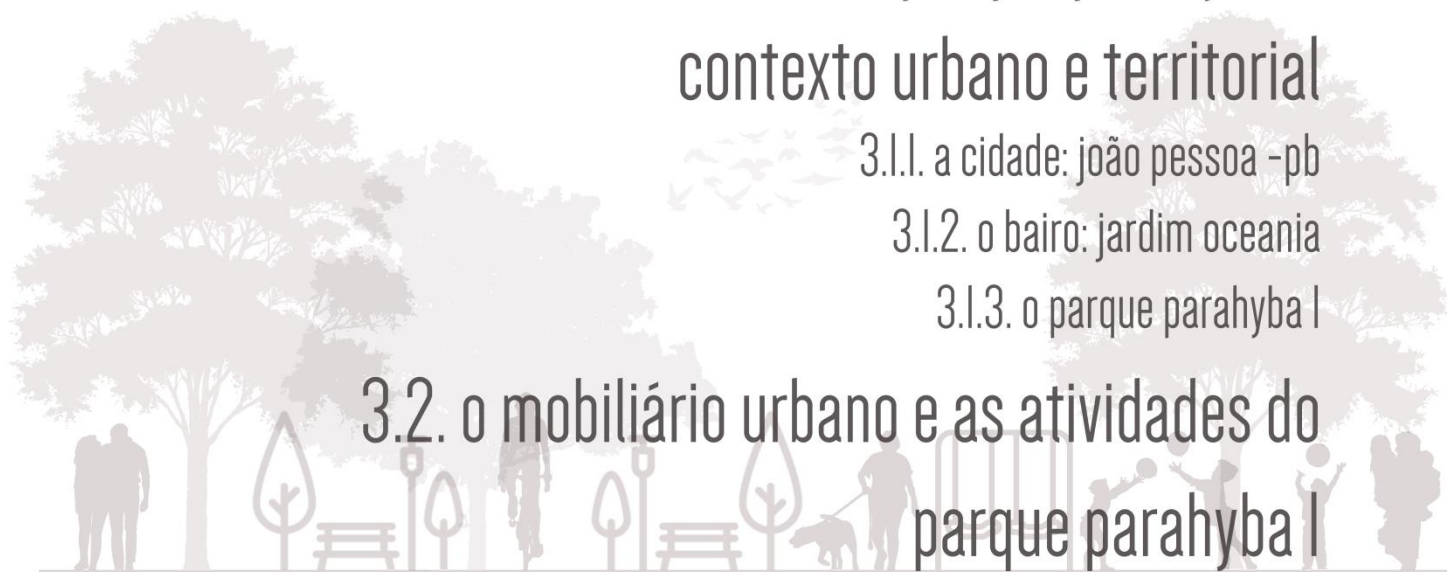
3.1. a cidade, o bairro e o parque parahyba I: contexto urbano e territorial

3.1.1. a cidade: João Pessoa - PB

3.1.2. o bairro: Jardim Oceania

3.1.3. o parque Parahyba I

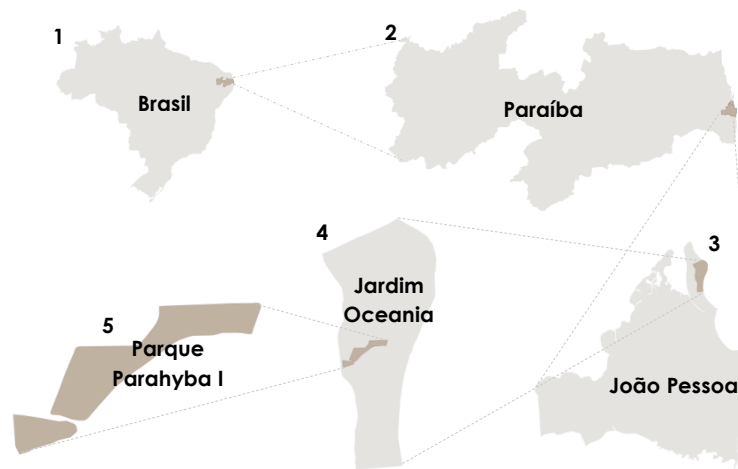
3.2. o mobiliário urbano e as atividades do parque Parahyba I



3.1. A cidade, o bairro e o Parque Parahyba I: contexto urbano e territorial.

Para melhor compreensão do contexto geográfico em que se insere o Parque Parahyba I (Figura 20)– recorte territorial dos objetos de estudo desta pesquisa – será apresentado um breve histórico da cidade de João Pessoa, na Paraíba, e da formação e desenvolvimento da sua área litorânea, com enfoque ao Bairro Jardim Oceania, onde o parque está localizado. Por fim, será abordado um diagnóstico geral do Parque Parahyba I em função de sua implantação, dinâmicas de atividades e do seu mobiliário urbano.

Figura 20: Recorde territorial localizando o Parque Parahyba I

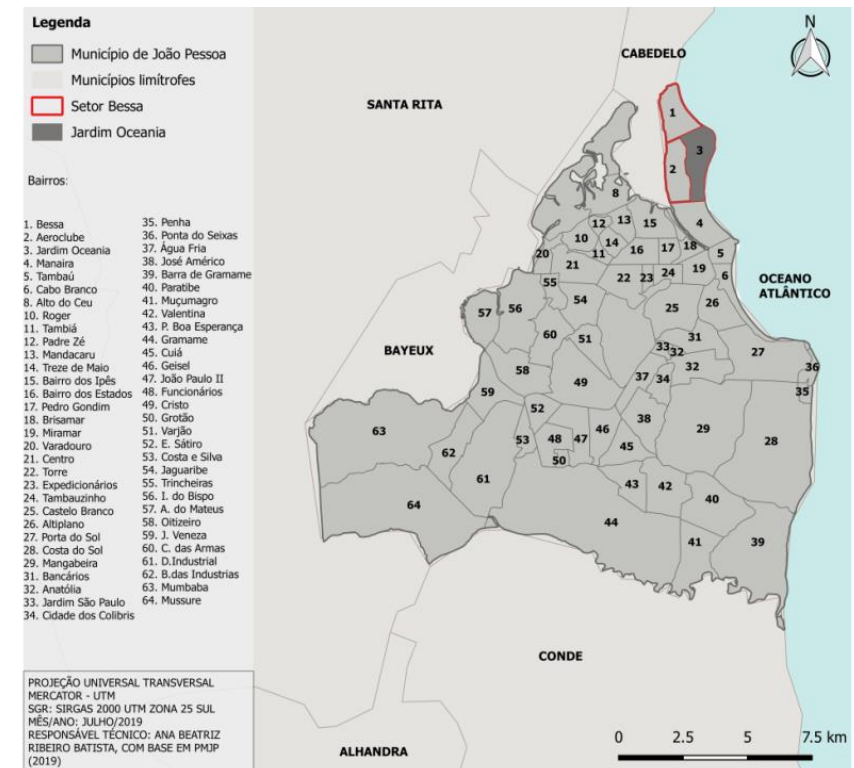


Fonte: Elaborado pela autora, 2019

3.1.1 A cidade: João Pessoa

Com uma área territorial de 211,286 km² (IBGE, 2019), a cidade de João Pessoa, capital da Paraíba, localiza-se no extremo Leste do estado, limitando-se ao Sul com o município de Conde, Oeste com os municípios de Bayeux e Santa Rita, ao Norte com o município de Cabedelo e à Leste com o Oceano Atlântico (Figura 21).

Figura 21: Mapa geográfico de João Pessoa localizando seus municípios limítrofes, bairros, Setor Bessa e Bairro Jardim Oceania.



Fonte: Elaborado pela autora, 2019

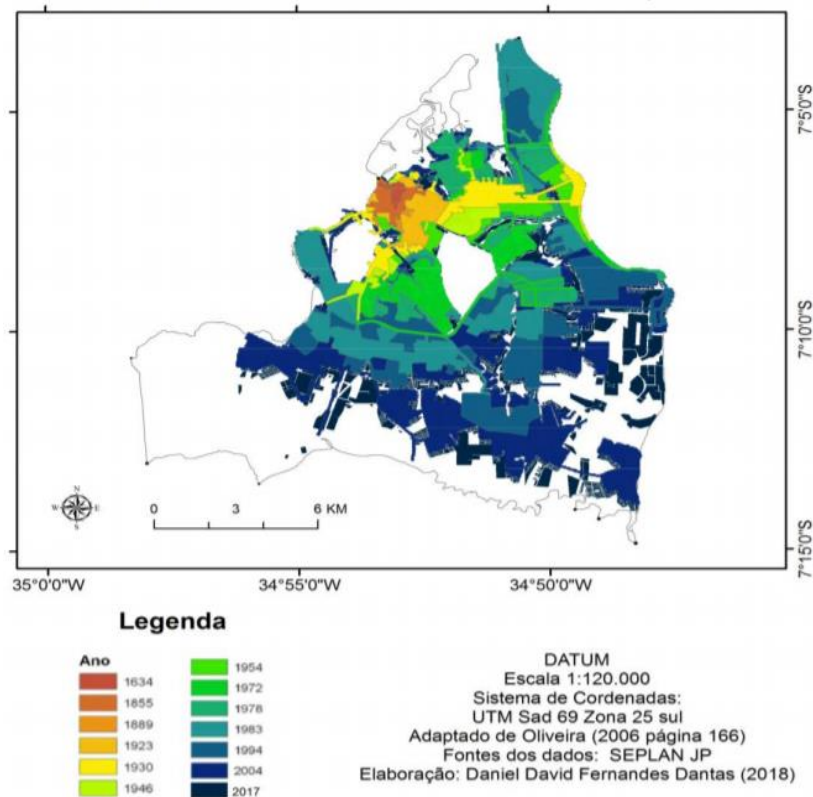
Fundada em 1585 às margens do Rio Sanhauá a cidade foi, até o início do século XX, subdividida em duas regiões em função do seu uso e ocupação do solo: a Cidade Alta, que concentrava algumas moradias, edifícios administrativos e religiosos; e a Cidade Baixa, que hoje é conhecida como Varadouro, era palco das grandes movimentações comerciais e sociais da cidade.

A cidade permanece presa ao seu núcleo inicial até meados do século XIX, e apenas no século XX começa sua expansão em direção aos eixos Sul e Leste, em direção ao litoral. Com a chegada da industrialização na cidade e da abertura da Avenida Epitácio Pessoa, na década de 1920, a cidade foi sinalizando uma expansão na direção do seu litoral, consolidando os bairros de Cabo Branco e Tambaú. A partir da década de 1960, foram estabelecidos os bairros situados à beira mar e nas proximidades da Av. Epitácio Pessoa, tais como: Pedro Gondim, 13 de Maio, e Bairro dos Ipês. Esse processo de ocupação ocasionou uma transformação da paisagem urbana dessas localidades. (AGUIAR, 2002; DANTAS, 2018)

A cidade também apresentava uma expansão em direção ao eixo Sudeste com a implantação do Conjunto Castelo Branco (1969), posteriormente seguido pelo Conjunto dos Bancários (1980) e o Conjunto Valentina de Figueiredo (1985). Enquanto esses Conjuntos se consolidavam, a cidade crescia em direção à sua região Sul-sudoeste, com a implantação de outros conjuntos

habitacionais, como Costa e Silva (1971), Ernani Sátiro (1977), José Américo (1978), Ernesto Geisel (1978), Cristo Redentor (1981) e Bairro das Indústrias (1983). A partir deste panorama, entende-se que a expansão urbana de João Pessoa ocorreu de forma espraçada e descontínua da malha urbana, conforme visto na Figura 22. (MAIA, 2000 apud DANTAS, 2008).

Figura 22: Área urbana de João Pessoa em diversos períodos
Área urbana de João Pessoa em diversos períodos



Fonte: Dantas (2018), p. 32, adaptado de Oliveira (2006)

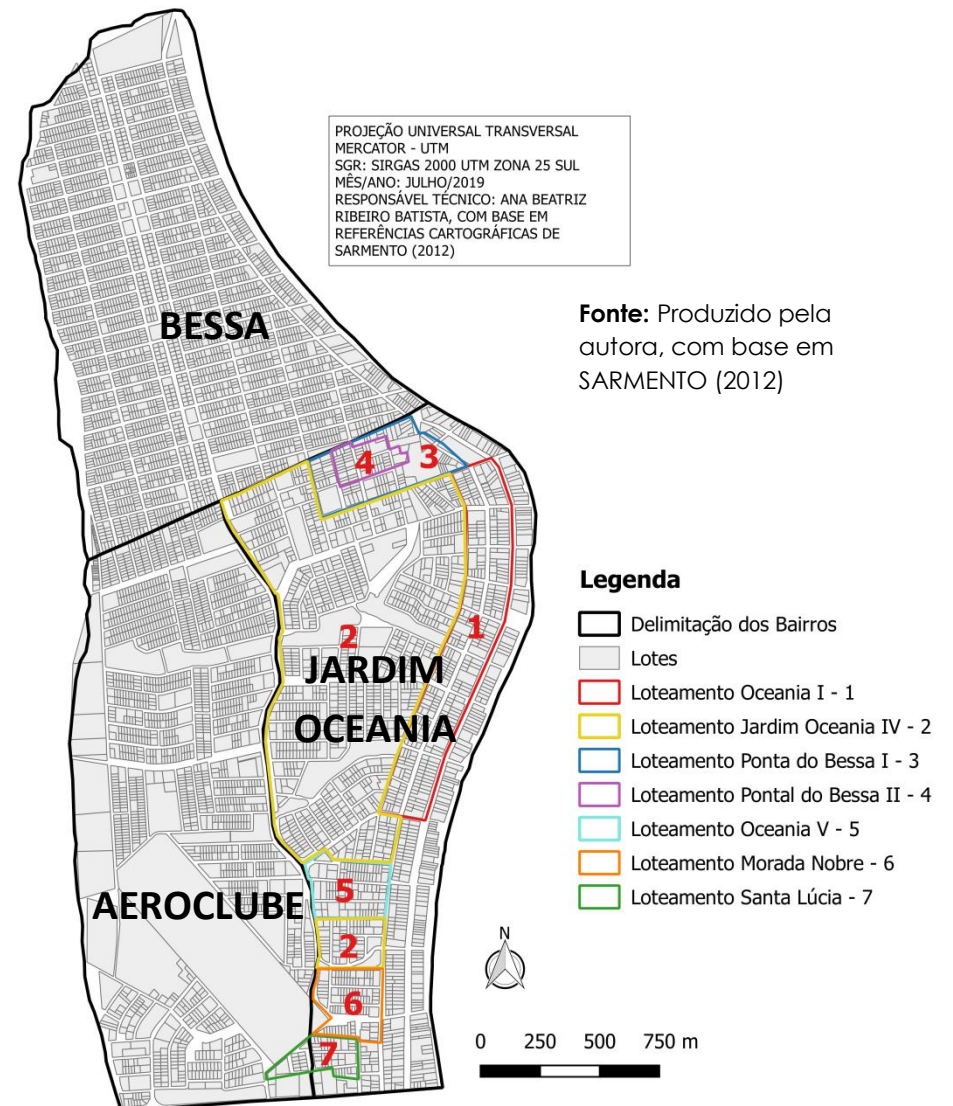
3.1.2. O Bairro: Jardim Oceania

O bairro Jardim Oceania ocupa uma área de pouco mais de 2,28 km² e está contido no dito “Setor do Bessa”⁹, definido por Sarmento (2012) como sendo uma área litorânea no norte de João Pessoa compreendida pelos bairros do Bessa, Jardim Oceania e Aeroclube (Figura 23).

Segundo Sarmento (2012), a ocupação urbana desta área pode ter iniciado em 1949, por intermédio de duas vias de acesso que conectavam este Setor a João Pessoa: a estrada de rodagem, pavimentada em 1942 que ligava a cidade ao porto de Cabedelo, e a Avenida Litorânea de Tambaú, ao limite Sul do Setor. No entanto, apesar desta estimativa, afirma-se que sua ocupação urbana iniciou em 1976, uma vez que as normas do Código de Urbanismo de João Pessoa passam a vigorar nesse ano, tendo uma grande influência durante a ocupação dessa área. Antes disso, o “Setor do Bessa” possuía apenas casas de veraneio isoladas que mais tarde, com o parcelamento do solo e a divisão em loteamentos, foram aumentando e estendendo-se gradativamente formando quadras até a estrada de Cabedelo.

⁹ Nesta pesquisa, o “Setor Bessa” refere-se ao Setor que compreendia, até o ano de 1998, aos bairros de Jardim Oceania, Bessa e Aeroclube

Figura 23: Estimativa territorial dos loteamentos implantados no século XX no Setor do Bessa que formaram o bairro que hoje é denominado de Jardim Oceania, baseado no levantamento de SARMENTO (2012)



Assim, ainda segundo a referida autora, o Bessa foi progressivamente ocupado com a implantação e aprovação de loteamentos que seguiam diretrizes de parcelamento determinadas pelo Código de Urbanismo da cidade, vigente em 1976. Apesar disso, muito antes, alguns loteamentos já estavam instaurados nesse Setor. Até o ano de 1976, o Bessa já possuía três loteamentos e uma ocupação considerável em direção à orla.

No início da década de 1990, todo o Setor referido nesta pesquisa era denominado "Bessa", como antes mencionado, mas foi modificado em 1998 por uma Lei Municipal nº 1.574, de 4 de Setembro de 1998, que dividiu o Setor em três bairros: Bessa, Aeroclube e Jardim Oceania. O bairro que hoje corresponde ao **Jardim Oceania**, ocupa uma faixa de 35% deste Setor e engloba os loteamentos Oceania I (1950 e 1954), Jardim Oceania IV 1ª etapa (1979), Pontal do Bessa I e II (1979), Oceania V, Morada Nobre (1979) e parte do loteamento Santa Lúcia (1979), conforme observado na Figura 23.

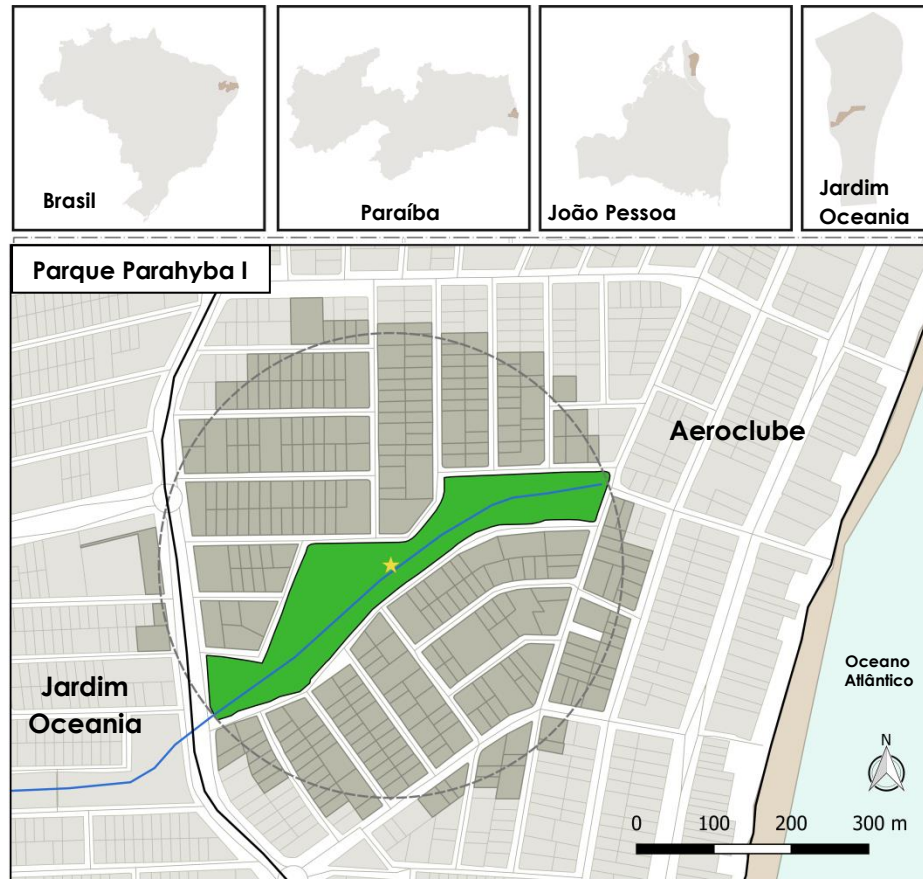
3.1.3. O Parque Parahyba I

O Parque Parahyba I é um parque urbano metropolitano do tipo linear, localizado no bairro Jardim Oceania, em João Pessoa, Paraíba (figura 24), inserido entre as ruas: Rua Bacharel José de Oliveira Curchatuz, Rua José Gomes de Sá Filho, Rua Josemar Rodrigues de Carvalho, Rua Wilton Guedes de Andrade e Rua Noberto de Castro Nogueira. A área do parque possui uma delimitação territorial de 42,954 m², cortado por um canal de drenagem no seu eixo horizontal e margeado por uma relativa concentração de vegetação nativa de árvores e herbáceas.

Segundo Faria (2015), a área que hoje é consolidada como um parque urbano era, até 1976, ocupada por uma vegetação de mata atlântica que foi perdendo essa característica conforme a ocupação urbana se assentava na direção do Bessa, atraída pelas proximidades com o litoral. Com a falta de iniciativas de preservação ambiental, a área perdeu boa parte de sua vegetação natural, restando pouco da nativa encontrada na época da expansão urbana.

Em março de 2017, o Governo Estadual inaugurou o Parque Linear Parahyba I. O projeto é definido pelo Governo como sendo a primeira etapa, pois trata-se de um planejamento que engloba três trechos do Parque Parahyba, sendo este denominado como Trecho I (SUPLAN, 2017).

Figura 24: Esquema indicando a localização e o traçado do Parque: Brasil, Paraíba, João Pessoa, Jardim Oceania, Parque Parahyba I



Legenda

- | | | |
|--------------------|--------------------|----------------------|
| Limite dos bairros | Buffer de 300 m | Ponto do Buffer |
| Lotes | Área de Influência | Rios |
| Parque Parahyba I | Costa | Pavimentação Oficial |

Fonte: Elaborado pela autora (2019)

O Plano Diretor da cidade de João Pessoa aponta que o parque está localizado na ZR3, tratando-se de uma zona adensável não prioritária. No entanto, a presença do curso de água determina que o parque seja classificado como uma zona adensável prioritária, apontado no macrozoneamento que está incluído na Zona de Preservação Ambiental – ZPA -, onde algumas medidas estão sendo tomadas para que o Parque Parahyba I retome o seu caráter de vegetação densa e de ecossistemas que o caracterizou no início da ocupação urbana do Setor. Tais medidas se dão principalmente por meio da conservação de árvores remanescentes e a plantação de novas mudas e arbustos.

Algumas ações surgem de iniciativas populares de moradores dos condomínios do entorno imediato ou líderes comunitários que promovem, com frequência, mutirões em *prol* do meio ambiente, limpeza e pequenas manutenções no mobiliário do local, como pinturas (Figuras 25 e 26).

Figura 25: Moradores limpando a área de vivência do Parque



Fonte: Página do Facebook do "Parque Parahyba", disponível em <<https://www.facebook.com/groups/148480178668835/>>

Figura 26: Moradores plantando mudas no Parque Parahyba



Fonte: Página do Facebook do "Parque Parahyba", disponível em <<https://www.facebook.com/groups/148480178668835/>>

3.2. O mobiliário urbano e as atividades do Parque Parahyba I

Com um total de cerca de 43 mil metros quadrados, o Parque Parahyba I compreende uma área que representa aproximadamente 70% de solo permeável (SUPLAN, 2019).

O projeto urbanístico do parque estabeleceu no espaço, que antes representava um local sem planejamento com uma área ampla de pouca utilização, calçadas em todo o entorno do parque, de piso intertravado, que acomoda um público variado, desde crianças a idosos, homens e mulheres, em dias e horários variados da semana e finais de semana, que geram e participam das dinâmicas de uso e ocupações diversificadas, em função de sua infraestrutura e do entorno imediato que se relaciona com o espaço e também do seu mobiliário urbano.

Em relação ao mobiliário, de modo geral e como observado na **Prancha 1/1 (Planta Visual do Mobiliário Urbano do Parque Parahyba I)**, o parque possui um quantitativo de 53 bancos de naturezas diversas – alguns foram previstos no projeto, outros surgiram pela própria iniciativa popular de moradores do local e lideranças comunitárias –; brinquedos infantis que atendem usuários com ou sem limitações, promovendo a inclusão social e a relevância deste espaço na cidade como um dos poucos ELP's que oferecem um lazer com um mobiliário voltado ao acesso inclusivo; aparelhos de academia ao ar livre;

mesas e assentos para jogos; orelhão; iluminação pública, com postes que atendem à escala do pedestre e a do automóvel; lixeiras de padrões variados; placas com informações e orientação visuais, norteadoras dos usos dos espaços; objetos que conservam e protegem a fauna local, como colmeias, implantadas através de uma ação comunitária; 2 quadras de esporte, sendo uma menor, destinada a práticas desportivas, como o vôlei, e outra de futebol; 1 equipamento de lazer para cachorros, o "Parcão"; 1 quiosque; 1 "geladeira" de livros, iniciativa dos moradores e líderes do espaço que não só implantaram o móvel como também criaram um espaço destinado à leitura e contemplação próximo a mobília, com o apoio de outras, como bancos.

Além destes mobiliários fixos, o parque chama a atenção pelas atividades efêmeras geradas por objetos e equipamentos móveis, privados, (Figura 27), como brinquedos infantis infláveis, *food-trucks*, aluguel de brinquedos como patinetes e triciclos, que atraem um número de pessoas ao espaço.

O parque possui, notadamente, uma organização de usos com mobílias e equipamentos que apontam para funções que abarcam desde a contemplação, descanso, lazer, práticas de atividades físicas, como também o comércio de alimentação, espaços para a leitura, cultivo de plantas e conservação de animais nativos do local, como corujas, abelhas e pássaros. Assim, optou-se por dividir o parque

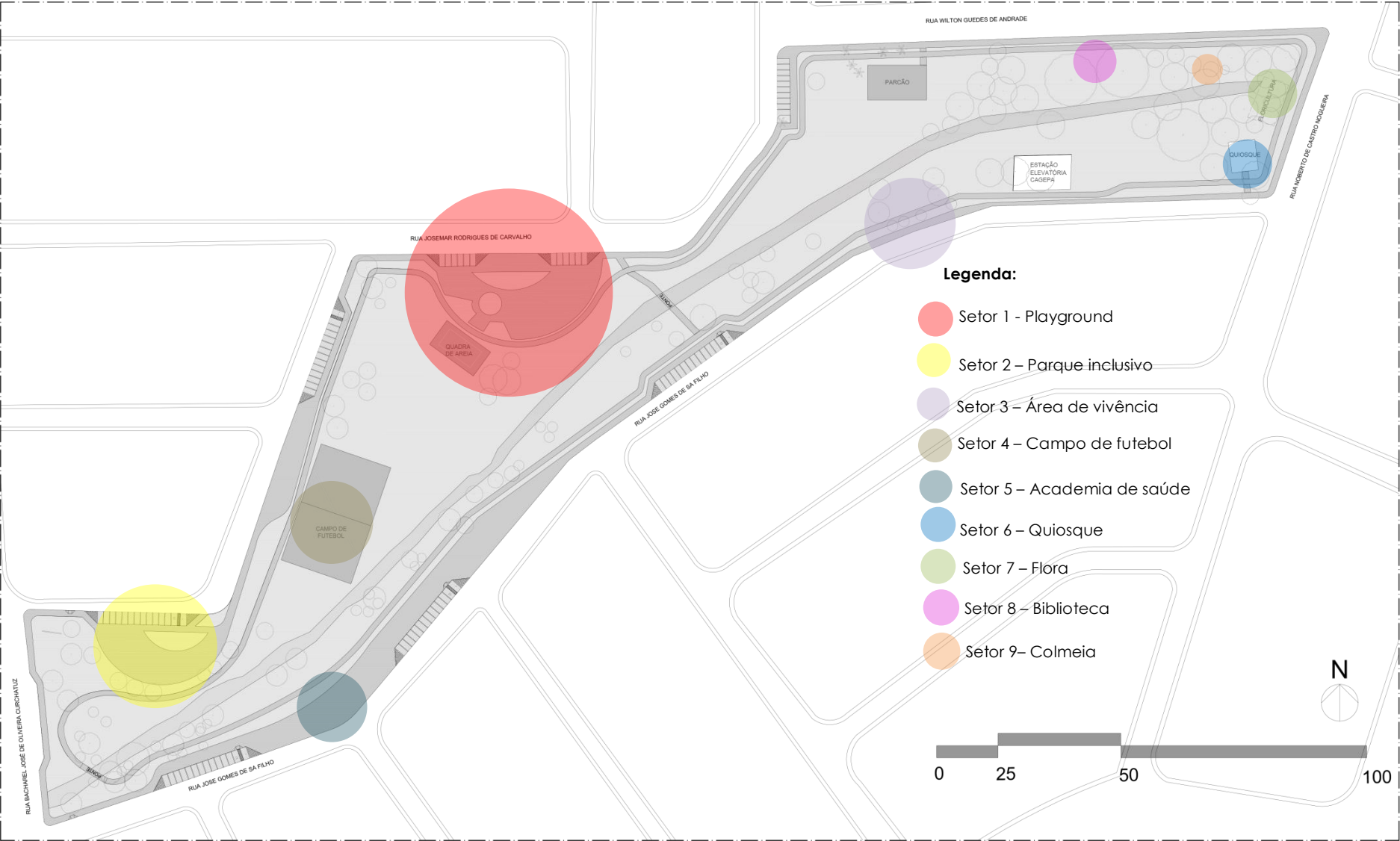
em setores de uso, considerando como setor os locais que possuíam usuários relacionando-se com o mobiliário, como visto na Figura 28. Para melhor apreensão das dinâmicas do parque em função do seu mobiliário urbano, a pesquisa trará adiante uma relação conjunta do mobiliário, do zoneamento e usos de permanência, elaborado com base na observação feita no parque em diversos dias e horários da semana. Assim, cada "setor" será abordado com a definição de suas dinâmicas de uso e do mobiliário que o compreende. A Figura 28 traz a demarcação desses setores com círculos de dimensões variadas que correspondem, de modo geral, à densidade de fluxo de usuários e de sua concentração no local.

Figura 27: Comércio de aluguel de brinquedos no Parque



Fonte: Acervo da autora, Junho de 2019.

Figura 28: Setorização dos usos de atividades de permanência do Parque Parahyba I



Fonte: Elaborado pela autora, adaptado de SUPLAN – PB (2019)

Com base nas análises empíricas do espaço e tomando a Figura 28 como referência ilustrativa, têm-se os seguintes Setores:

Setor 1: Notadamente representa o de maior vitalidade dentro do parque no período da tarde e noite, correspondendo ao espaço do *playground* e possui uma dinâmica de usos voltada para crianças (Figura 29). O local possui como mobiliário urbano bancos de concreto, lixeiras e postes de iluminação a brinquedos, como arvorismo, balanço, gangorras, trezinho, casinha, túnel e uma quadra de vôlei. Além deste mobiliário, o local também possui, dentro do espaço e no seu entorno e em determinados horários, comércios informais, como barracas de lanches, *food-trucks* e brinquedos móveis ou fixos que são dispostos, para aluguel do uso. A influência desses brinquedos móveis, como motocicletas, abrange uma área considerável no parque, produzindo vitalidade não apenas no Setor em que é comercializado, mas também no sentido Noroeste do ELP.

Figura 29: Setor 1 do Parque Parahyba I



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2019

Setor 2: Este setor compreende o Parque Inclusivo e um Jardim Sensorial (Figura 30). Ambas as instalações foram pensadas para crianças que tenham ou não limitações, e compreende um mobiliário inclusivo, além dos bancos padrões de concreto e iluminação pública. São eles: túnel, mesas para jogos, casinhas, ábaco, xilofone, jogo da memória, timão de navio e 1 mesa de tronco madeira. O jardim sensorial possui 60 jarros de plantas.

Figura 30: Setor 2 do Parque Parahyba I



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2019

Setor 3: Apesar da pouca diversidade de mobiliário, a classificação se deve ao uso constante por parte dos moradores de um condomínio localizado nas proximidades, que promovem não somente o uso com pequenos eventos ou mesmo a contemplação, mas prezam e zelam pelo cuidado com o local, que ganha um aspecto de extensão do condomínio, atribuindo a ele um sentimento de pertencimento, muito embora composto de um mobiliário singelo, como mesinhas e bancos que não

oferecem qualquer comodidade, com base na sua ergonomia e conservação (Figura 31).

Figura 31: Setor 3 do Parque Parahyba I



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2019

Setor 4: Ocupado principalmente no horário das 16:00 às 18:00 horas, durante a semana e finais de semana, possui apenas um campo em areia que atrai, em sua maioria, um público de adolescentes e adultos, tanto masculino quanto feminino para práticas esportivas (Figura 32).

Figura 32: Setor 4 do Parque Parahyba I



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2019

Figura 33: Setor 5 do Parque Parahyba I



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2019

Setor 5: Este setor conta com mesas de jogos e bancos que atendem às funções de descanso, contemplação e dá suporte para atividades físicas que se estendem nesse setor, como a Academia ao Ar Livre, que corresponde a aparelhos com barras, escada de alongamento e prancha para abdominais (Figura 33).

Setor 6: Neste setor, existe um quiosque com horário de funcionamento de segunda a sábado, das 7:00hrs às 13:30hrs (Figura 34).

Figura 34: Setor 6 do Parque Parahyba I



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2019

Setor 7: A Flora é um espaço destinado ao cultivo e comércio de plantas de pequeno porte, nativas do espaço (Figura 35).

Figura 35: Setor 7 do Parque Parahyba I



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2019

Setor 8: Fruto de uma iniciativa popular, o “Jardim de Mel” abriga abelhas nativas sem ferrão, que produzem o mel e ajudam na polinização do parque (Figura 36).

Figura 36: Setor 8 do Parque Parahyba I



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2019

Setor 9: A biblioteca “Pé de Livro” também surgiu a partir da mobilização dos próprios cidadãos, que organizaram uma geladeira para abrigar livros. Para dar suporte à leitura e incentivar a permanência, os moradores ainda instalaram bancos de concreto nas suas proximidades (Figura 37 e 38).

Figura 37: Setor 9 do Parque Parahyba I



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2019

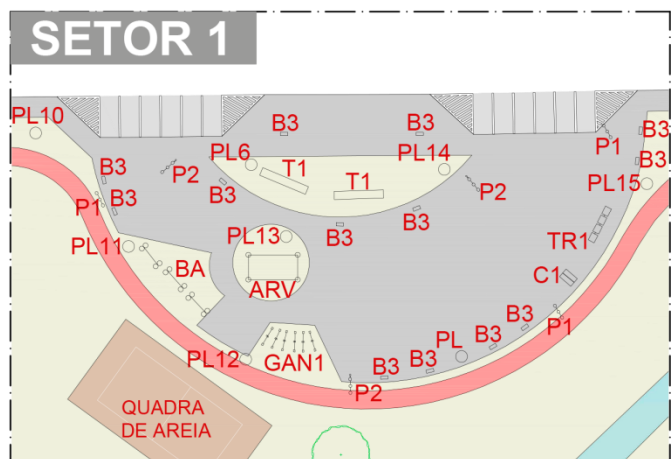
Figura 38: Setor 9 do Parque Parahyba I



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2019

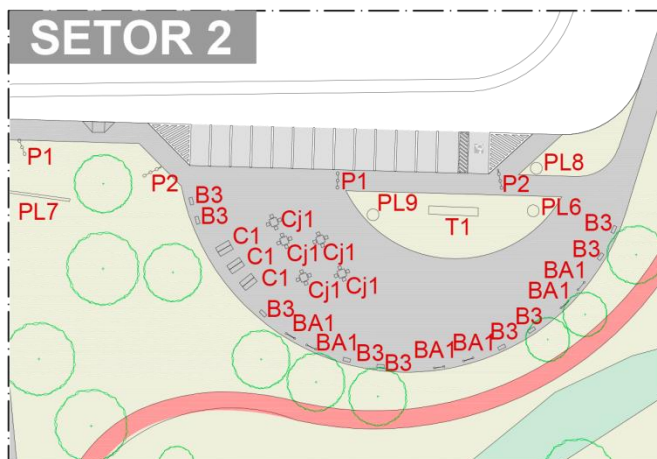
Outras atividades também são realizadas no parque, como caminhadas, corridas, ciclismo, entre outras. Geralmente, essas movimentações ocorrem na ciclovia ou em volta do parque à pé, pela calçada. Com o suporte de mapas comportamentais (apresentado mais adiante) e análises *in loco*, verificou-se, portanto, que os setores de maior vitalidade no parque correspondem ao Setor 1 (Figura 39) e Setor 2 (Figura 40). Desse modo, estas áreas serão tratadas com maior enfoque nas análises.

Figura 39: Setor 1 do Parque Parahyba I: *Playground*



Fonte: Acervo pessoal e planta elaborada pela autora (2019)

Figura 40: Setor 2 do Parque: Parque inclusivo



Fonte: Acervo pessoal e planta elaborada pela autora (2019)

Legenda:

- PL: Placa: "Puxa-saco"
- PL1: Placa: área de vicência
- PL 6: Placa: Proibido animais
- PL 7: Placa: Parque Parahyba
- PL 8: Placa: Parque inclusivo
- PL 9: Placa: Jardim sensorial
- PL 10: Placa: *Playground*
- PL 11: Placa: Balanço
- PL 12: Placa: Gangorra
- PL 13: Placa: Arvorismo
- PL 14: Placa: Bibicletário
- PL 15: Placa: Trenzinho
- ARV: Arvorismo
- BA: Balanço
- BA1: Brinquedo acessível
- B2: Banco retangular "solto"
- B3: Banco retangular
- GAN 1: Gangorra
- P1: Poste c/ 2 lâmpadas
- P2: Poste c/ 2 lâmpadas e lixeira
- C1: Casinha de madeira
- Cj1: Conjunto mesa c/ 4 bancos
- T1: Túnel
- TR1: Trenzinho

4. Análises

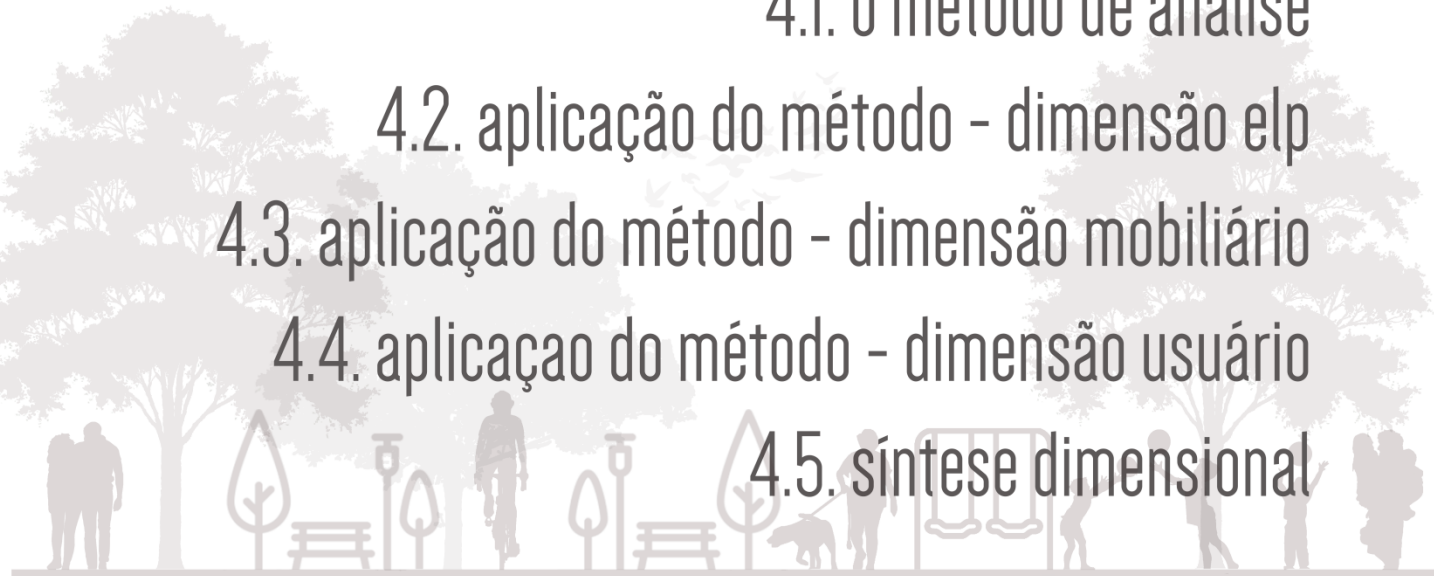
4.1. o método de análise

4.2. aplicação do método - dimensão esp

4.3. aplicação do método - dimensão mobiliário

4.4. aplicação do método - dimensão usuário

4.5. síntese dimensional



4.1. O método de análise

Como previamente exposto no Capítulo 1 desta pesquisa, o procedimento de análise utilizado neste trabalho consiste em um método desenvolvido na pesquisa doutoral de Brito¹⁰ (2019) (Figuras 41 e 42).

Tendo em vista que as transformações na esfera urbana podem ocorrer em diferentes escalas, este trabalho tem como enfoque a micro escala¹¹ do Parque Parahyba I, em João Pessoa-PB. Desse modo, o método se propõe a compreender três dimensões distintas deste espaço frente à complexidade dos elementos que se relacionam com ele, como edifícios, infraestrutura, pessoas e o mobiliário, com o intuito de verificar o impacto desses elementos na vitalidade do parque e o tipo de ativação provocada pela presença do seu mobiliário urbano. Para cada dimensão foi estabelecido um quadro de atributos (Quadros 01, 02 e 03), com o suporte de um arcabouço teórico, que contém parâmetros de qualidade específicos para o suporte das avaliações das três dimensões: ELP, mobília e usuário. A partir dos quadros de atributos de cada dimensão, foram geradas tabelas de pontuação

¹⁰ Profa. Dra. pela Universidade Federal da Paraíba, UFPB/ PPGAU.

¹¹ Segundo Silva e Romero (2011), essa dimensão compreende a **Escala específica do lugar**, que abarca o espaço coletivo e os valores de suas ações cotidianas; e a **Escala específica do edifício**, que foca na unidade do abrigo ou do espaço social, como o mobiliário.

(Tabelas 01, 02 e 03), que serão alimentadas com a conversão dos dados qualitativos (análises empíricas) em dados quantitativos por meio de parâmetros de análise, destrinchados em uma avaliação de 1 a 5, sendo o 1 considerado “desprovido” e o 5 como “provido excelente”.

Quadro 01. Quadro de Atributos – Dimensão ELP

QUADRO DE ATRIBUTOS – DIMENSÃO ELP	
Indicadores	Descrição
Uso/atividades	Refere-se à destinação dos lugares, Às estruturas voltadas para pessoas, e que suportem diversidade de funções/atividades – tanto aquelas consideradas necessárias (ir ao trabalho, ir a escola, comprar alimentos, etc),opcionais (caminhar, ficar em pé e conversar ou apreciar a vista) e sociais (encontros entre famílias), bem como a existência de “olhos das ruas”
Acessos/ Conexões	Possibilidade de acesso ao lugar, à mobilidade para outros espaços livres públicos estabelecendo um sistema, com favorecimento ao pedestre e à bicicleta e mitigação do uso do automóvel
Ambiental / Conforto	Refere-se ao clima (ao equilíbrio entre macroclima, clima local e microclima), vegetação e paisagismo, índices de poluição, aspectos de ordem estética e sentimental, elementos da paisagem, tais como a imagem do lugar.

Fonte: BRITO (2019), p. 156

Quadro 02: Quadro de Atributos – Dimensão Mobiliário

QUADRO DE ATRIBUTOS – DIMENSÃO MOBILIÁRIO URBANO	
Indicadores	Descrição
Funcionalidade/ Utilidade	Quando possui função definida ou multifunção adequada ao espaço em que foi instalado;
	Quando está ajustada aos requisitos de antropometria e/ou antropometria dinâmica para o público a que foi projetado;
	Quando a ergonomia do objeto está de acordo com os princípios de segurança e eficiência;
	Quando sua funcionalidade voltada ao repouso /assento ou ao estar das pessoas leva em consideração as distâncias pessoais mínimas para a mobília urbana;
	Quando sua funcionalidade não prejudica a utilização de outros mobiliários e do ELP no qual foi instalada.
Plástica	Quando possui forma plástica vinculada à princípios de novidade criatividade e de inovação;
	Quando sua forma não desfavorece a utilização, o desempenho e o manejo da mobília no ELP;
	Quando seus materiais e forma não entram em conflito com os princípios de sustentabilidade,

Estrutura	ecologia e conforto;
	Quando sua forma possibilita efeitos sensoriais agradáveis;
	Quando seu suporte se dá de forma a não prejudicar os requisitos de plástica e funcionalidade;
	Quando sua estrutura possibilita a durabilidade almejada para o espaço público;
	Quando seus componentes estruturais se interligam de maneira concisa, e possuem detalhamento que não permita a soltura de peças ou ameaça à integridade física do usuário.

Fonte: BRITO (2019), p. 167

Quadro 03: Quadro de Atributos – Dimensão Usuário

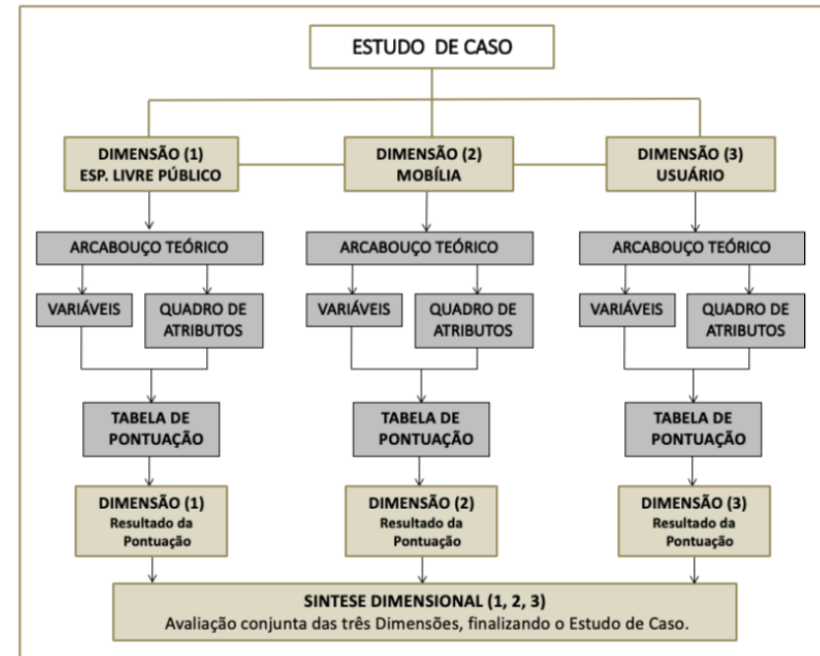
QUADRO DE ATRIBUTOS – DIMENSÃO USUÁRIO	
Indicadores	Descrição
Mapa Comportamental	Quando diz respeito às ações geradas, identificadas com objetos relacionais. Espera-se ainda que essas ações geradas sejam aquelas que vão além das necessárias (ir ao trabalho, ir a escola), sendo também opcionais (caminhas, apreciar a vista, realizar exercícios físicos) e sociais
Vestígios Ambientais	Quando os vestígios ambientais (pichações, depredações, lixo) não são localizados no ELP, bem como na mobília estudada.
	Quando as noções de pertencimento

Pertencimento (entrevistas + observação do pesquisador)	Empatia usuário/ELP/mobília	são despertadas nos usuários através da mobília ou do ELP ativado. * Tal informação sendo proveniente dos usuários através das entrevistas.
	Sociabilização	Quando participa de atividades sociais, opcionais e em prol do meio ambiente no ELP; * Proveniente dos usuários (entrevistas) + observação direta (pesquisador).
	Cooperação	Quando possui espírito de vizinhança e se engaja através de voluntariado com a comunidade de maneira construtiva em atividades sociais no ELP. * Proveniente dos usuários (entrevistas) + observação direta (pesquisador).
	Iniciativa	Quando possui atitudes de liderança em prol de mudanças e benfeitorias, bem como em prol do meio ambiente.

Fonte: BRITO (2019), p. 162

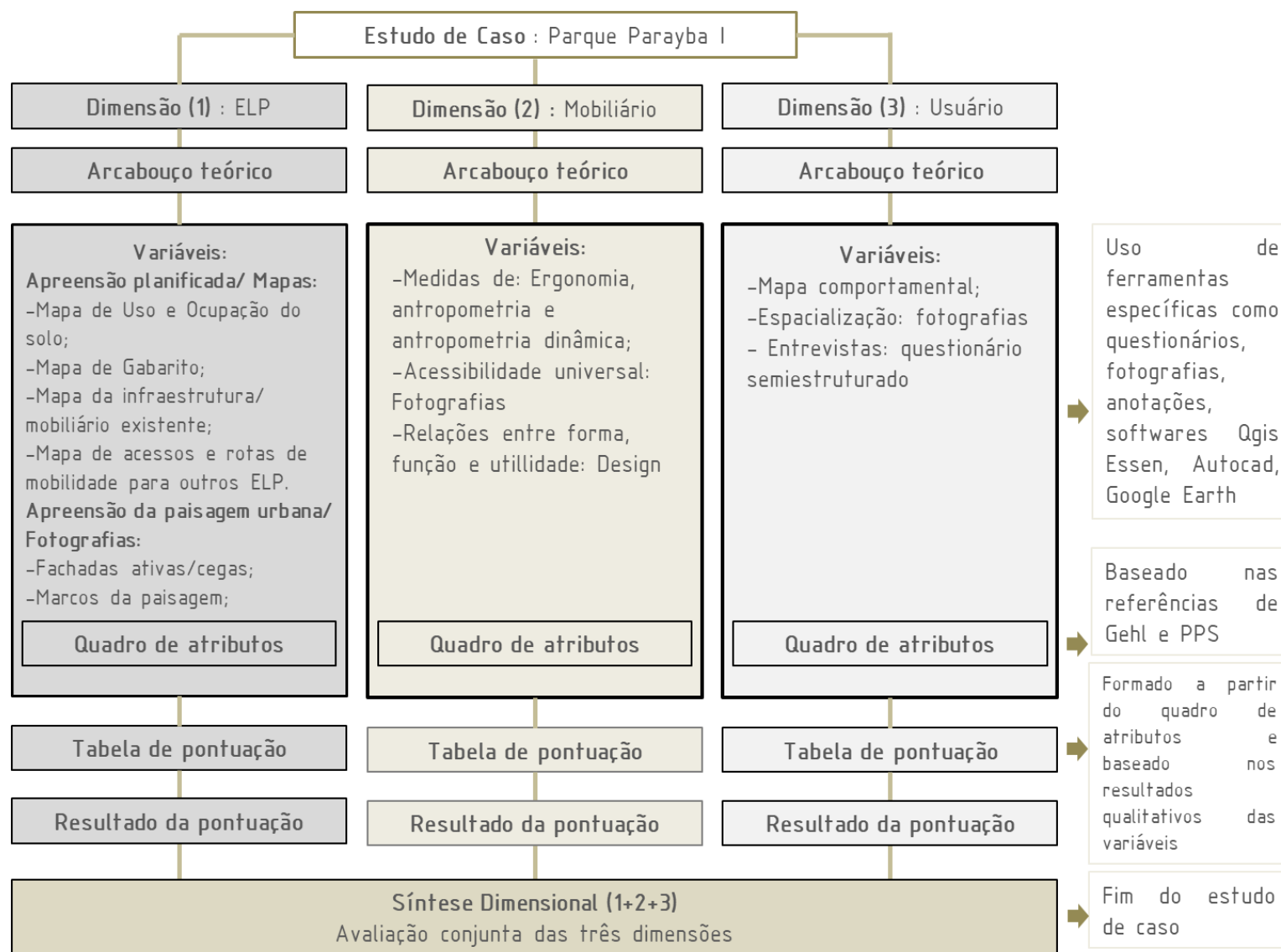
A partir disso, os resultados das tabelas de pontuação serão utilizados para compor uma síntese dimensional, comparando indicadores propensos à vitalidade do estudo de caso. Vale ressaltar que os indicadores da tabela de pontuação foram construídos por Brito (2019) com base em um quadro de atributos elaborado a partir do referencial teórico de Gehl (2013) e PPS (2018). Desse modo, cada tabela de pontuação segue parâmetros de avaliação distintos de acordo com a dimensão estudada. O diagrama da figura 41 apresenta a lógica de um estudo de caso

Figura 41: Etapas do método de análise



Fonte: BRITO (2019), p. 150

Figura 42: Esquema conjunto do método e as respectivas variáveis de cada dimensão



Fonte: Elaborado pela autora, com base em BRITO (2019)

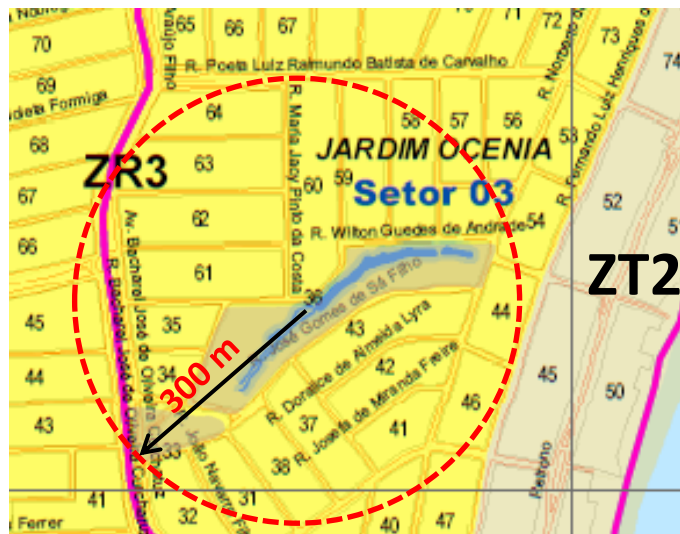
4.2. Aplicação do método – Dimensão ELP

Apreensão Planificada

4.2.1. Mapa de Uso e Ocupação do Solo

A área de recorte estabelecida dentro do *buffer* de 600 metros de diâmetro compreende duas zonas determinadas pelo Código de Urbanismo de 2001 da cidade de João Pessoa, que orienta a ocupação em maior proporção uma ZR3 – Zona Residencial 3, e em menor proporção, uma ZT2 – Zona Turística 2 (Figura 43).

Figura 43: Recorte do Zoneamento do estudo de caso em João Pessoa, com a demarcação do *buffer* de 300 metros do centro geométrico do Parque Parahyba I.



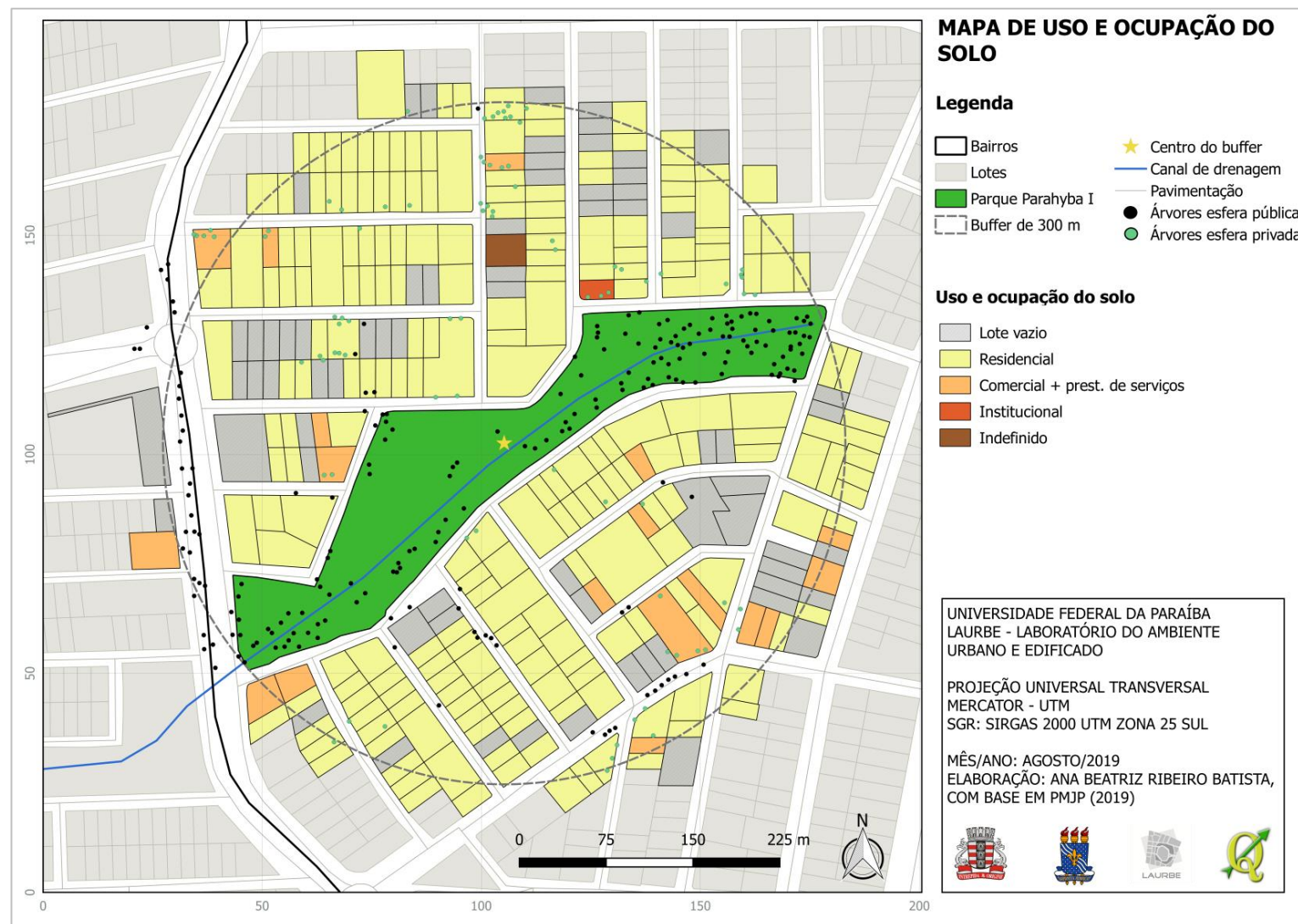
Fonte: PMJP, Código de Urbanismo p. 190. Editado pela autora, 2019.

A Zona Residencial 3 permite diversas formas de apropriação dos lotes, sendo em sua maioria os usos residenciais unifamiliares, bifamiliares e multifamiliares, com e sem pilotis e condomínios. Essa zona também sugere a apropriação de comércios locais ou de bairros, serviços locais ou de bairros e uso institucional local e de pequeno porte. De modo geral, a taxa de ocupação desses usos estabelece o mínimo de 30% (R6) e 55% (R8). (PMJP, Código de Urbanismo, p. 166). Da mesma forma como ocorre na Zona Residencial 3, para a Zona Turística 2, o código de urbanismo prevê uso residencial amplo, podendo ser unifamiliares, bifamiliares, multifamiliares, com e sem pilotis e condomínios horizontais; comércios locais, de bairro, serviços locais e de bairros, uso institucional de bairro, institucional de pequeno porte e o adicional de serviços pessoais, com ocupações máximas de até 70% (PMJP, Código de Urbanismo, p. 180).

A situação atual do uso e ocupação do solo na área que corresponde ao *buffer* de 300 metros de raio, a partir do centro geométrico do parque, é ilustrada na Figura 44 e aponta para um uso majoritariamente marcado por edifícios residenciais, com pouca variedade de comércio e serviços, representados por restaurantes, farmácias, academia e lava jato, e muitos terrenos vazios que ocupam boa parte das quadras, principalmente no sentido leste do *buffer*. A predominância do uso residencial no entorno imediato do parque contribui para o entendimento do uso e apropriação do espaço pelos

moradores do entorno, que em alguns casos, tratam o Parque como uma extensão de seus domicílios.

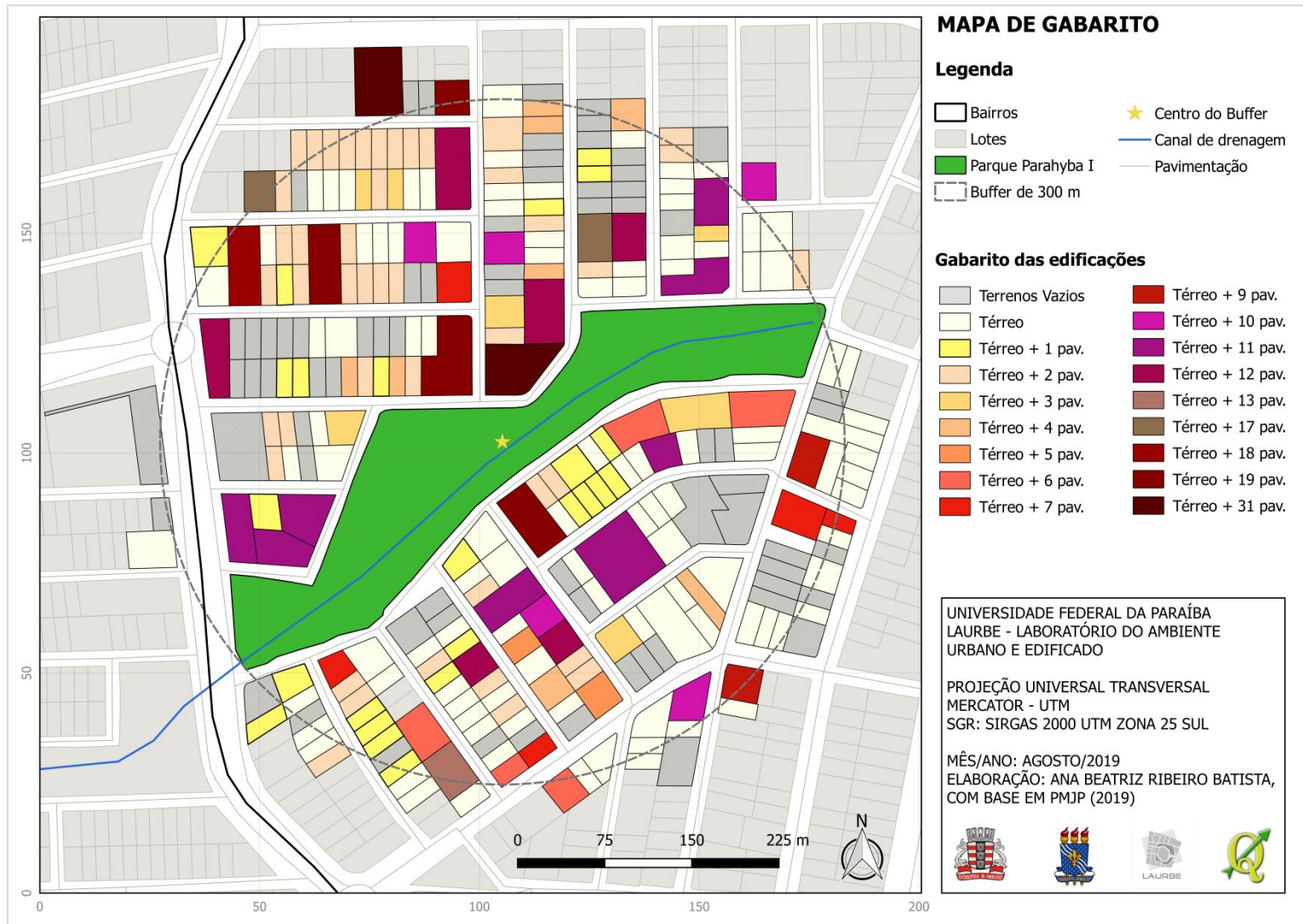
Figura 44 : Mapa de Uso e Ocupação do Solo do Parque Parahyba I



4.2.2. Mapa de Gabarito

O mapa de gabarito (Figura 45) da área traz informações relevantes que nos auxilia na compreensão dos usos e das apropriações do parque.

Figura 45: Mapa de Gabarito do Parque Parahyba I



Notadamente, os lotes localizados no sentido norte do parque apontam para uma grande concentração de edifícios de porte alto, principalmente nas bordas do Parque Parahyba I. Apesar do uso residencial (verificado na Figura 44), este mapa nos revela um dado curioso: os edifícios localizados ao norte são de porte alto e contam com variações de 11, 18 e 31 pavimentos, com áreas de lazer privativas, que sugerem uma negligência e um desuso do espaço livre público, o parque. Conforme os lotes se distanciam do parque, verifica-se um adensamento de porte menor, de até 3 pavimentos, mas com picos de variações que chegam até 31 pavimentos.

Já os edifícios concentrados ao Sul do parque, revelam uma escala cromática marcada por edifícios de porte menor, de até 7 pavimentos uma torre de 19 andares que se sobressai na paisagem urbana em relação à maioria. Como retorno desse dado, verifica-se uma maior apropriação neste lado do parque por parte da própria vizinhança, com a participação em atividades sociais, como o plantio de mudas, reparos de mobílias, limpeza e aparo da grama e a própria construção de mobiliário urbano ou marcação de áreas, como visto na Figura 46, onde um morador construiu um banco no parque, na frente de sua casa e intitulou o local, por meio de uma placa, como “Bosque do Isaac”, para sentar diariamente com o seu filho de colo e alimentá-lo. Essas apropriações específicas observadas no sentido sul do parque reforçam

na prática o que a literatura pontua sobre a “vigilância” natural do espaço, os “olhos da rua”. (JACOBS, 2000)

Figura 46: “Bosque do Isaac” no Parque Parahyba I

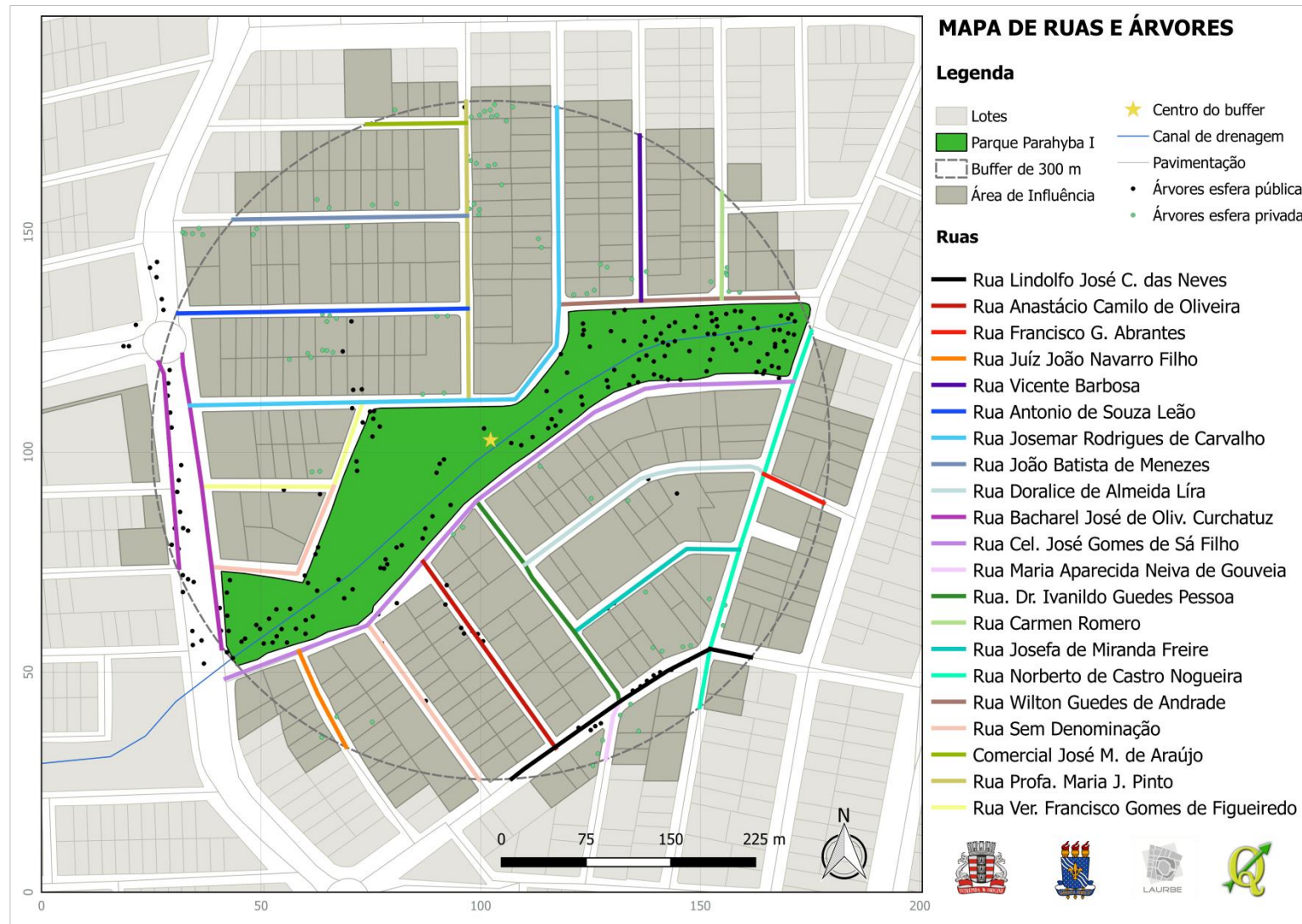


Fonte: Acervo pessoal e editado pela autora

4.2.3. Mapa de Infraestrutura e de Mobiliário

Devido à quantidade de aspectos a serem levantados numa área extensa, e pela carga horária de um trabalho monográfico, foi inviável ter esses dados pontuados em mapas, como indicado na metodologia de Brito (2019). Assim, os indicadores desta variável serão apresentados a seguir, a partir do mapa de ruas que compreendem a área de estudo (Figura 47), mediante fotografias obtidas da internet ou de verificações *in loco*, seguidas de descrição analítica.

Figura 47: Mapa de Ruas da área de influência



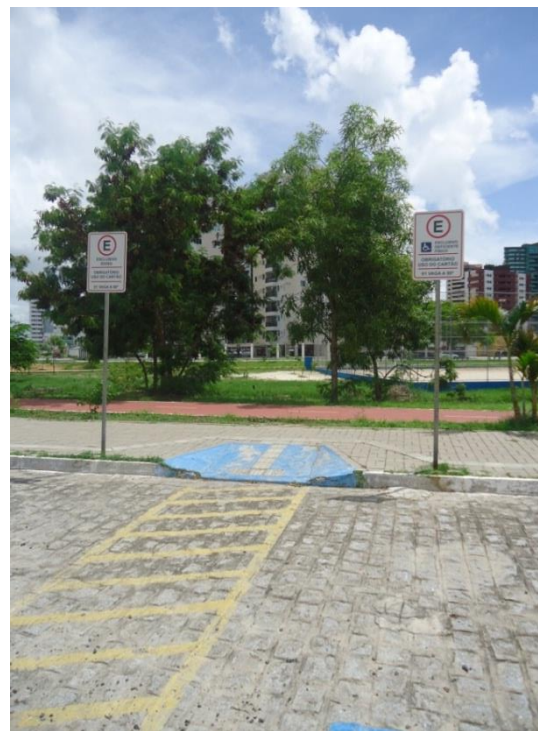
Fonte: Produzido pela autora (2019)

Com base nas visitas e passeios pelas ruas do *buffer* do parque, foi observado que os espaços possuem, de modo muito escasso e precário com relação ao uso, lixeiras, bancos e telefones públicos. Outra deficiência seria a falta de um sistema de iluminação que priorize o pedestre e os abrigos de transporte público. Apesar de terem sido identificados três pontos de ônibus dentro do *buffer* de estudo desta pesquisa, e todos eles estarem concentrados numa via de maior fluxo, as análises *in loco* revelaram que existe abrigo em apenas um desses pontos, e ainda assim, este não corresponde, de modo satisfatório ao uso, pois não existem assentos ou mesmo piso adequado. Essas análises revelam uma negligência e uma falta de consciência por parte do poder público em relação aos pedestres, como a falta de investimentos que favoreçam os usos e as apropriações.

No que tange à infraestrutura, notadamente, o trecho estudado apresenta ruas pavimentadas que oferecem boas condições de acesso ao parque ou tráfego no entorno com transportes motorizados. No entanto, quem não dispõe desse meio de circulação possui certa dificuldade de circular pelas ruas, tanto pela carência de uma ciclovia que possa se conectar com a que existe no parque, quanto pela falta de acessibilidade pedonal, com várias obstruções nas calçadas, como falta de rampas acessíveis, nivelamento e padronização das calçadas. Esse último fato reforça a dificuldade do pedestre, seja ele idoso, criança ou caso possua algum tipo de limitação

física permanente ou temporária. No Parque, parece ter havido uma preocupação em relação aos acessos durante o planejamento do espaço, tendo em vista que todos os pontos de estacionamento apresentam vagas destinadas para idosos e cadeirantes, que acessam o local por meio de rampa localizada ao lado da vaga de estacionamento (Figura 48).

Figura 48: Vagas para idoso e cadeirante no estacionamento do Parque



Fonte: Acervo pessoal da autora

Em relação ao microclima, observa-se na Figura 47 que existe uma profusão de vegetação arbórea de domínio público concentrada no parque, com pouca representação em lotes vizinhos ou em vias mais internas ao *buffer* do parque. Da mesma maneira, observa-se ainda pouca vegetação arbórea de esfera privada, pois elas se organizam de forma muito concentrada em lotes pontuais. A falta de sombreamento nas calçadas torna esses acessos ainda mais precários para o pedestre.

A seguir, serão mostrados alguns trechos das ruas estudados neste capítulo com as respectivas imagens fotográficas dos locais. Através dessas imagens (Figuras 49, 50 e 51), pode-se observar a falta de faixa de pedestres em outras vias além da Rua Bacharel José Oliveira Curchatuz, rampas para PD¹², desnível e falta de padronização das calçadas e passeios obstruídos por entulhos ou vegetação.

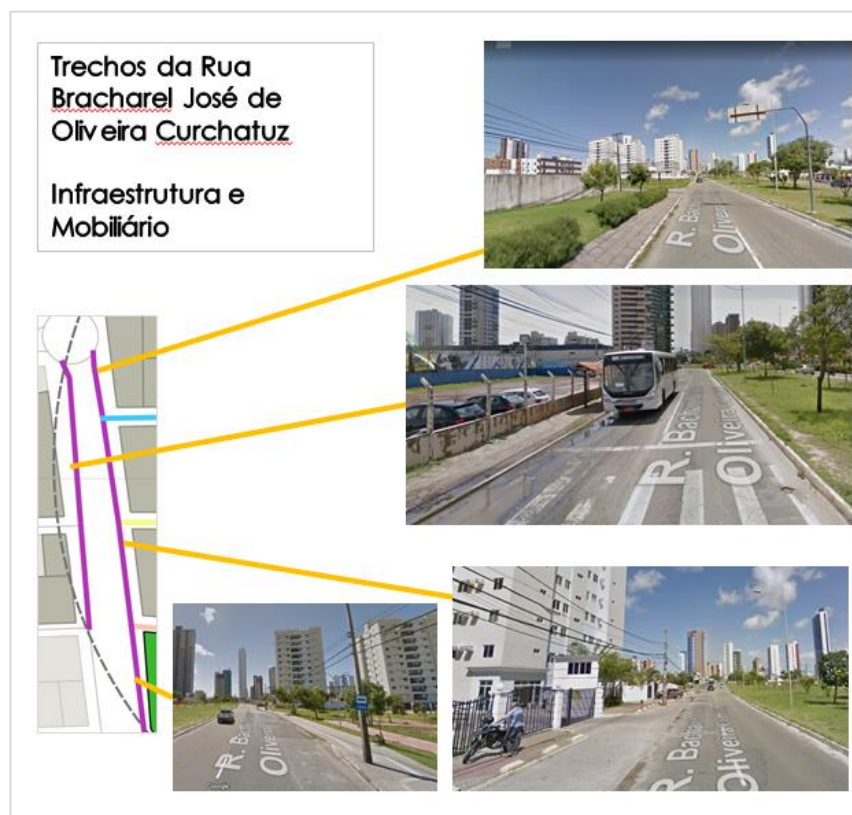
Figura 49: Trecho estudado da Rua José Neves Lindolfo C. das Neves



Fonte: Imagens datadas de 2017 do Google Street View, adaptado pela autora

¹² Portadores de Deficiência

Figura 50: Trecho estudado da Rua Bacharel José de Oliveira Curchatuz



Fonte: Imagens datadas de 2017 do Google Street View, adaptado pela autora

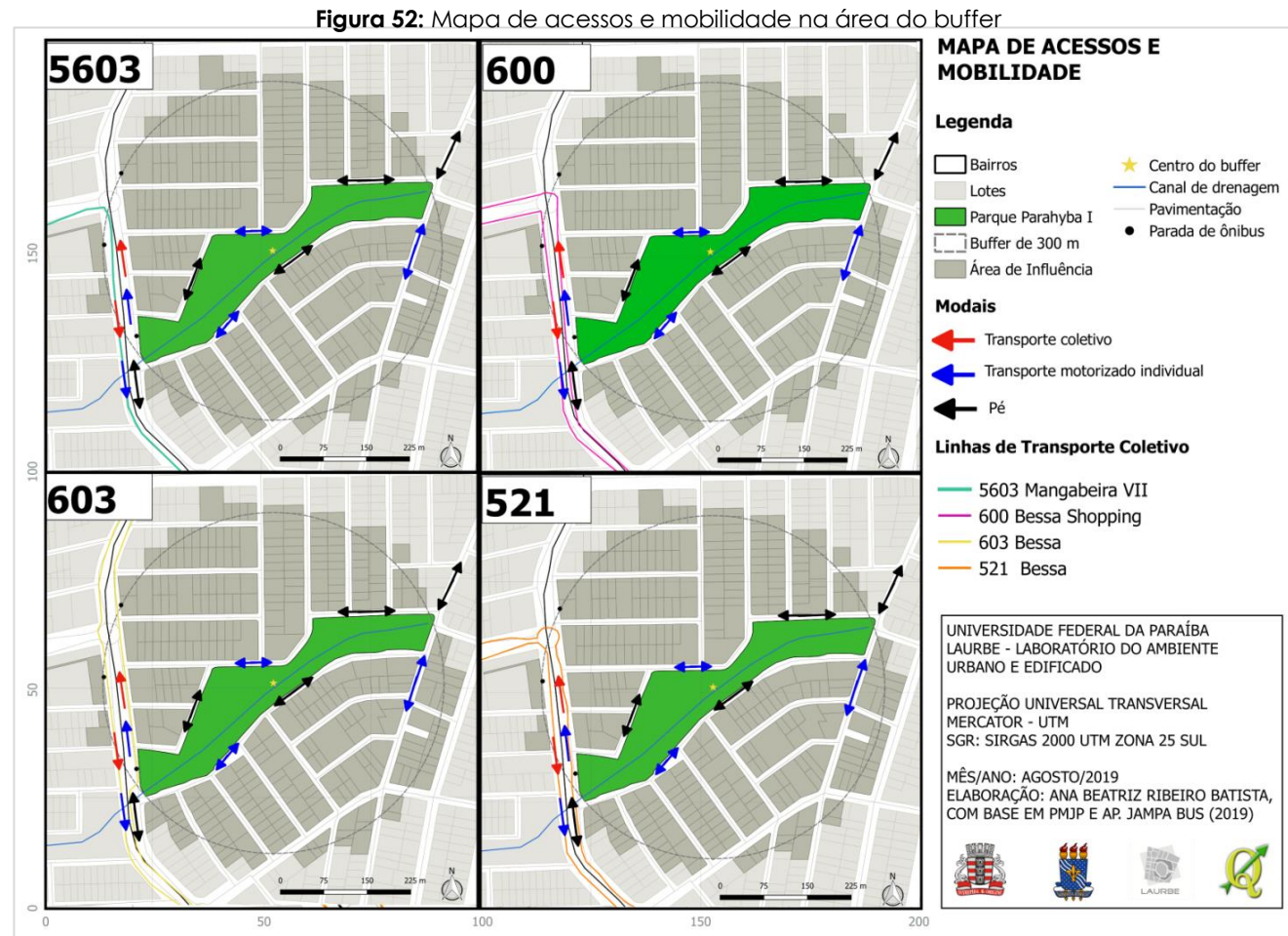
Figura 51: Trecho estudado da Rua Carmen Romero



Fonte: Imagens datadas de 2017 do Google Street View, adaptado pela autora

4.2.4. Mapa de acessos e mobilidade ao ELP.

O mapa da Figura 52 indica que o acesso ao parque é feito prioritariamente por transporte motorizado individual. As quatro linhas de transporte coletivo se concentram na Rua Bacharel José de Oliveira Curchatuz e as condições de acesso por parte do pedestre são precárias.



4.2.5. Mapa de acessos a outros ELP's.

O mapa de acessos a outros ELP's (Figura 55) indica uma proximidade do Parque Parahyba I com outros espaços livres destinados a prática do lazer, notadamente a Praça Fernanda Francisca Nogueira. Apesar da boa relação de outros sistemas de áreas verdes com o Parque Parahyba I, vale ressaltar a distância considerável em que estes espaços estão localizados para o acesso pedonal. A Praça Fernanda Francisca Nogueira, que dispõe de uma área de 1.652 m² e situa-se na orientação sul do parque, está a 685 m do ponto central do seu *buffer* e possui como forte característica a presença de um quiosque próximo do seu centro geométrico e uma quantidade relativa de mobiliário, que acaba não sendo muito utilizado durante o dia em razão da falta de sombreamento (Figura 53).

Figura 53: Vista da Praça Fernanda Francisca Nogueira



Fonte: Imagem do Google Street View, 2017

O outro espaço livre público mais próximo do Parque Parahyba I é o Parque Parahyba II (Figura 54), localizado a 858 m, que compreende o Trecho 2 do projeto estadual de urbanização do Parque Parahyba. Com uma inauguração recente datada de 2018, o Parque Parahyba II conta com uma área de aproximadamente 99 mil m², uma extensão maior que o Parque Parahyba I, entretanto utilizado de modo mais moderado em relação à área de estudo.

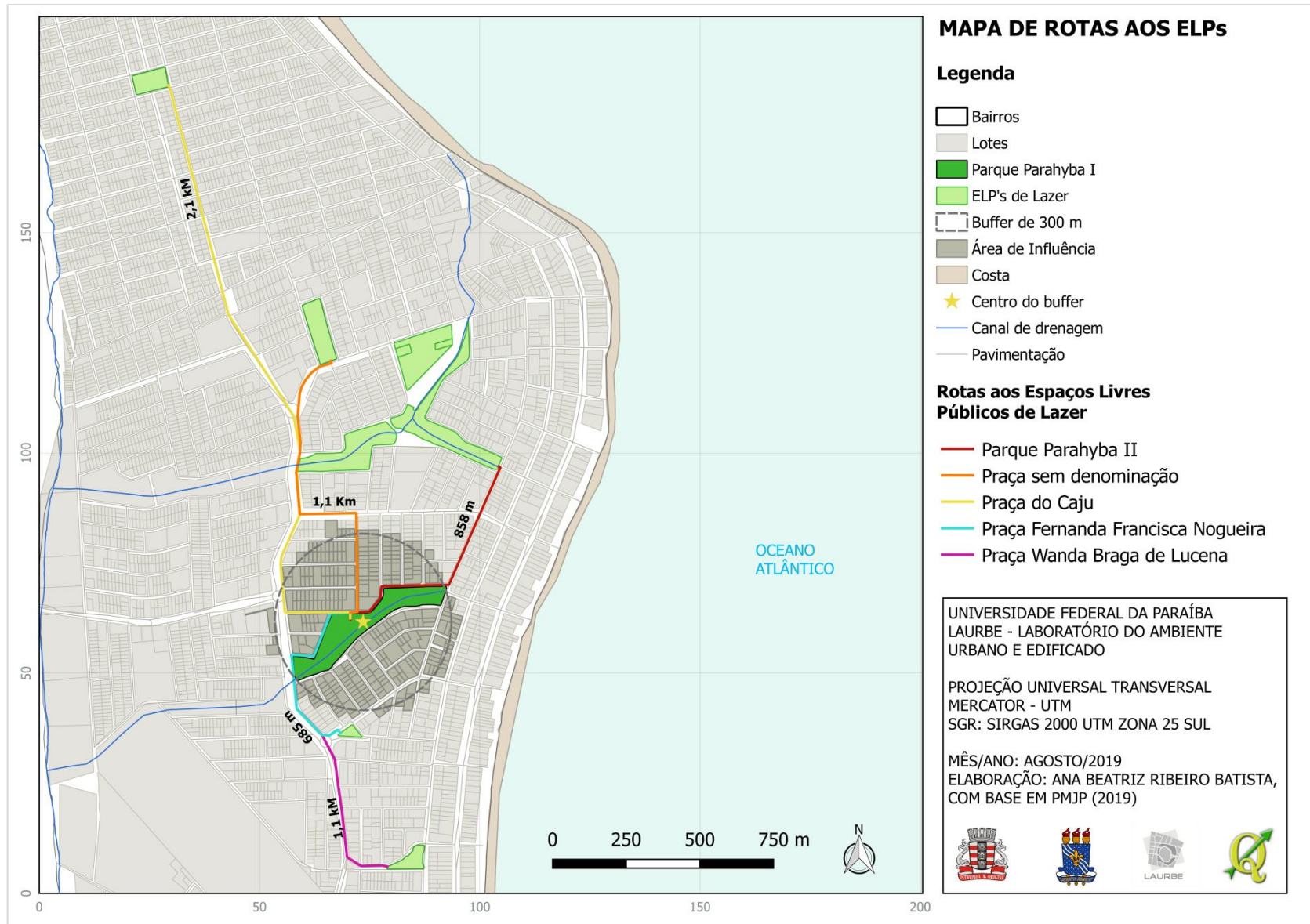
Figura 54: Vista do Parque Parahyba II



Fonte:
<<https://paraibaonline.com.br/2018/03/ric-ardo-entrega-segunda-etapa-do-parque-linear-parahyba-nesta-sexta-feira/>> acesso em 17/08/2019.

Tendo o exposto, vale destacar que o acesso aos espaços destacados anteriormente ultrapassam os 500 metros, considerado pela literatura como o limite máximo para deslocamentos a pé, limitando assim o acesso por quem mora nas proximidades do Parque Parahyba I e deseja fazer esse percurso a pé.

Figura 55: Mapa de rotas a outros ELP's.

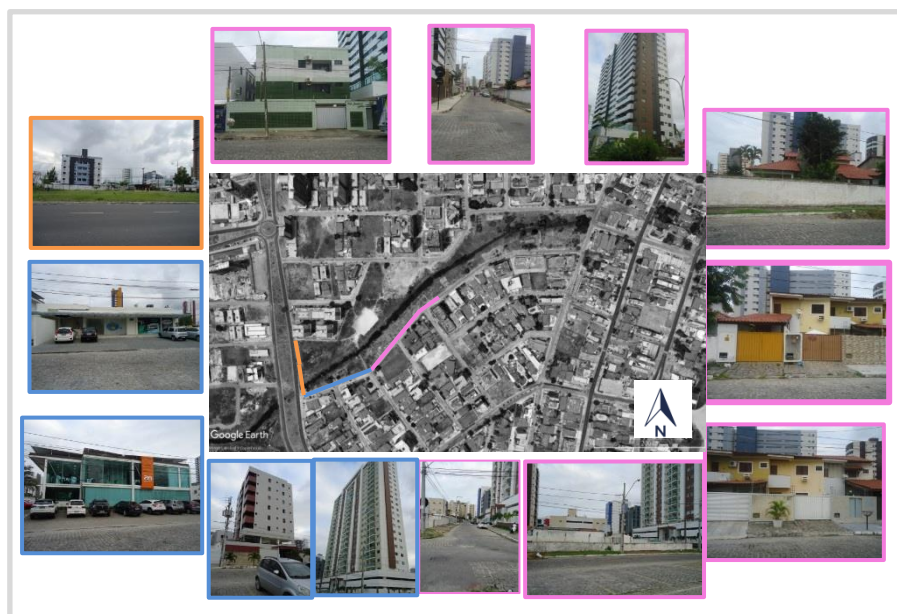


Apreensão da Paisagem Urbana

4.2.6. Fachadas Ativas/ Cegas

Para esta análise foi feito um levantamento das fachadas do entorno imediato, voltadas para o parque. Como a área de estudo é muito extensa, foi necessário dividir o levantamento em três esquemas, mostrando o panorama das fachadas, organizadas em cores de acordo com a sua localização.

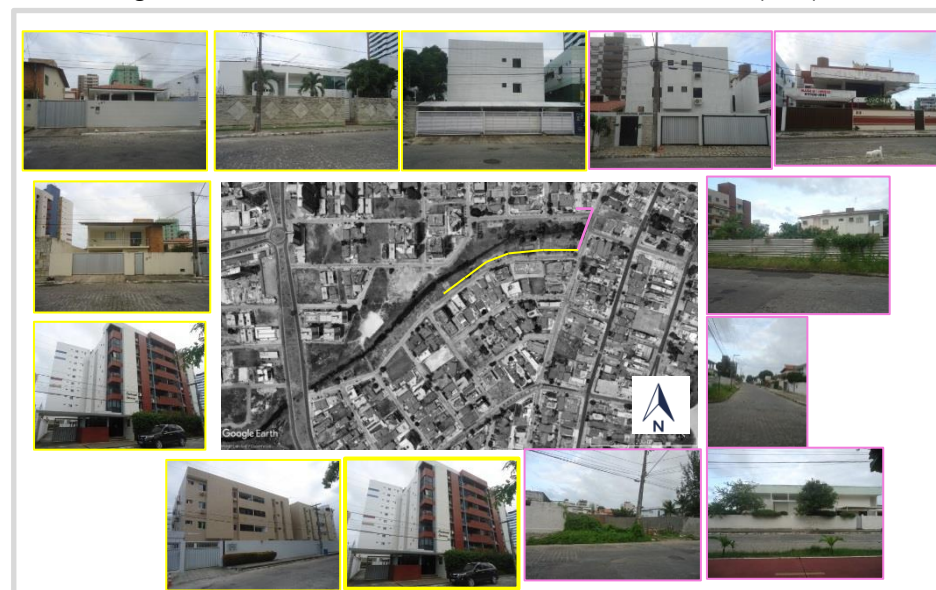
Figura 56: Fachadas de entorno do setor Oeste e Sul do parque



Fonte: Google Earth; Fotos do acervo e editadas pela autora (2019)

Assim, dentro das análises, verifica-se a pouca recorrência de fachadas ativas, de uso misto ou comercial, que autores como Jacobs (2000) e Kassenberg (2015) pontuam como um aspecto positivo para a vigilância natural das ruas, salvo por uma academia que apesar de ter grandes esquadrias de vidro, não permite uma livre interação do edifício com o espaço público e outro edifício com salas comerciais fechadas para o público, vizinho à academia. No entanto, como visto principalmente nas Figuras 56 e 57, a predominância de edifícios de gabarito baixo e de uso residencial neste lado do parque favorece a relação da vizinhança com o ELP.

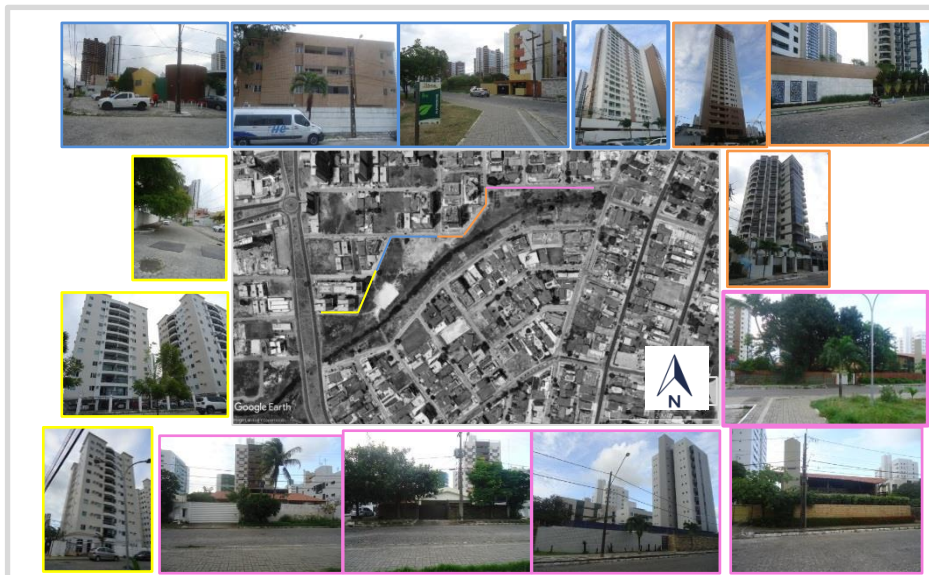
Figura 57: Fachadas de entorno do setor Leste e Sul do parque



Fonte: Google Earth; Fotos do acervo e editadas pela autora (2019)

Já a Figura 58 ilustra um panorama um pouco diferente no lado Norte do Parque. Com a maioria dos edifícios multifamiliares que podem chegar até 19 andares, é notório o impacto visual gerado na paisagem urbana e também na pouca relação que oferecem ao espaço público. Esta análise é reforçada, uma vez que muitos destes edifícios possuem muros cegos, tornando inviável a visualização do parque por parte de quem está no térreo, gerando assim ruas mais propensas à insegurança do pedestre que trafega pela calçada.

Figura 58: Fachadas de entorno do setor Leste e Sul do parque



Fonte: Google Earth; Fotos do acervo e editadas pela autora (2019)

4.2.6. Imageabilidade

O Parque possui elementos, naturais ou construídos, dentro de sua extensão que podem representar a imageabilidade do lugar, compondo a sua identidade e que são colaboradores para o fortalecimento da paisagem e para a formação de noção de “Lugar”, como destacado por (Lynch,1997). A seguir, a Figura 59 traz a orientação das vistas que utilizaremos como instrumento para esta análise.

Figura 59: Vista do parque com pontos de visada para esta análise



Fonte: Google Earth; Fotos do acervo e editadas pela autora (2019)

A) O letreiro “Parque Parahyba” da placa de informação visual está localizado ao lado do ponto de ônibus e em

frente à principal via de acesso ao parque, não por acaso. Além da sua função informativa, a placa representa por si só uma identidade de lugar para referenciar a própria localização de quem não tem o hábito de frequentar o parque (Figura 60).

Figura 60: A) Vista da placa com o letreiro do Parque Parahyba I



Fonte: Acervo pessoal da autora (2019)

B) O mobiliário do parque também colabora com a imageabilidade do lugar, com cores fortes e dispersos em “ilhas” que concentram objetos que se repetem. O Parque inclusivo (Figura 61) está localizado no início de uma das vias que dá acesso ao parque. O cenário gera um

contraste entre os objetos de pequena escala e a vegetação dispersa ao fundo, que compete com o cenário de edifícios de gabarito alto no último plano, gerando uma associação com a paisagem urbana comum do próprio bairro.

Figura 61: B) Vista o parque Inclusivo do Parque Parahyba I



Fonte: Acervo pessoal da autora (2019)

C) A próxima vista é a do Setor do *Playground*, que marca a paisagem não apenas pela diversidade de mobiliário e suas cores, alguns objetos em madeira (como o balanço, a gangorra), mas pela concentração relevante de pessoas que são atraídas para esse espaço, que

proporciona cada vez mais a presença de ambulantes, comerciantes que alugam brinquedos, barracas de lanches (como pipoca, algodão doce e tapioca), observado na Figura 62.

Figura 62: C) Vista o Parque Inclusivo do Parque Parahyba I



Fonte: Acervo pessoal da autora (2019)

No plano de fundo deste setor, mais uma vez repete-se a marcação de edifícios altos, muito presentes no bairro.

D) Apesar de compor a infraestrutura do piso, a ciclovia pode ser compreendida como um elemento da imageabilidade do lugar, fortemente marcada em

vermelho, cercada por um canteiro lateral que a separa da pista de cooper e contrasta com o verde das árvores que se adensam ao Leste do parque, reforçado com a Flora, que traz ainda mais elementos verdes para o espaço (Figura 63).

Figura 63: D) Vista da ciclovia do Parque Parahyba I



Fonte: Acervo Laíssa Ellen (2019)

E) O quiosque, apesar de não muito frequentado em horários de pico do parque, possui uma importância para a imageabilidade deste espaço. Cercado por árvores frondosas, remanescentes da vegetação original do parque, não se tem uma exatidão sobre o ano de sua implantação no parque, dados apontam para o seu funcionamento desde antes da urbanização do espaço. Como antes o parque não oferecia condições infraestruturais de lazer, esta área de entorno do quiosque servia de estacionamento, principalmente para os que iam fazer refeições no local. Dessa maneira, pode-se compreender que o seu horário de funcionamento deve-se ao fato da demanda pelo estacionamento, antes sem nenhuma definição, restringindo assim o tipo de serviço atualmente ofertado pelo quiosque. O comparativo de épocas pode ser verificado nas Figuras 64 e 65.

Figura 64: E) Vista do quiosque antes da urbanização do Parque Parahyba I



Fonte: Google Street View, 2011

Figura 65: E) Vista do quiosque após a urbanização do Parque



Fonte: Acervo Larissa Ellen (2019)

4.2.7. Interferências e vestígios ambientais

Como já mencionado, os acessos ao parque e do entorno são deficitários, tanto para PD (portadores de deficiências) quanto para o público comum. As calçadas com variados níveis, barreiras físicas, sem piso ou rampas de acesso, representam uma dificuldade para quem chega ao parque a pé. Apesar de o ELP conter rampas de acessos para cadeirantes, essas se apresentam de modo muito disperso, obrigando o usuário a percorrer um longo trajeto pela rua até encontrá-las.

Curiosamente, as árvores que geram um fator de atratividade em muitos ELP's da cidade, sombreando

áreas, resultam num comportamento apático por parte do usuário neste parque. O adensamento delas, entre o nordeste e leste do parque, desperta a insegurança de muitos usuários, fato que direciona as pessoas para lugares onde elas possam ser vistas, com mais mobiliário e poucas árvores. Nas visitas ao local, observou-se que as pessoas apenas passam por elas, mas dificilmente permanecem em bancos sombreados pelas copas frondosas.

O mobiliário do parque (como será visto adiante nos resultados do questionário) foi lembrado pelos usuários como um fator de atratividade do local. No entanto, as péssimas condições físicas, seja pela fragilidade, dano ou a oxidação do objeto, também representam um percentual significativo nas críticas ao parque, como visto na Figura 66. A partir do observado, de que as pessoas buscam estar em lugares livres de barreiras visuais e que contenha mobiliário, estes representam um fator de atratividade que merecem atenção da administração pública na sua manutenção. A importância é ressaltada ainda mais pelo cuidado que os próprios moradores da vizinhança possuem com os objetos do parque ao fazerem pequenos reparos e campanhas em prol da educação de uso de modo que possa conservá-los.

Figura 66: Degradação e oxidação do mobiliário urbano do parque



Fonte: Acervo pessoal da autora (2019)

A segurança pública se faz presente no local em dias e horários variados da semana, com viaturas policiais que se concentram em horários diurnos e noturnos em diferentes pontos do parque, inibindo a ação de furtos e assaltos (Figura 67).

Figura 67: Policiamento no parque



Fonte: Acervo pessoal da autora (2019)

Em relação aos vestígios ambientais, as análises se concentraram nos setores de maior utilização. No entanto, nota-se que existe uma relativa educação dos usuários, principalmente os que passeiam com cachorros pelo local, que levam consigo uma sacolinha ou limpam a sujeira do animal. No Setor do *Playground*, que atrai a comercialização de lanches, os próprios ambulantes se encarregam da limpeza no fim do horário de trabalho.

4.2.9. Tabela de Pontuação

Na **Tabela de Pontuação – Dimensão Espaço Livre Público** (Tabela 01) estão expostos os resultados das pontuações dos itens, os subtotais absolutos e o percentual que os resultados dos indicadores representam dentro da dimensão. Esse percentual foi obtido em função da pontuação absoluta e do peso de cada indicador. No final da tabela, a soma dos subtotais absolutos resultou num percentual que compõe a representatividade da dimensão na ativação deste ELP, que será observado no gráfico da Figura 68, com a representação de cada indicador individualmente. O mesmo raciocínio será utilizado para gerar os dados das tabelas e gráficos nas dimensões do mobiliário e do usuário.

Tabela 01: Tabela de Pontuação – Dimensão Espaço Livre Público

Pontuação – Dimensão Espaço Livre Público			
Conceito de 'Provido para pontuação de 1 a 5: 1 – desprovido; 2- pouco provido; 3 – provido moderado, 4 – muito provido, 5 – provido excelente; NAS – Não se aplica.			
Indicadores	Itens	Pontos de 1 a 5	Percentual da dimensão
	Uso do solo (proporção maior para lotes ocupados) variedade entre habitação, comércio e serviços, institucionais e ofertas de áreas verdes.	3	
	Presença de habitação	5	
	Presença de comércios e serviços	2	

Uso/atividades (Peso: 33,3%)	Diversidade de atividades do local e pontos de interesse (playgrounds, atividades culturais, expressão artística, jogos infanto-juvenis, atividades esportivas, etc).	4	
	Diversidade de atividades de comércio e serviço do entorno (<i>buffer</i>).	3	
	Atividades necessárias (no local ou de deslocamentos pelo local, para tal fim).	3	
	Atividades opcionais (no local, para tal fim).	3	
	Atividades sociais (no local, para tal fim).	5	
	Existência de fachadas ativas.	2	
	Subtotal Usos/atividades (pontuação máxima: 45)	30	
Acessos/ Conexões (Peso: 33,3%)	Possibilidades de ver e ser visto	4	
	Mitigação do uso do carro (áreas pedonais)	3	
	Valorização de bicicletas e seus percursos	2	
	Favorecimento do transporte coletivo (faixas exclusivas, paradas, abrigos)	3	
	Acessibilidade (rampas, guarda corpos, sinalizações para portador de deficiência)	4	
	Acesso e mobilidade a outros espaços públicos (por diferentes modais)	1	
	Subtotal Acessos/ Conexões (pontuação máxima: 30)	17	
	Equilíbrio entre macroclima, clima local e microclima (sombras, lugares ao sol, ventilação adequada, etc).	4	
	Organização e Limpeza Urbana	4	
	Ausência de Lixo, pichações,	4	

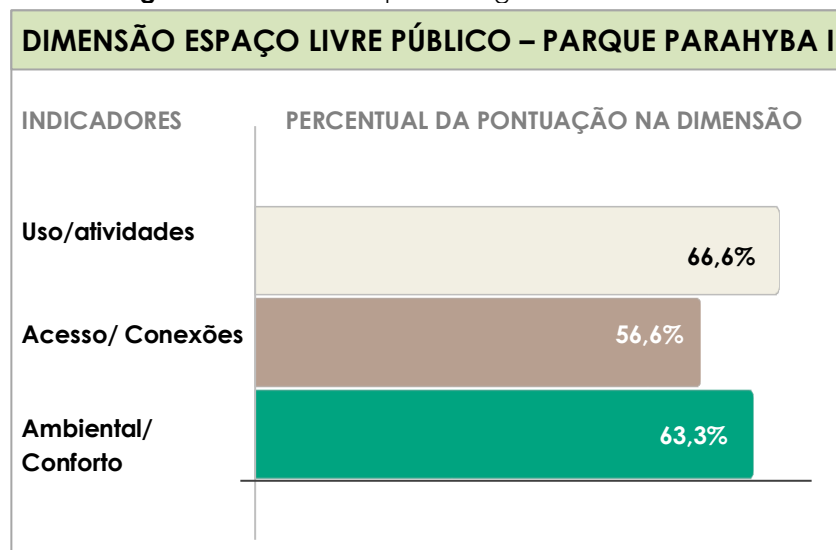
Ambiental/ Conforto (Peso: 33,3%)	depredações		
	Existência de elementos de paisagismo (variedade de árvores, fontes, jardineiras, canteiros, etc).	5	
	Presença de elementos indicativos de limpeza e não poluição (terreno limpo sem resíduos de poluição por detritos químicos ou lixo comum, ar limpo, águas limpas, níveis sonoros adequados).	4	
	Existência de Patrimônio Histórico	1	
	Existência de Patrimônio Cultural	1	
	Existência de Patrimônio Paisagístico	3	
	Proteção ao tráfego de automóveis	3	
	Proteção em áreas de estar públicas para diferentes faixas etárias (abrigos, cercados, muretas, frades, arranjos de assentos, etc).	2	
	Existência de Postos de polícia, guaritas e policiamento ostensivo.	3	
	Existência de iluminação pública	4	
Subtotal Ambiental/ Conforto (pontuação máxima 60)		38	21,09%
PONTUAÇÃO TOTAL DA DIMENSÃO (pontuação máxima: 135, corresponde a 100%)		85	62,96%

Fonte: BRITO (2019), p. 332

Os valores apresentados abaixo (Figura 68) dizem respeito ao alcance de cada indicador dentro da dimensão, desconsiderando o peso individual dos indicadores e levando em consideração a pontuação máxima da

dimensão dividida pela pontuação total alcançada (135 dividido por 85). Os resultados apontam para uma área com boas condições urbanas, acima de 50% em todos os indicadores. O fator de “Uso/atividades” apresentou um predomínio de classificação “provido excelente” pela promoção de relações sociais no espaço, sendo o índice de maior pontuação nessa dimensão. Tendo em vista os resultados apresentados, o índice “Ambiental e Conforto” aproxima-se da pontuação do índice de “Uso/atividades” por apresentar, em boa parte dos itens que analisam a munção de vegetação e o microclima da área, classificação 4 “muito provido” ou 5 “provido excelente”.

Figura 68: Gráfico das porcentagens – Dimensão ELP



Fonte: Elaborado pela autora (2019)

O indicador de “Acesso/Conexões” foi mal avaliado tendo em vista as condições desfavoráveis de acesso a outros ELP ou ao próprio parque por diferentes modais e a negligência do uso de bicicletas que, apesar da existência de uma ciclovia no parque, não existe uma estrutura ou ações que mobilizem o uso da bicicleta no espaço e tampouco uma rede de ligação externa cicloviária que dê acesso ao parque por este modal.

4.3. Aplicação do método – Dimensão Mobiliário

4.3.1. Parâmetros de Ergonomia, Antropometria e Antropometria Dinâmica

As questões de ergonomia e antropometria serão analisadas no mobiliário de dois setores, notadamente, de maior vitalidade do parque: o **Setor 1**, que compreende o *Playground*, representado nesse estudo pelo balanço, gangorra e assentos de um tipo padrão que também é repetido no **Setor 2**, que constitui o Parque Inclusivo direcionado ao PD, e que será abordado neste estudo através de um exemplar de um painel formado por duas traves de madeira e uma placa que constitui um jogo da memória - e que também possui a mesma forma replicada no setor com outras brinquedos educativas, como o ábaco - e de um conjunto formado por quatro banquinhos e uma mesa retangular para jogos.

De modo geral, as críticas concentram-se na fragilidade do material utilizado na construção do mobiliário e nas suas dimensões mínimas que não acomodam usuários de altura, força e peso variados. Em relação ao conjunto de bancos com mesa e também aos assentos comuns nos dois setores, verificou-se que a crítica é em função da altura dos assentos, da profundidade e largura, por se tratarem de bancos fixos ao piso e não permitir o ajuste de variações dimensionais (Figuras 69 e 70).

Figura 69: Dimensão do conjunto de mesa e bancos



Fonte: Acervo pessoal e editado pela autora (2019)

Figura 70: Dimensão do assento do tipo padrão nos dois setores



Fonte: Acervo pessoal e editado pela autora (2019)

As medidas dimensionais dos bancos que acompanham a mesa revelam uma medida proporcional de 40 x 40 cm, atendendo às recomendações da literatura, que variam de 39,4 a 40,6 cm. Com relação ao assento a sua largura longitudinal de 2,20 m não apresenta maiores problemas de acomodações, mas a profundidade de 44 cm indica uma dimensão acima do que se considera ideal para o conforto do usuário. As alturas de 43 cm do banquinho e 47 cm do assento longitudinal revelam uma condição favorável ao conforto, tendo em vista a recomendação mínima de 42 cm e máxima de 50 cm, favorecendo a postura – principalmente no caso dos banquinhos da mesa – correta do usuário. A altura do tampo da mesa, de 72

cm, também se mostrou fora das medidas consideradas ideais para o uso, que varia de 73,7 a 76,2 cm (IIDA, 2010; PANERO & ZELNIK, 2012).

Um ponto a ser colocado, é a ausência de encosto em todos estes bancos analisados, dificultando uma postura confortável, principalmente se o usuário for PD, idoso, gestante ou lactante.

Figura 71: Dimensão do mobiliário no parque inclusivo



Fonte: Acervo pessoal e editado pela autora (2019)

Em relação aos objetos lúdicos do parque inclusivo, a análise foi feita em função da eficiência dimensional do objeto voltado ao PD, que inclui cadeirantes que

necessitam de uma dimensão específica de alcance e acesso (Figura 71). A altura da extremidade inferior da placa em relação ao piso é de 65 cm e se mostra dentro do que a literatura considera ideal para que os cadeirantes se insiram num espaço (mín. de 60 cm e máx. de 68 cm). O alcance da última fileira de objetos é de 1,12 m, sendo que o alcance máximo que a literatura considera possível é de até 1,40 m (PANERO & ZELNIK, 2012).

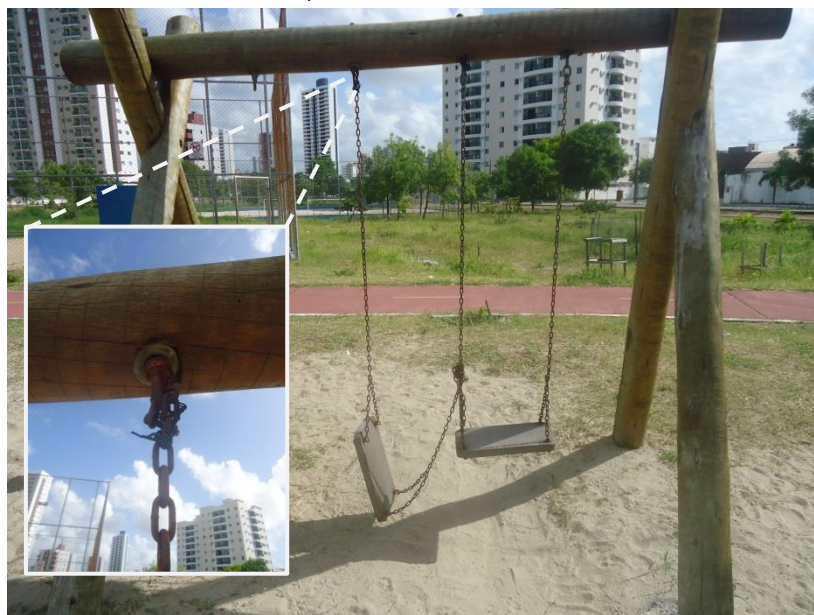
Figura 72: Dimensão dos balanços



Fonte: Acervo pessoal e editado pela autora (2019)

Em relação ao mobiliário localizado no *playground*, o balanço (Figura 72) apresenta problemas de oxidação de algumas peças que aliado ao mau dimensionamento dos assentos, fragilizam o brinquedo resultando em danos e quebras (Figura 73) limitando o acesso de usuários de pesos, altura e força variada. O assento dos balanços possuem dimensões de 48 cm de largura e 29 cm de profundidade, quando o recomendado é de 24 cm de largura e 30,5 cm de profundidade (PANERO & ZELNIK, 2012).

Figura 73: Balanço quebrado, com detalhe ampliado da corrente com remendo e enferrujada.



Fonte: Acervo pessoal e editado pela autora (2019)

As gangorras (Figura 74) seguem o mesmo material em madeira que os demais objetos do *playground* selecionados neste estudo e apresentam problemas semelhantes ao balanço que acarretam na quebra do brinquedo. Todas as unidades das gangorras apresentam a falta do suporte de apoio nas extremidades pelo menos em um dos lados que, pela oxidação, resultou no dano ao brinquedo. O dimensionamento dos assentos apresenta um desconforto pela largura de 17 cm e 35 cm de profundidade para usuários comuns, representando um problema ainda maior para usuários mais altos e de maior peso. Como não se tem uma referência específica na literatura para as dimensões ideais desse brinquedo, nesse caso serão tomadas por base as mesmas dimensões de assentos comuns, que Ilda (2010) considera sendo 24 cm de extensão vertical e 30,5 cm de largura o ideal, muito aquém das dimensões existentes.

Figura 74: Dimensões da gangorra



Fonte: Acervo pessoal e editado pela autora (2019)

4.3.2. Acessibilidade universal

Para esta análise, verificou-se que no ELP as rampas de acessibilidade são organizadas de maneira deficiente, apenas em algumas bordas e também nos estacionamentos, mas sem a ligação com faixa de pedestres que conduz o usuário a outras rampas nas calçadas. Em áreas de passeio, ao redor do parque, é possível ver um padrão diferente que orienta de forma tátil o usuário PD e o conduz a diferentes setores (Figura 75).

Figura 75: Piso tátil e rampa de acesso na borda do ELP



Fonte: Acervo pessoal da autora (2019)

A acessibilidade se dá, de modo geral, sem maiores impedimentos a todo o mobiliário do parque, apenas com algumas exceções. A mobília do *playground*, direcionada

às crianças, foi implantada em pisos permeáveis, separados do piso do setor por meio-fio de paralelepípedo de nível maior, que dá acesso ao piso de areia ou de gramados sem manutenção que, com o tempo, acabam revelando o terreno em terra batida, com irregularidades no piso dificultando o acesso do PD (Figura 76).

Figura 76: Objeto de arvorismo, implantado sob areia e gramado raso, impedindo o acesso a PD



Fonte: Acervo pessoal da autora (2019)

Em relação aos usos indevidos, não foi verificada nenhuma ocorrência que pudesse comprometer a estrutura e o funcionamento do mobiliário, mas apropriações dos

assentos para apoio em atividades físicas. Em alguns locais mais segregados do parque, algumas ações foram observadas com o intuito de provocar alguma vitalidade através da construção de um mobiliário "singular", como verificado na Figura 77, onde a vizinhança, através da implantação de uma geladeira com livros didáticos, construção de bancos, calçamento do piso, apropriou-se da área caracterizando-a como um local de descanso e leitura.

Figura 77: Geladeiroteca do Parque Parahyba I



Fonte: Acervo pessoal e editado pela autora (2019)

4.3.3. Relação entre Forma, Função, Utilidade no design de mobiliário urbano

Com base nas observações, pode-se afirmar que, apesar da **forma** resultar em dimensões que pouco favorecem o uso confortável do mobiliário pelos usuários de todos os biótipos e necessidades especiais, isso não é algo visualmente perceptível. O material, as cores e as formas, principalmente no Parque Inclusivo, chamam a atenção de alguns dos entrevistados, como veremos mais adiante.

No entanto, esse fator não é determinante para o uso, uma vez que o local é apenas o segundo setor mais frequentado do parque, sendo o *Playground* o setor de maior vitalidade, concentrando maiores opções de mobiliário como brinquedos públicos e privados, bancos, lixeiras e boa iluminação (Figura 78). Assim, verifica-se que a **função** possui mais influência do que a forma em ativar pontos do parque.

Em relação ao **design**, notadamente, verifica-se que não existe muita ousadia formal, embora o parque conte com uma diversidade de bancos que apresentam alguma diferença na forma, mas nada fora do comum ao usual em muitos ELP's da cidade. O mobiliário em madeira é o que mais se destaca nesse aspecto, diferenciando-se dos demais apenas no material, pois possui aspectos geométricos minimalistas, como o balanço, que conta com dois apoios e uma trave horizontal que os suporta. Da

mesma forma, ocorre com os objetos do Setor da Academia de Saúde, onde embora não haja condições de conforto e novidade plástica, diferenciam-se dos demais ELP's que possuem objetos de AAL¹³ pela composição material, em ferro e madeira.

Figura 78: Setor do playground, o mais "ativado" do Parque



Fonte: Acervo pessoal da autora (2019)

¹³ Academia ao Ar Livre

4.3.4. Tabela de Pontuação

Tabela 02: Tabela de Pontuação – Dimensão Mobiliário Urbano

Pontuação – Dimensão Mobiliário Urbano Conceito de 'Provido para pontuação de 1 a 5: 1 – desprovido; 2 – pouco provido; 3 – provido moderado, 4 – muito provido, 5 – provido excelente; NAS – Não se aplica.			
Indicador	Itens	Pontos de 1 a 5	Percentual da Dimensão
Funcionalidade /Utilidade (Peso: 33,3%)	Atende as necessidades de ergonomia, antropometria e antropometria dinâmica.	2	
	Possui acessibilidade de forma a atender usuários de maneira abrangente.	3	
	Em atendendo a um público específico (ex: criança e idoso), cumpre sua utilidade?	5	
	Proporciona segurança aos seus usuários no seu uso?	2	
	Funciona bem ao que se propõe?	4	
	É possível identificar apropriações? (usos distintos ao que a mobília foi concebida)	2	
	A disposição permite/favorece as atividades sociais?	5	
Subtotal Funcionalidade (pontuação máxima: 35)		23	21,88%
Plástica (Peso: 33,3%)	Cor	4	
	Textura	2	
	Forma	2	
	Possui design inovador? (Diferenciado no observado em outros ELP ou pelo resto da cidade?)	2	
	Possui composição harmônica com o entorno? (ou) Não causa	4	

	desarmonia com o entorno		
Subtotal Plástica (pontuação máxima: 35)		14	13,32%
Estrutura (Peso: 33,3%)	Componentes estruturais não concisos e integrados à proposta formal, não prejudicando os requisitos plásticos	3	
	Componentes estruturais não oferecem prejuízos à funcionalidade	2	
	Componentes estruturais não oferecem risco de dano à integridade física do usuário	3	
	Durabilidade adequada ao uso público (uso de materiais duráveis ao sol, raios UV, calor, chuva, vento, frio)	2	
	Resistência adequada ao uso público (uso de materiais arranjados de forma a suportar cargas, esforços e sobrecargas).	3	
	Componentes estruturais favorecem o deslocamento da mobília pelo usuário.	1	
Subtotal Estrutura (pontuação máxima: 30)		14	15,54%
PONTUAÇÃO TOTAL DA DIMENSÃO (pontuação máxima: 85 correspondem a 100%)		51	60%

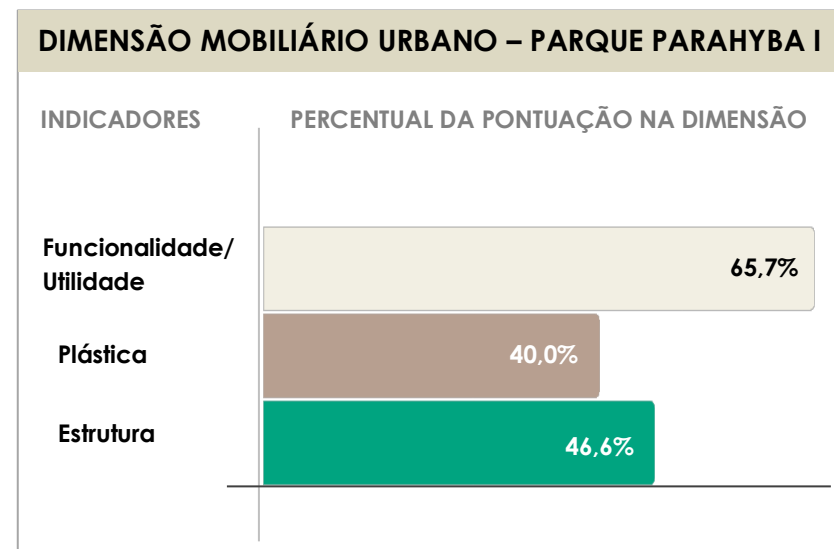
Fonte: BRITO (2019), p. 342

Os valores do gráfico de barras (Figura 79) apontam para o percentual que cada indicador alcançou de seu máximo na dimensão. Por exemplo, o indicador "Funcionalidade/Utilidade" alcançou 23 pontos de um máximo de 35. Dentro do indicador, esse dado representa 21,22%, mas no gráfico de barras, que aponta a sua representação dentro da dimensão, o resultado é de 65,7%, sendo portando o de maior pontuação em relação

aos demais indicadores da dimensão do mobiliário urbano, pelo cumprimento de sua utilidade e uso, embora haja uma condição desfavorável em relação à estrutura e a falta de segurança.

O item que recebeu a menor pontuação foi a Plástica, possivelmente consequência de itens pré-fabricados sem nenhuma preocupação formal que, se por um lado facilita a instalação e fabricação, por outro apresenta um déficit de medidas ergonômicas que possam se adequar à realidade dos usuários.

Figura 79: Gráfico das porcentagens – Dimensão mobiliário



Fonte: Elaborado pela autora (2019)

4.4. Aplicação do método – Dimensão Usuário

Nessa Dimensão, foram utilizadas como ferramentas de estudo mapas comportamentais centrados no lugar (MCCL), que compõem uma planta baixa do local com a marcação do seu mobiliário e um panorama do comportamento dos usuários, indicados graficamente, observados em horários e dias da semana variados, sendo: **Quarta-Feira** – 01 de Maio de 2019, feriado do Dia do Trabalhador – no período da manhã até o meio da tarde; **Domingo** – 26 de Maio de 2019 – no fim da tarde ao início da noite; e **Sexta-Feira** – 05 de Junho – no período da tarde até a noite. Desse modo, resultando em dois dias no meio da semana, sendo um dia atípico de feriado, e um no final de semana.

Também foram utilizados dados resultantes de um questionário semiestruturado, aplicados a 40 usuários do parque, durante as visitas em campo, obtendo-se da compilação das respostas resultados gráficos do panorama comportamental e de percepção dos usuários do ELP's.

Embora se tenha aplicado o questionário e verificado o comportamento dos usuários em toda a extensão do parque, as análises estão mais concentradas em dois setores que serão ampliados em cada mapa comportamental: o Setor 1 (Playground) e o Setor 2 (Parque Inclusivo).

4.4.1. Mapa comportamental e espacialização

Quarta-Feira, 01 de Maio de 2019, das 10:00 às 14:30 horas

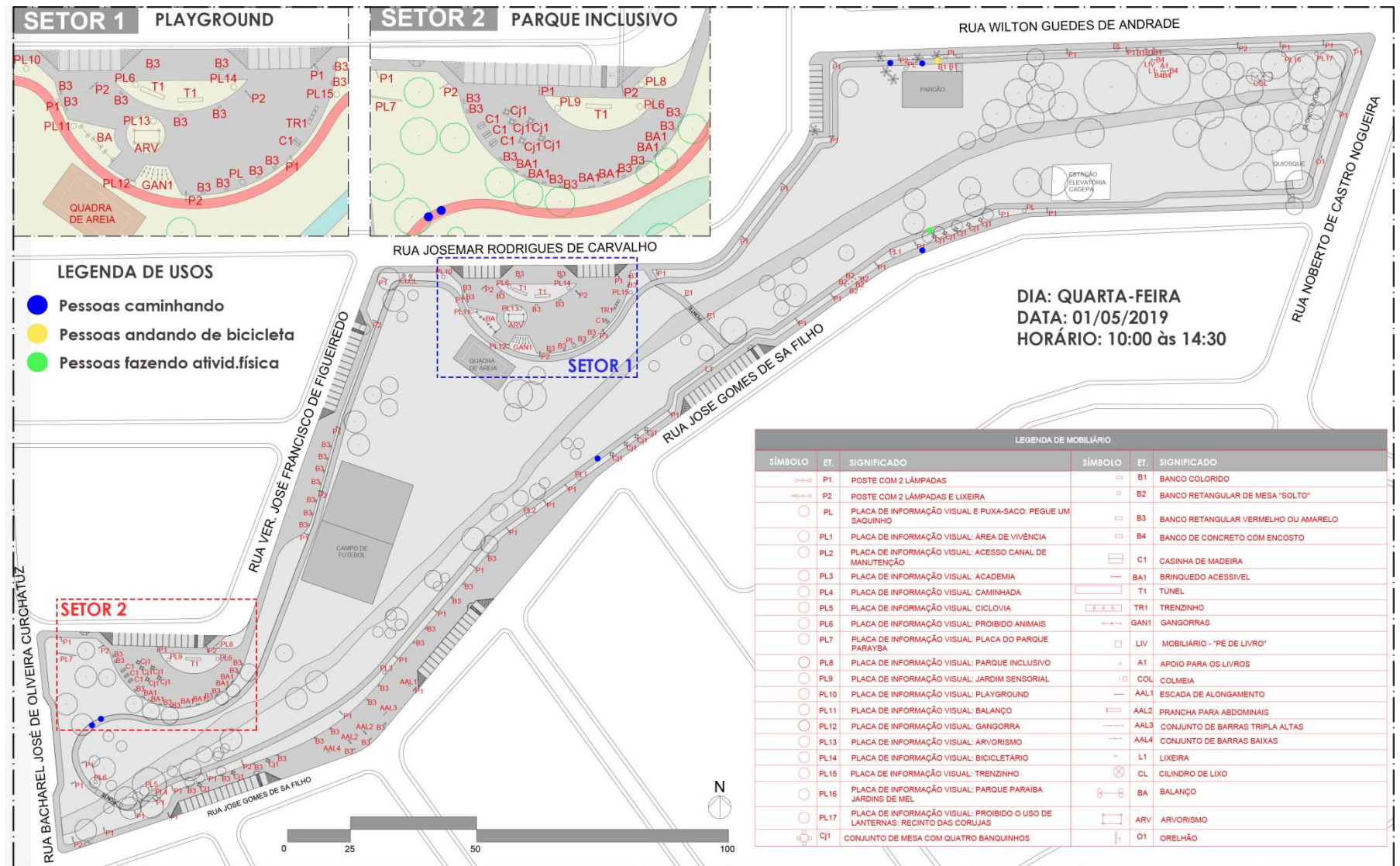
No primeiro dia de visita, no horário indicado acima, percebeu-se que, mesmo num feriado, o movimento de pessoas é bastante disperso ou quase inexistente (Figura 81). O dia apresentava tempo firme de sol durante todo o horário de visita, o que determinou a falta de usuários em locais de atividades de permanência no parque, restringindo-se à ciclovia e a pista de caminhada. Foi identificado também que as únicas movimentações eram de passagem, dentro da ciclovia, e alguns usuários faziam atividade física na calçada do ELP, como observado na Figura 80.

Figura 80: Pessoas caminhando pela ciclovia do parque



Fonte: Acervo pessoal da autora (2019)

Figura 81: MCCL para dia de quarta-feira, do final da manhã à tarde



Fonte: Elaborado pela autora (2019)

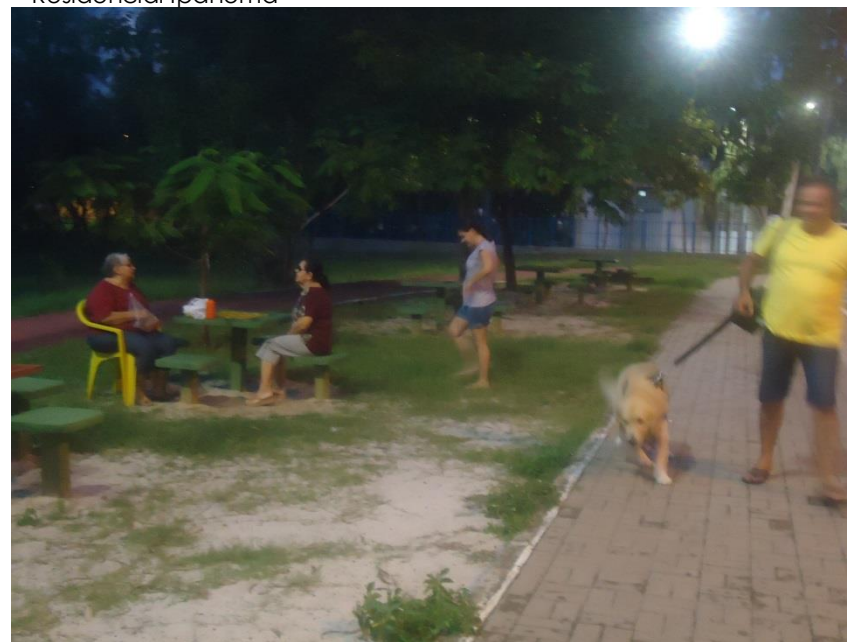
Domingo, 26 de Maio de 2019, das 15:30 às 18:00 horas

Notadamente, observa-se que os horários de fim de tarde e o noturno são os de maior pico de vitalidade no parque, tendo o exposto nas observações apontadas na Figura 83. Neste dia, especificamente, o tempo oscilava entre poucas chuvas e tempo firme durante o anoitecer, e conclui-se que a instabilidade do tempo pode ter afastado algumas atividades comerciais, que costumam atrair um público específico de pais que levam seus filhos para brincar no setor do *Playground*, e o público comum que costuma ir diariamente ao parque para contemplação, passeio e atividades físicas.

Mesmo diante desses fatores, verificou-se que havia muitas pessoas dispersas no parque, realizando várias atividades simultaneamente, entre contemplação do espaço ao acompanhar o filho enquanto ele brinca, pessoas caminhando, andando de bicicleta, fazendo atividades físicas, crianças brincando, pessoas sentadas, comerciantes trabalhando e pessoas passeando com cachorro. É importante ressaltar que durante a noite, a movimentação se concentra, hierarquicamente, no lado Norte do parque, nas “ilhas” que agrupa o mobiliário voltado para crianças. No lado Sul, o setor de maior vitalidade é a área de vivência (Figura 83), onde é possível, quase em todos os horários, encontrar moradores de um condomínio próximo ao setor ocupando os banquinhos e mesas, que apesar de não oferecerem

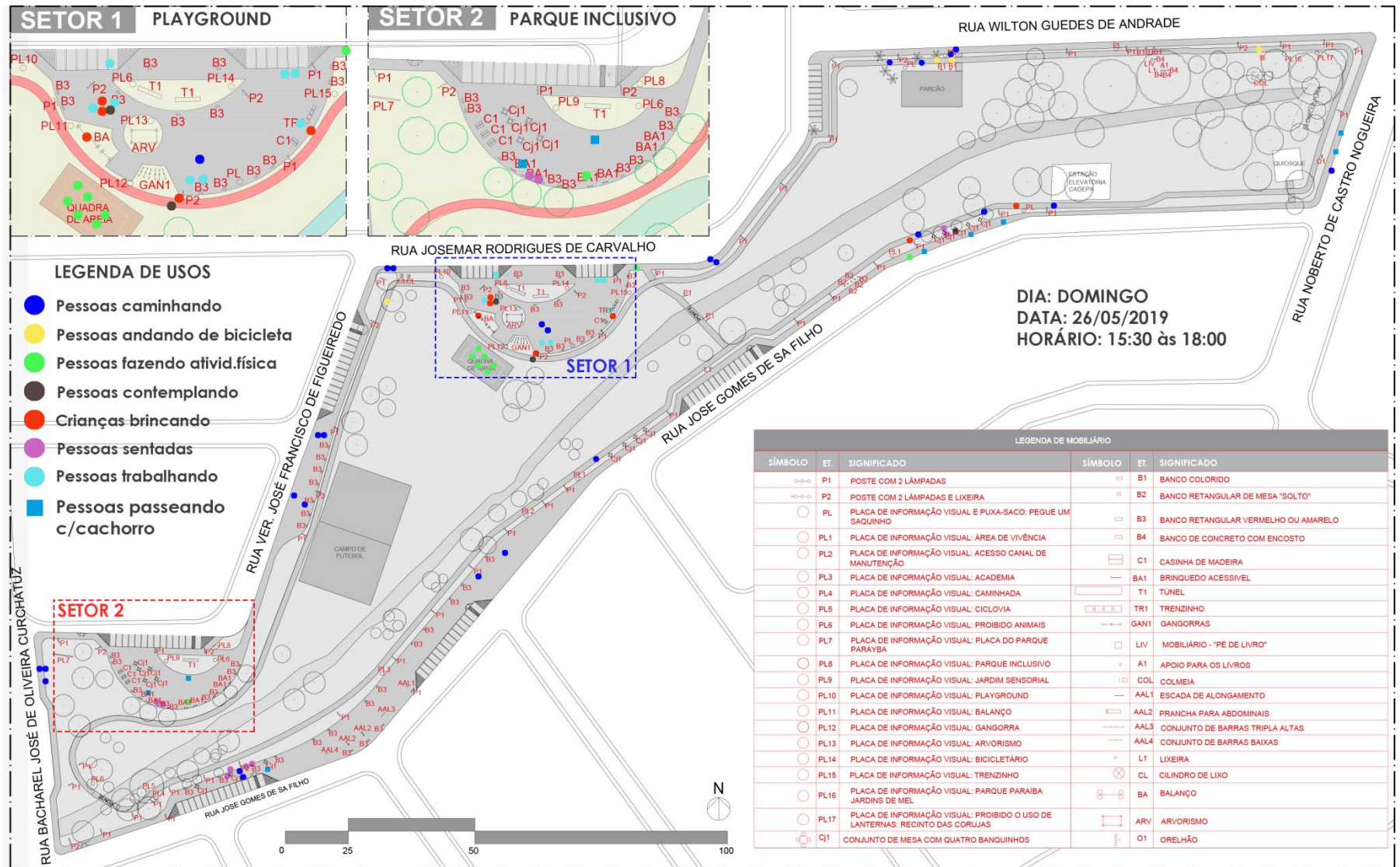
conforto ou diferencial no *design*, atraem esse público específico para festas, realização de reuniões, feijoadas e, em dias comuns, o setor remete às “calçadas” das cidades interioranas, com rodas de conversa provocando a vigilância natural do espaço público.

Figura 82: Setor 3, área de vivência, com moradores do Condomínio Residencial Ipanema



Fonte: Acervo pessoal da autora (2019)

Figura 83: MCCL para dia de domingo, período fim de tarde



Fonte: Elaborado pela autora (2019)

Sexta-Feira, 05 de Junho de 2019, das 15:30 às 19:00 horas

Diante das observações verificadas neste dia, pode-se considerar um dia típico da semana, sem chuvas, em horários onde as pessoas começam a se adensar no ELP, quando o sol fica mais ameno (Figura 85). No fim da tarde, no Setor do Parque Inclusivo, aconteceu a visita de uma turma escolar infantil acompanhada pela gestora da escola e por um grupo de professores do colégio, localizado fora do raio de 300 metros de influência determinado nesta pesquisa (Figura 84).

Figura 84: Setor 2, parque inclusivo, com a visita de uma turma escolar infantil

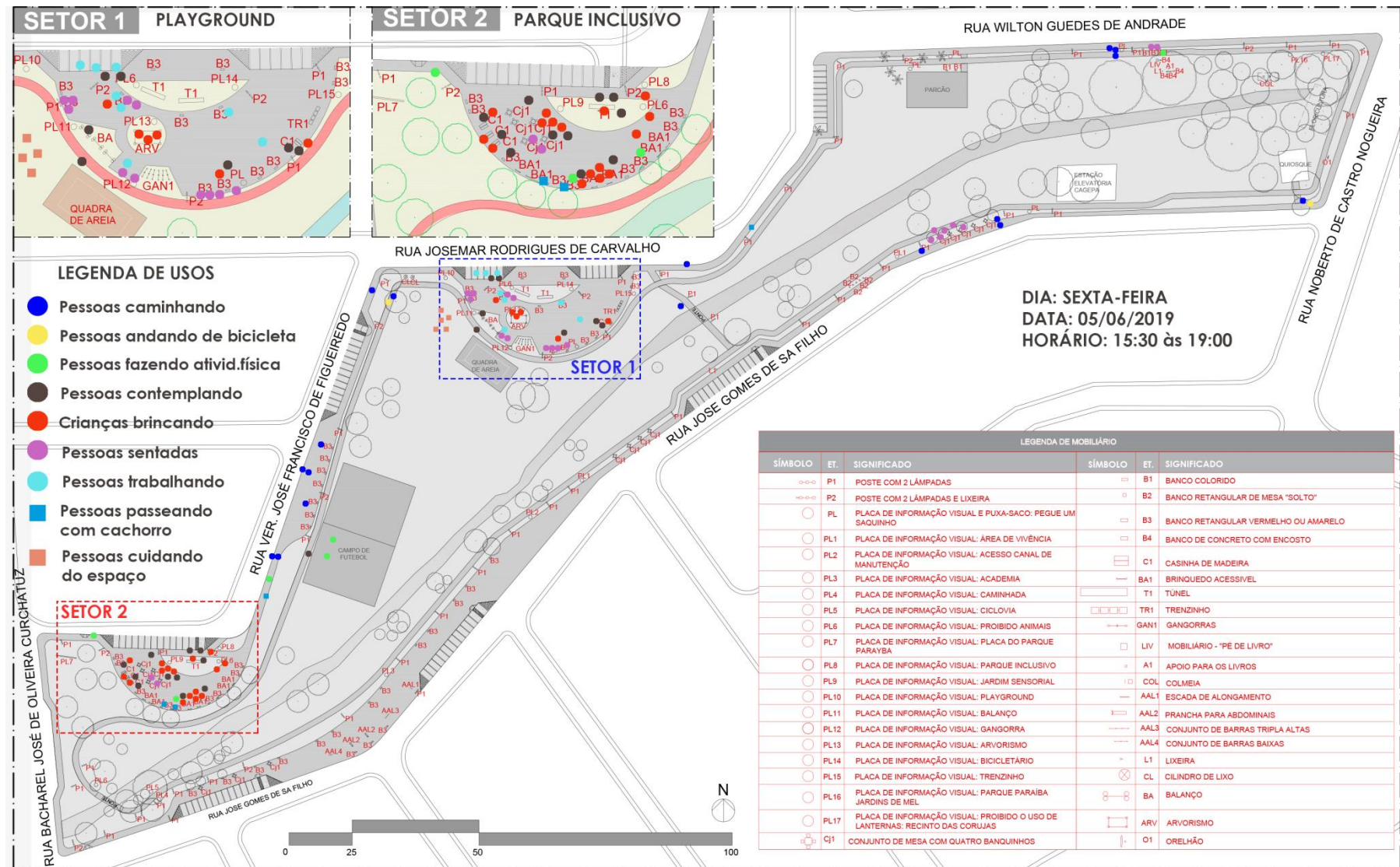


Fonte: Acervo pessoal da autora (2019)

Numa conversa informal, a gestora contou que costuma fazer esse passeio no parque com as crianças a cada trinta dias, principalmente por se tratar de um espaço livre de recreação e com uma variedade de objetos lúdicos (ela referia-se a este Setor específico por estarmos nele, no momento da conversa).

Observou-se que, a partir das 16:00 horas no Setor do *Playground*, os ambulantes começaram a chegar ao local. Verificou-se que a atividade é informal, pois os mesmos argumentaram que chegam cedo para “garantir” a “vaga” no espaço. Assim, a partir desse horário, as pessoas também começam a se concentrar no local, atraídas por outras pessoas. Nesse ponto, é possível observar na prática quando Jane Jacobs (2000) fala da necessidade de os espaços oferecerem usos combinados, para que as pessoas realizem, simultaneamente, diferentes atividades, gerando densidade de usos, que gera densidade de pessoas, que atraem outras pessoas ao lugar.

Figura 85: MCCL para dia de sexta-feira, período fim de tarde à noite



Fonte: Elaborado pela autora (2019)

Também é possível verificar, conjuntamente, a chegada de pessoas que rotineiramente passeiam com cachorros em volta ou em setores específicos do parque, como o Parcão, o Parque Inclusivo e a Área de Vivência. Especialmente neste dia, observou-se um grupo de pessoas, formado por jovens e adultos, próximo à quadra do *Playground* realizando o plantio de mudas e cuidando da rede de proteção das corujas que vivem no parque (Figura 86).

Figura 86: Grupo de pessoas reunidas para o plantio de árvores no Parque.



Fonte: Acervo pessoal da autora (2019)

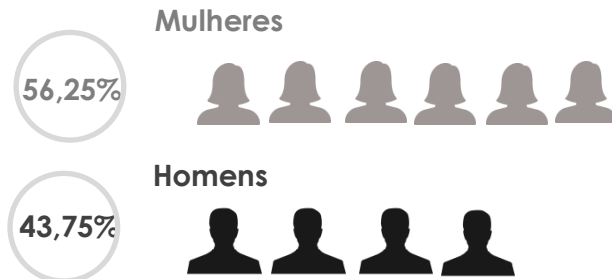
De acordo com um dos entrevistados, a escassez de usuários pode ser verificada a partir das 22:00 horas, que é quando os comerciantes começam a ir embora. Apesar da dispersão pontual das pessoas que frequentam o espaço com o intuito de utilizar o mobiliário do *Playground* ou contemplar as atividades deste setor, ainda é possível verificar a continuidade de pessoas que vão ao parque para a prática de atividades físicas no perímetro do ELP.

4.4.2. Entrevistas

Os questionários foram aplicados a um total de 40 usuários do parque, em pontos distintos e em conjunto com as análises para a construção dos mapas comportamentais mostrados anteriormente, os MCCL.

Os resultados dos questionários estão elencados na sequência em infográficos, em função da caracterização do usuário (1 ao 5), sua familiaridade com o local e mobiliário (6 ao 11), a avaliação do mobiliário (12 ao 18), a participação do usuário em engajamentos sociais no espaço (19 ao 26) e, por fim, a sua percepção (27 e 28).

1. Gênero dos entrevistados



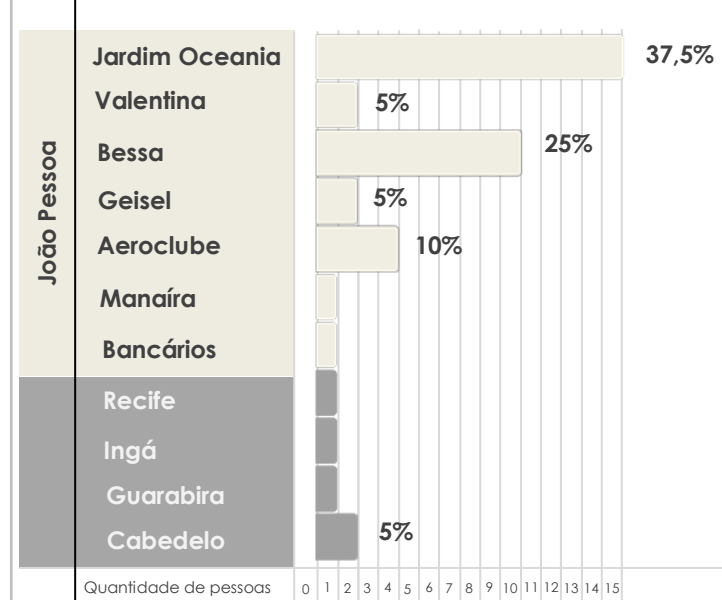
2. Idade dos entrevistados



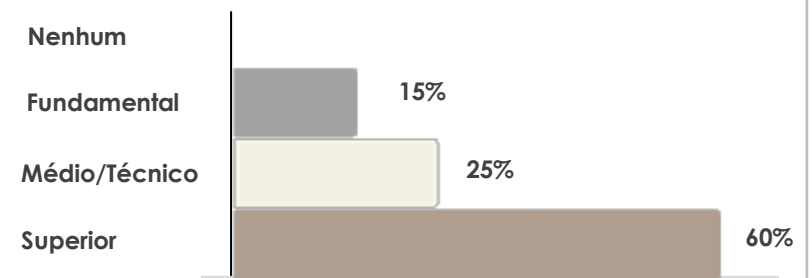
3. Reside em João Pessoa?



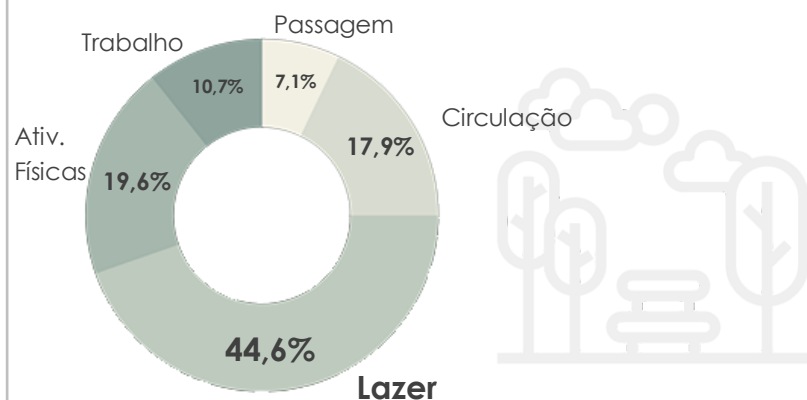
4. Se sim, qual bairro? Se não, qual cidade?



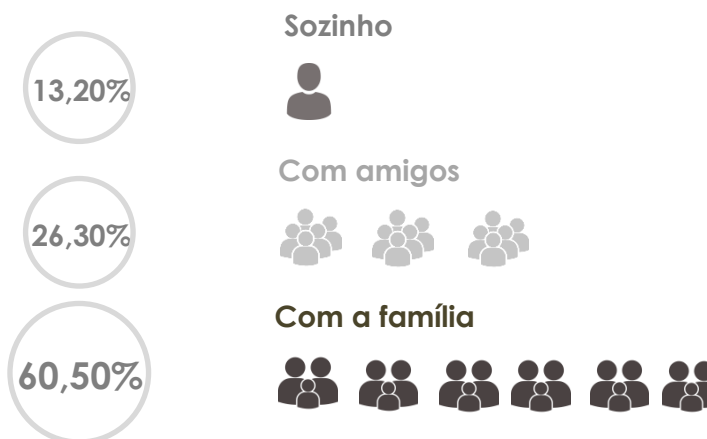
5. Grau de instrução



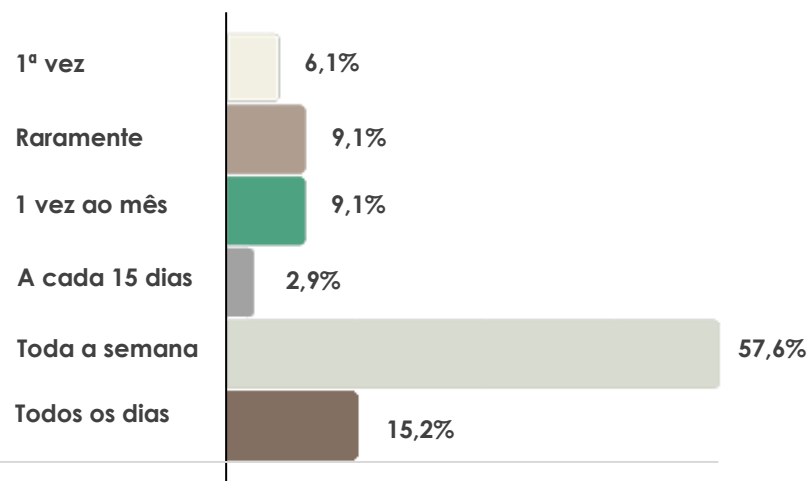
6. O que o traz a este ELP?



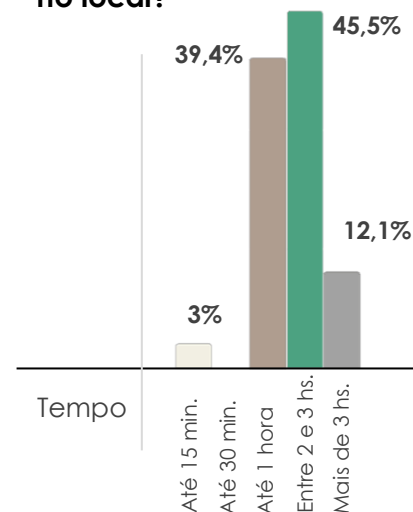
8. Como você prefere frequentar esse ELP?



7. Com que frequência você visita esse ELP?



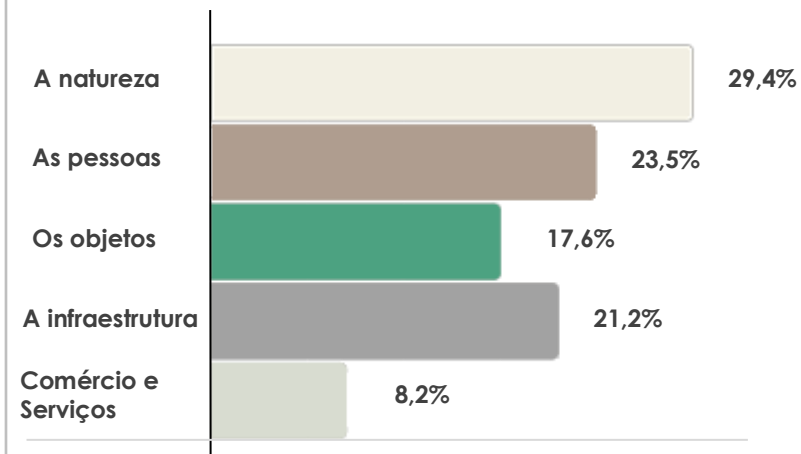
9. Quanto tempo permanece no local?



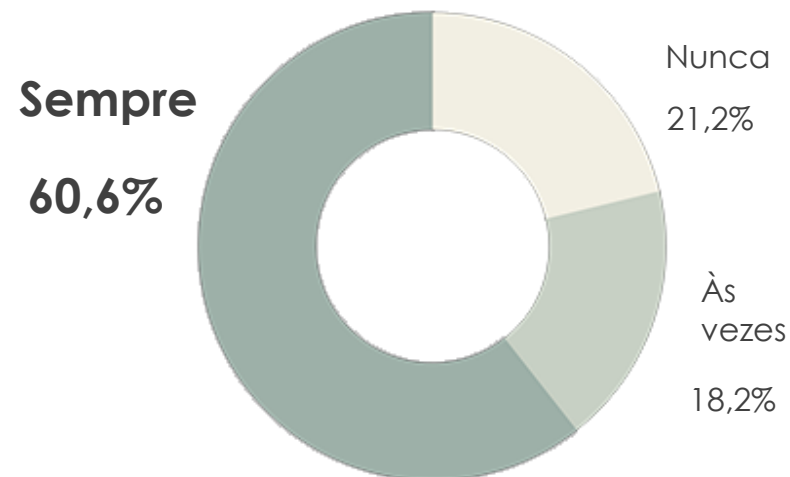
10. Você gosta desse espaço na cidade?



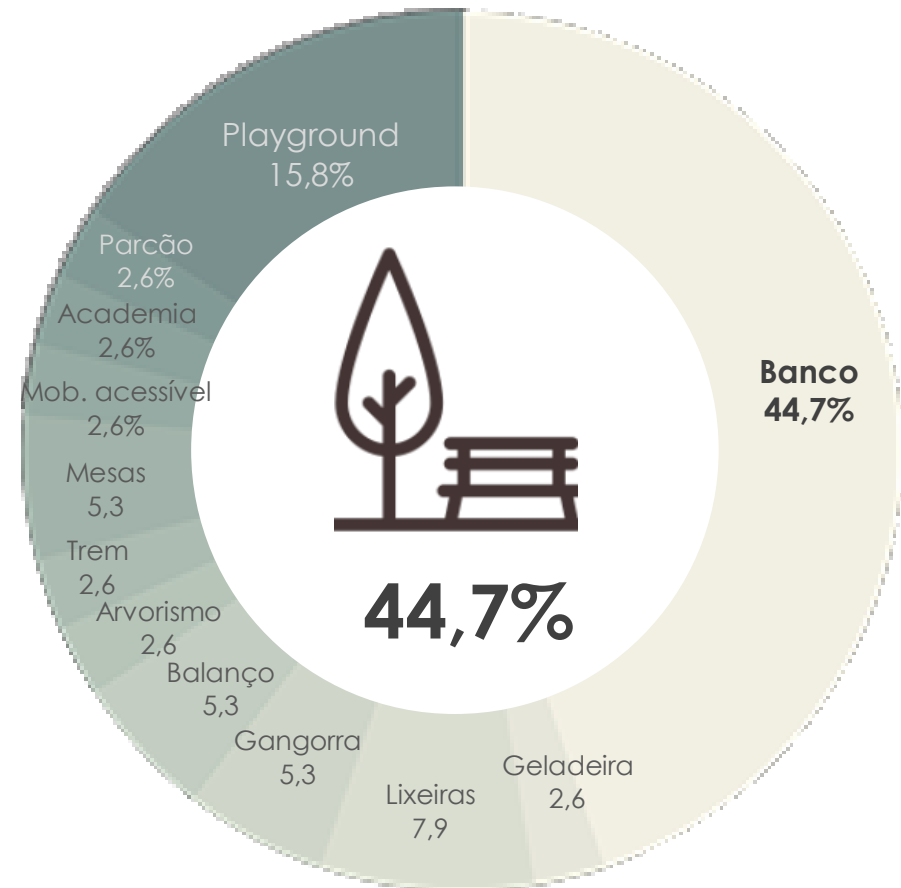
11. Do que você gosta nele?



12. Você usa o mobiliário urbano desse ELP?

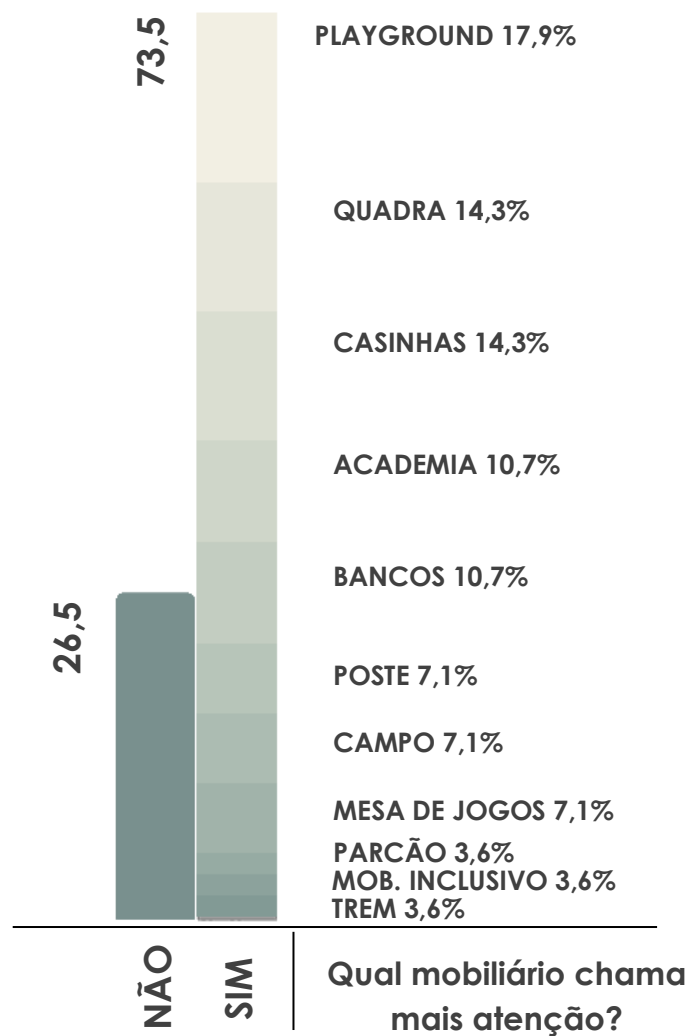


13. Qual mobiliário você usa mais?

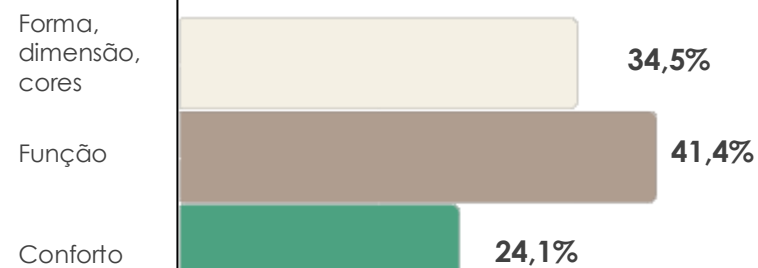


14. Algum mobiliário lhe chama mais atenção?

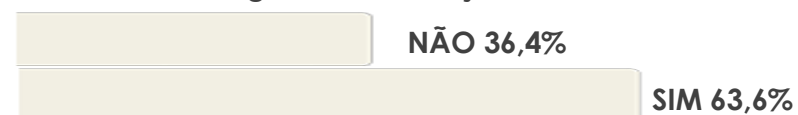
15. Qual mobiliário chama mais atenção?



16. O que lhe chama mais atenção nesse mobiliário?

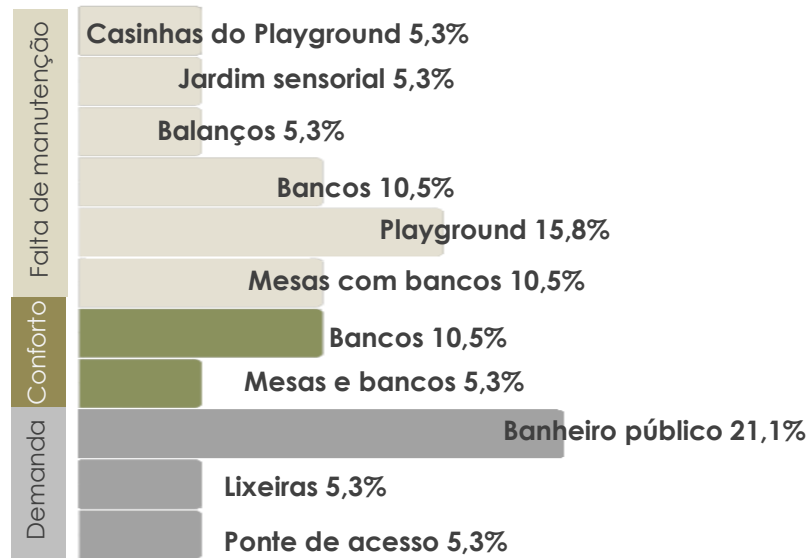


17. Você tem alguma reclamação do mobiliário?

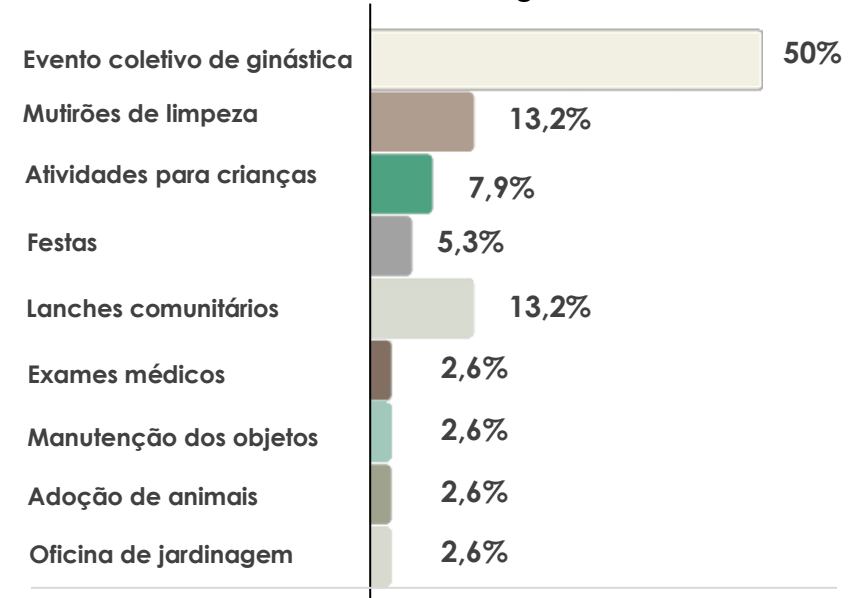


18. Qual seria o objeto e a reclamação?

Crítica | Objeto



20. Que atividades sociais você gostaria de ver?



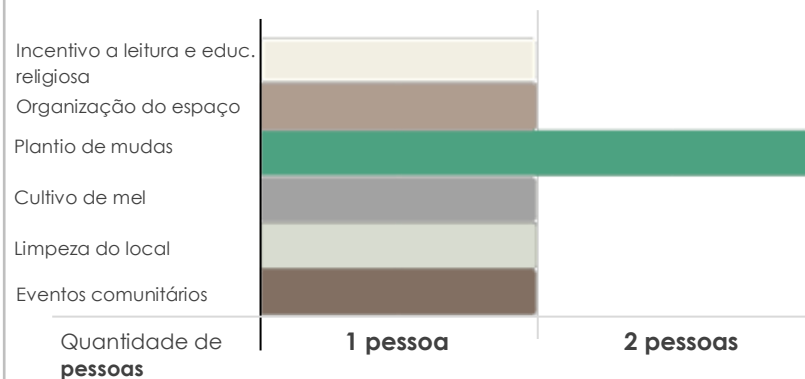
19. Você gostaria de ver atividades sociais neste ELP?



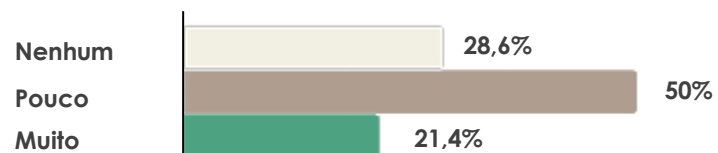
21. Você participa de alguma atividade social?



22. Que atividade você participa?



23. Se não participa, tem interesse em participar?



24. Se não tivesse mobiliário, você teria interesse em participar?

SIM – 51,5%

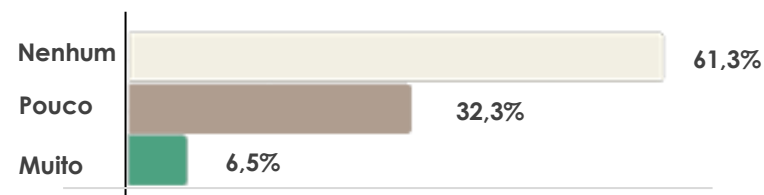
NÃO – 48,5%



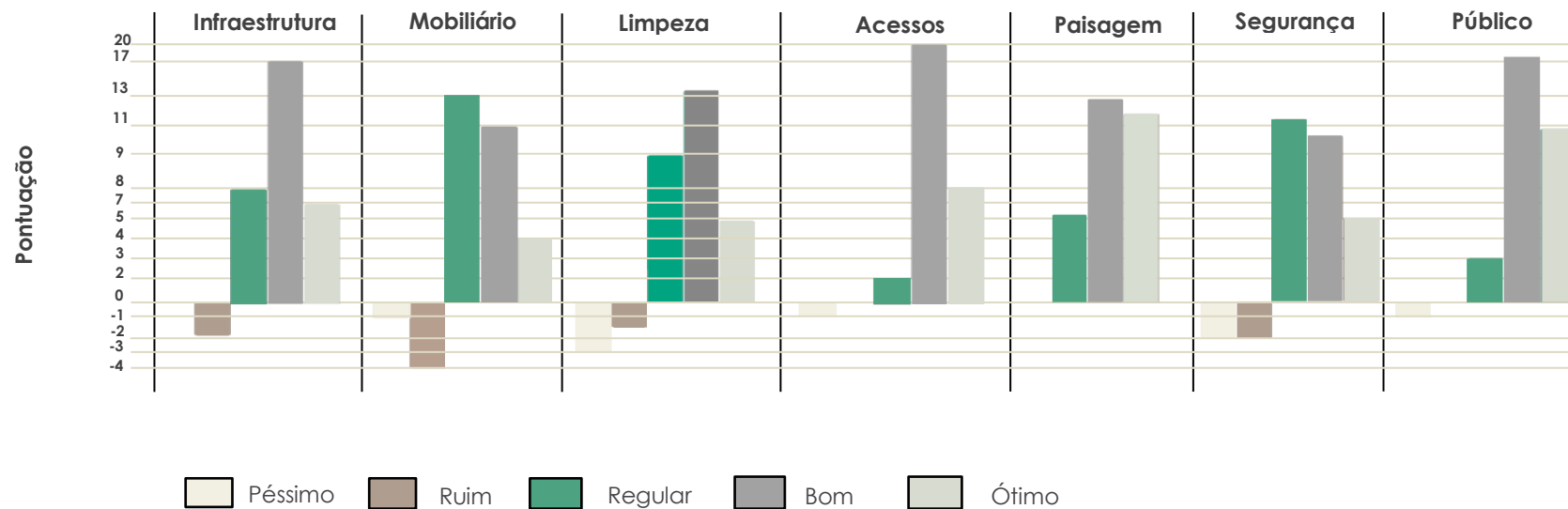
25. Você lidera alguma atividade social?



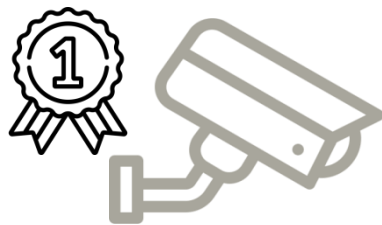
26. Tem interesse em liderar?



28. Percepção do usuário



29. Importância para o ELP (Ranking)



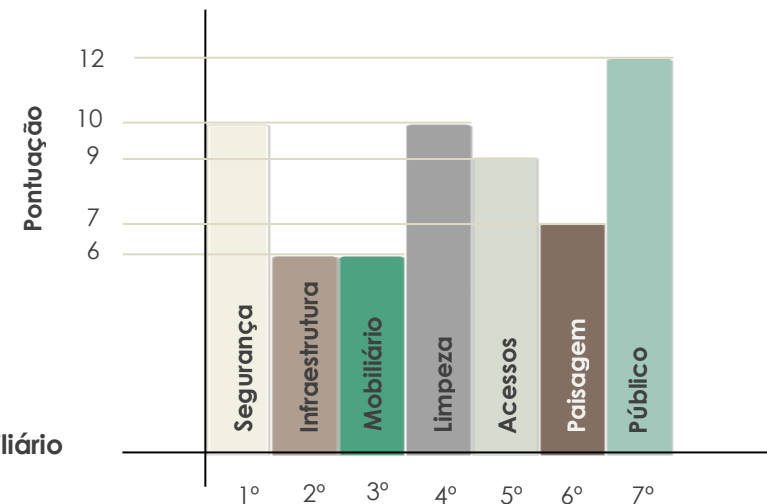
1º lugar: Segurança



2º lugar: Infraestrutura



3º lugar: Mobiliário



Como resumo das respostas dos questionários, têm-se os seguintes resultados:

- Houve um equilíbrio quantitativo de público sendo que as mulheres representam a maioria, com a predominância de faixa etária entre 30 e 40 anos. A maioria dos participantes do questionário reside em João Pessoa (82%), proveniente de 7 bairros da capital, sendo 4 litorâneos dos quais, 37% residem no bairro Jardim Oceania. O público de 60% possui, majoritariamente, o grau de instrução superior, o que nos leva a compreender, juntamente com os dados anteriores, que o perfil de usuário que frequenta o espaço revela-se pertencer a uma classe social que permeia entre a classe média e alta;

- Em relação à **familiaridade com o local e com o mobiliário**, a maioria dos entrevistados visita o parque na busca por lazer (44,6%), num frequência que varia entre diariamente (15,2%) e semanal (57,6%), acompanhados da família (60,5%), preferencialmente, e chegam a permanecer em média entre 2 e 3 horas no local (45,5%). Esse dado nos traz a reflexão de que o parque oferece condições ou atrativos que despertam o interesse do usuário em permanecer no local por um longo período de tempo. Alguns usuários consideram, de forma equilibrada, que a natureza (29,4%), a infraestrutura (21,2%) e as pessoas (23,5%) são os aspectos que mais gostam no ELP.

- Na **avaliação do mobiliário**, tem-se que o mobiliário é utilizado por 60% das pessoas, sendo o banco o objeto que possui maior representação (44,7%), de acordo com os entrevistados, seguido dos brinquedos do *playground* (17,9%), a quadra e as casinhas de madeira (ambos com 14,3%), e os demais se diluem em índices menores que variam entre 2,6% (parcão, academia, mobiliário acessível, trem, arvorismo, geladeira), 5,3% (mesas, balanço, gangorra) e 7,9% (lixeiras). Dos entrevistados, 73,3% afirmaram que algum mobiliário chama a atenção, sendo o do *playground* (17,9%) o mais citado, seguido da quadra e casinhas (ambos com 14,3%) e 41,4% destacaram que a função é o item mais atrativo desse mobiliário. Com relação à reclamação, 63,6% das pessoas apontaram alguma crítica, elencadas em demandas, falta de conforto e de manutenção, no qual a falta de banheiro público foi a crítica mais abordada pelos entrevistados (21,1%).

- As questões de **participação do usuário em atividades sociais** no espaço revelaram a seguinte realidade: 100% dos entrevistados gostariam de ver atividades sociais ocorrendo, como eventos coletivos de ginástica (50%). Destes entrevistados, apenas 23,5% participam de atividades sociais ou da organização do espaço, sendo o plantio de mudas o mais revelado. Apesar da vontade em querer ver ocorrendo, apenas 21,4% tem interesse em participar, e que mesmo que não houvesse mobiliário no espaço, ainda assim, 51,5% de pessoas se sentiriam

motivados a participar. A liderança em atividades sociais revela um dado de que 93,7% dos entrevistados não lideram e 61,3% se sentem motivados a conduzir.

- Em relação à **percepção do usuário** com o espaço, dentre os itens colocados no questionário para avaliação, o que obteve uma maior avaliação dada como “Ótimo” foi o público, seguido dos acessos como “Bom”, o mobiliário foi avaliado como “Regular” e também como “Ruim” e a limpeza foi o item de pior avaliação, como “Péssimo”. Desses itens, o que foi classificado como sendo o de maior importância, na ordem de 1 a 7, nesse espaço é a segurança, seguido da infraestrutura. O mobiliário aparece na terceira colocação nesta ordem de prioridade, ficando à frente de itens tidos como fundamentais à vitalidade e a condição de uso do espaço. Assim, verifica-se que esse dado seja um reflexo do próprio diagnóstico de usos do local, tendo em vista que o mobiliário tem uma boa representatividade na diversidade de usos simultâneos do parque.

4.4.3. Tabela de Pontuação do Usuário

Tabela 03: Tabela de Pontuação – Dimensão Usuário

Pontuação – Dimensão Usuário				
Conceito de 'Provido para pontuação de 1 a 5: 1 – desprovido; 2-pouco provido; 3 – provido moderado, 4 – muito provido, 5 – provido excelente; NAS – Não se aplica.				
Indicadores	Itens	Pontos de 1 a 5	Porcentual da dimensão	
Mapa comportamental (30%)	Ações geradas por ELP por objeto relacional (mobiliário) identificado	4		
Subtotal Mapa (pontuação máxima: 5)		4	24%	
Vestígios ambientais Registro fotográfico (30%)	Ausência de lixo/ latrinália	4		
	Ausência de pichações	4		
	Ausência de depredações	2		
Subtotal Vestígios (pontuação máxima: 15)		10	20%	
Pertencimento (40%)	Empatia (Entrevistas) (8%)	Familiaridade ao ELP	4	
		Vínculo sentimental ao ELP	4	
		Familiaridade ao mobiliário estudado	5	
		Avaliação positiva no ELP (mesmo com críticas)	5	
		Avaliação positiva do mobiliário estudado	3	
	Subtotal Empatia (pontuação máxima: 30)		21	5,6%
	Sociabilização (8%)	Entrevistas Quando o usuário percebe, é receptivo e aceita as atividades sociais existentes no ELP e no entorno do mobiliário	5	
		Observação		

		Quando o pesquisador percebe usuários em atividades sociais no espaço, no mobiliário e nas suas proximidades.	4	
		Subtotal Sociabilização (pontuação máxima: 10)	9	7,2%
	Cooperação (12%)	Entrevistas Quando o usuário é participativo em atividades sociais e de ativação (prática de esportes em grupo, apresentações musicais, teatro, etc) do ELP em questão.	3	
		Observação Quando o pesquisador nota que existem usuários participativos em atividades sociais e para ativação (prática de esportes em grupo, apresentações musicais, teatro, etc) do ELP em questão.	3	
		Subtotal Cooperação (pontuação máxima: 10)	6	7,2%
	Iniciativa (12%)	Entrevistas Quando o usuário é engajado em atividades de liderança no ELP estudado, em prol da comunidade (benfeitorias) e em	2	

		prol do Meio Ambiente		
		Observação Quando o pesquisador nota engajamento em prol da comunidade (benfeitorias) e em prol do Meio Ambiente	4	
		Subtotal Iniciativa (pontuação máxima: 10)	6	7,2%
		Subtotal Pertencimento (pontuação máxima: 60)	42	28%
		PONTUAÇÃO TOTAL DA DIMENSÃO		
		Pontuação máxima: 80, corresponde a 100%	56	70%

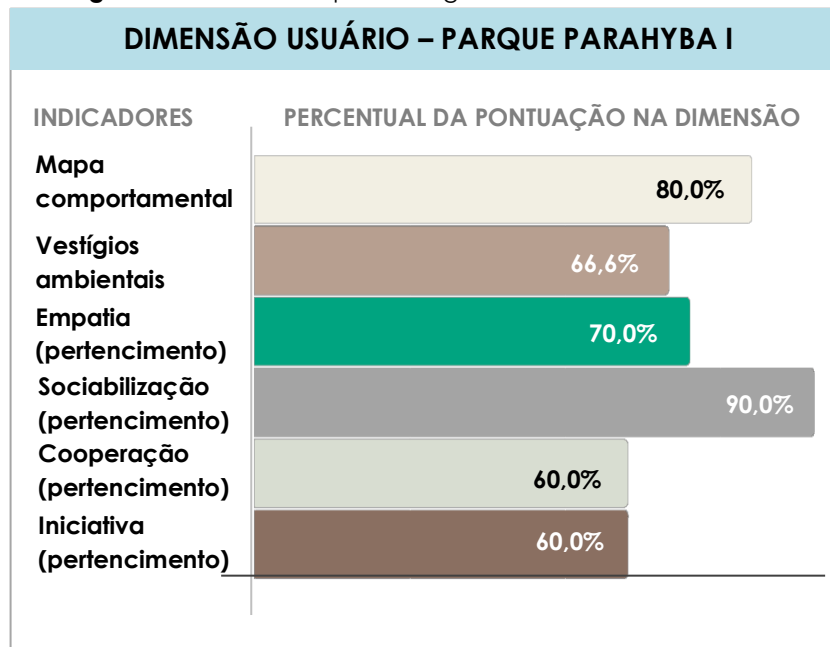
Fonte: BRITO (2019), p. 377

O gráfico da Figura 87 aponta para um bom índice de presença de pessoas nos mapas comportamentais. Em relação aos vestígios ambientais, apesar do espaço demonstrar uma boa qualidade de limpeza, o item de "ausência de depredações" registra uma pontuação baixa, tendo em vista algumas ações de usuários de natureza destrutiva, como furto de tampas de lixeiras e, em épocas festivas, soltam bombas dentro do mobiliário.

Em relação aos itens de pertencimento, o de maior pontuação foi o índice de sociabilização, obtendo 9 de no máximo 10 pontos. Isso se deve à densidade de usos e de variedade de objetos e funções no espaço, que atrai um contingente significativo de pessoas para a realização de várias atividades simultaneamente. Os itens que registraram menor pontuação foram a Cooperação e

Iniciativa, com base nas respostas do quesito 11 do questionário, onde se verificou que há pouca disponibilidade e intenções de liderar ações em prol do meio ambiente e cuidado com o espaço.

Figura 87: Gráfico das porcentagens – Dimensão Usuário



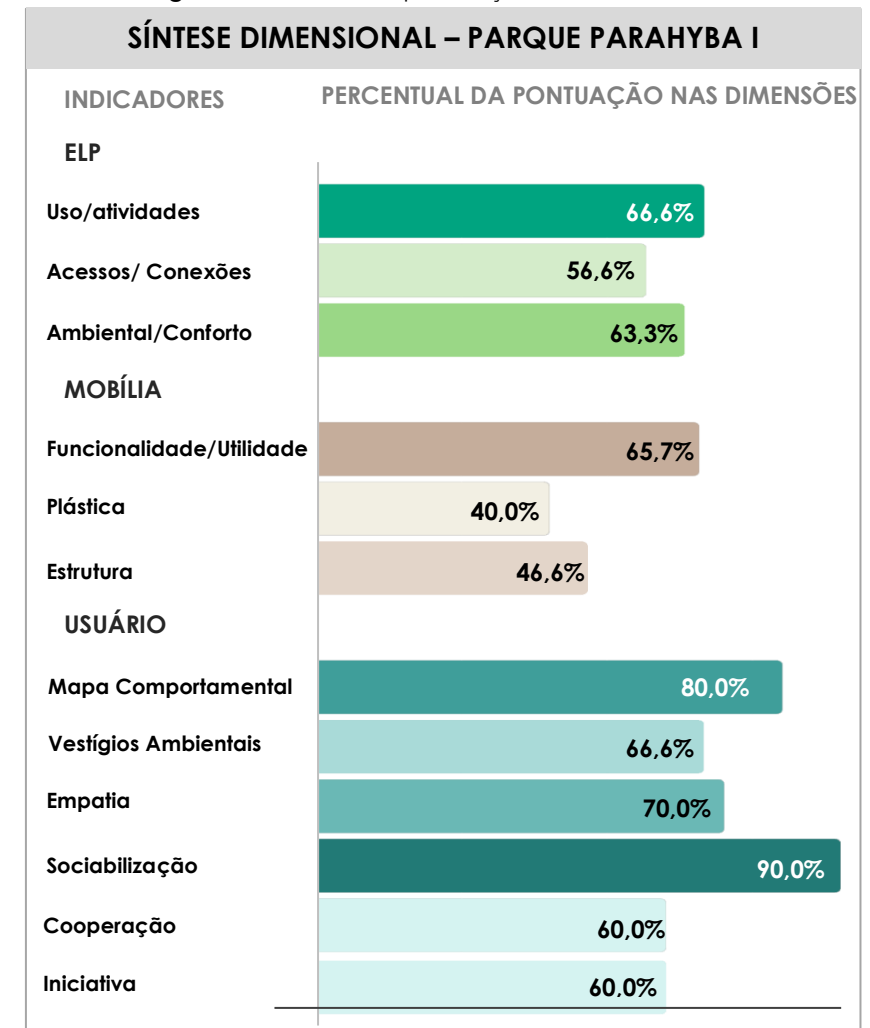
Fonte: Elaborado pela autora (2019)

4.5. Síntese Dimensional

Com o suporte do gráfico dos resultados das pontuações dos itens nas dimensões mostradas coletivamente (Figura 88), é possível termos uma reflexão global do índice e da

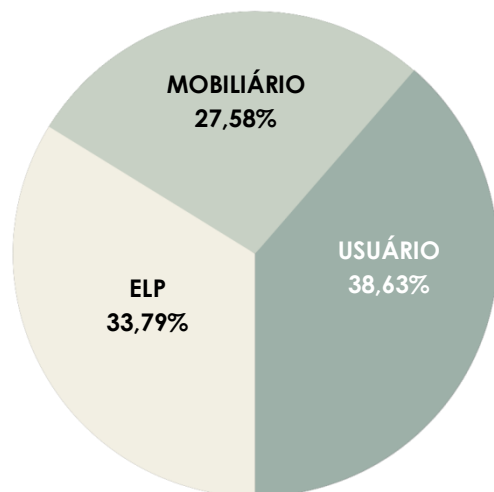
dimensão que atua no parque de maneira mais propensa a despertar a sua vitalidade.

Figura 88: Gráfico da pontuação das três dimensões



Fonte: Elaborado pela autora (2019)

Figura 89: Gráfico de participação de cada dimensão no cenário estudado – Parque Parahyba I



Fonte: Elaborado pela autora (2019)

O gráfico anterior (Figura 89), em pizza, ilustra de forma global a participação de cada dimensão estudada na vitalidade do espaço em questão.

A **Dimensão ELP** apresenta um resultado equilibrado em relação às demais dimensões por ter alcançado uma média próxima a 33,3% que resultaria numa divisão proporcional e equilibrada. Assim, conclui-se que, apesar de não ter sido o de maior domínio no cenário estudado, dado a fraqueza do índice “Acessos/Conexões”, verifica-se que há uma boa pontuação dos índices de Uso/Atividades, pela oferta de objetos e dinâmicas de uso do parque, e “Ambiental/Conforto” pelo bom provimento

de áreas verdes, vegetação e amenização do microclima da área, promovendo maior conforto ambiental.

A **Dimensão Mobiliário**, apesar do panorama, apresenta resultados satisfatórios em relação ao índice de “Funcionalidade”, porém não suficiente para ter uma representação dominante na síntese dimensional, tendo o exposto de que a “Estrutura” e a “Plástica” foram os índices de menor pontuação no panorama da dimensão, com resultados inferiores a 50%. Apesar da negativa, a falta de plasticidade e estrutura que condicione o uso ergonômico e gere maior atratividade para a utilização, verificou-se, principalmente através das respostas dos questionários, que esses fatores não são um impedimento para o uso.

A **Dimensão Usuário**, notadamente, é a que apresenta uma maior representatividade na ativação do Parque Parahyba I. A questão relacionada à densidade de pessoas, com o índice “Mapa Comportamental”, alcançou um percentual de 80%, reforçando o que Jacobs (2000) aponta sobre a influência causada pela presença de pessoas nos ELP's, que atrai outras pessoas e novas dinâmicas de uso. O parâmetro de maior pontuação corresponde ao item “Sociabilização” que representa uma fração do índice “Pertencimento”. Notadamente, em relação aos outros itens de “Pertencimento”, o resultado de 90% denota um contraste nos itens de menor pontuação (Cooperação e Iniciativa,

ambas com 60%) nessa dimensão em função das respostas obtidas nos questionários e resultam na realidade em que os usuários se mostram satisfeitos e gostam (ou gostariam) de ver atividades sociais acontecendo no parque, mas poucos se interessam em participar ou liderar alguma atividade social de organização do espaço ou em *prol* do meio ambiente. Ainda assim, o resultado alcançado no índice “Cooperação e Iniciativa” (60% cada uma) constata uma realidade que configura em uma boa apropriação do espaço, seja em usos ou práticas que cooperam na sua utilização. Ainda que tenha sido verificado que a Dimensão que constitui o Mobiliário Urbano do parque não seja a de maior influência na ativação profunda desse espaço, foi observado que as práticas sociais geradas, principalmente por moradores do entorno através da construção de mobiliários - alguns desses mobiliários resultaram na “criação” de um setor de uso, a biblioteca - promovem uma apropriação singular, onde os usuários utilizam os mobiliários como um instrumento de apropriação do espaço, gerando locais desejados para uso específico.

5. Considerações finais



Na apreensão do comportamento da ativação do Parque Parahyba I, as entrevistas, tabelas de pontuação e as visitas *in loco* mostraram-se fundamentais para se averiguar o pretendido. Foi observado que, por se tratar de um local de área extensa com um entorno imediato que possui um uso majoritariamente residencial, multifamiliar, de gabarito variado, esse cenário sugere maneiras diferentes de aproveitamento deste ELP que, neste caso, alcança todos os níveis de ativação: circulação, permanência e pertencimento.

A diversidade de usos e de objetos nesse ELP demarca 9 setores distintos de uso e ocupação, dentre os quais destacamos em análises mais aprofundadas do método os que, notadamente, apresentam uma maior densidade de uso e pessoas: o Setor 1 (*Playground*) e o Setor 2 (Parque Inclusivo). Verificou-se ainda que estes são os setores que apresentam o maior número de objetos agrupados do parque, com funções variadas e direcionadas ao lazer infantil, mas que contam com o suporte de um mobiliário de apoio à permanência, como bancos, lixeiras e postes de iluminação.

De modo geral, esses setores alcançam picos de vitalidade durante a semana e em fins de semana, nos períodos do dia e da noite. Essas aglomerações se iniciam no Setor 1, no fim da tarde, quando o comércio ambulante, principalmente de brinquedos como “pula-pula”, começam a chegar no local para estabelecer o

seu “ponto” de comercialização. Por ser um setor que não dispõe de sombreamento pela falta de vegetação, o horário no fim da tarde, aliado à presença de ambulantes neste setor que dispõe de uma variedade funcional de mobiliário infantil, atrai usuários com idade de 1 a 75 anos, para contemplação, brincadeiras e passeios com animais domésticos. Simultaneamente, outros usuários, em maior ou menor proporção, se apresentam em outros setores ou circulando no perímetro do parque, praticando exercícios físicos.

Apesar do Setor 2 dispor de um mobiliário infantil, tal como o Setor 1, verifica-se que esse público concentra-se no Setor 1, no horário de pico, que varia das 16:00 às 20:00 horas. Porém, gradativamente e possivelmente atraídos pela proximidade com o Setor 1 e o suporte do mobiliário urbano, verifica-se que usuários adultos com animais de estimação chegam e permanecem no local por até 2 horas, utilizando bancos e lixeiras e se relacionando com outros usuários.

Curiosamente, essa dinâmica de uso acontece no sentido Norte do parque, frente aos condomínios verticais com alturas que chegam até 31 pavimentos. Com o suporte do questionário, verificou-se que boa parte dos usuários que frequentam esse setor não mora nesses condomínios, possivelmente porque oferecem espaço privativo de lazer, provavelmente tidos como preferíveis pelos que ali residem.

O sentido Sul do parque apresenta outro panorama. Por se tratar de uma variação menor de alturas das edificações, possivelmente, há uma relação mais intimista dos usuários com o espaço, uma vez que a maior parte dos que frequentam este lado do parque reside em frente ao espaço, em particular, os moradores do Condomínio Residencial Ipanema, que se apropriam de um setor de mesas e bancos, tal como uma calçada representa para uma casa modesta de uma cidade interior, promovendo eventos e cuidando da manutenção da vegetação existente. Também é possível verificar outras apropriações, como o “Bosque do Isaac” - criado por um morador da casa em frente a este “bosque”, demarcado por uma plaquinha, um banco e casas de passarinhos, todos construídos pelo morador que relatou, informalmente, ter construído esse espaço para “ninar” o filho -, e uma plantação de mudas de árvores de pequeno, médio e grande porte. Ainda não se sabe a procedência dos responsáveis, mas acredita-se que algum líder comunitário, que também articula ações socioespaciais no sentido Sul, tenha implantado uma “geladeiroteca” e construído, próximo a ela, bancos de concreto para favorecer um ambiente calmo e de contemplação para a leitura.

Tendo o exposto e com base nos resultados das tabelas de pontuação, conclui-se que o mobiliário urbano desses setores atua como um princípio para a vitalidade, sendo ela, protagonizada pelos usuários de outras localidades nos Setores 1 e Setor 2, que vão ao parque atraídos por

outras pessoas e, principalmente, pela diversidade de mobiliário e comércio do Setor 1. Assim, verificou-se que esses usuários se vinculam ao espaço numa ativação de circulação e permanência, pois a maioria justifica o fato de não morar nas proximidades e por isso dispõem de pouca possibilidade para engajamentos sociais.

Por outro lado, é possível observar a relação de comum urbano (HARVEY, 1992) no sentido Sul do parque por meio de mobilizações de limpeza, pequenas manutenções nos objetos, solicitações de melhoramentos, campanhas de preservação do espaço, plantação de mudas para amenização climática, construção de mobiliário ou maneiras de apropriações dos próprios moradores ou usuários que trabalham nas proximidades, denunciando o sentimento/ativação de pertencimento ao espaço. Assim, neste sentido do parque, pode-se considerar que o mobiliário urbano não define a ativação, mas atua como um instrumento de apropriação do espaço, estabelecendo uma relação de pertencimento.

Dado o exposto, conclui-se que nos principais setores de aglomerações de usuários do parque a percepção em comum de uma ativação intermediária de “Permanência”. Essa ativação é motivada pela demora dos usuários no ELP, que ressoa um ganho para o parque, sua vizinhança e usuários, pois a permanência de pessoas, de grupos sociais distintos, faixas etárias, etc. é salutar para fomentar o convívio e a interação social, uma vez que

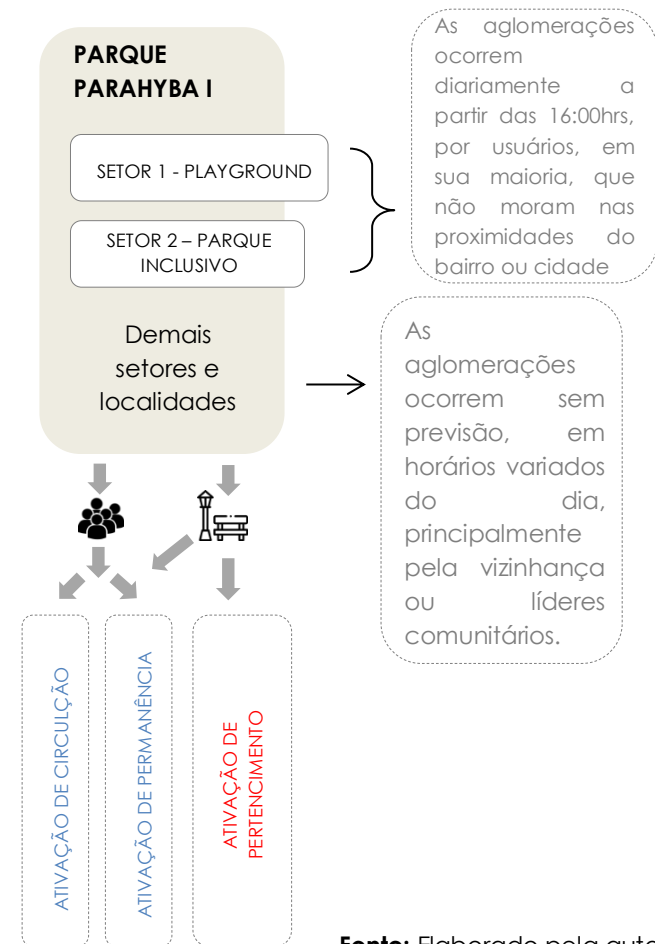
peças gostam de ver pessoas. Além disso, as permanências acarretam a “vigilância natural”, como posto por Jacobs (2000), quando há vigilância dos moradores de uma localidade em relação a comportamentos antissociais e socialmente repreensíveis, como atos de depredação ao espaço. Outro ponto, é que permanências, em muitos casos, proporcionam vitalidade urbana, como apontado por Santana (2016), sendo essencial que ocorra em ELP's.

Esse trabalho realça o desafio persistente que é tratar e recuperar os espaços livres públicos e, no caso de estudo, realça-se uma direção em que o espaço livre público ainda pode ser um domínio público, levando-se em conta os resultados alcançados aqui, no que se refere, notadamente à Sociabilização (PANERAI, 1994).

Diante dos resultados capturados, conclui-se que a metodologia utilizada apresentou-se como ferramenta adequada de análise, mas que ainda necessita ser replicada em outros estudos de caso, com tipologias e dinâmicas diferentes.

O diagrama a seguir (Figura 90), traz uma síntese dos achados e conclusões do estudo de caso, trazidos neste capítulo, apontando os dois setores de maior ativação do parque, com seus respectivos comportamentos de aglomeração de pessoas e os instrumentos utilizados para se alcançar os três tipos de ativação verificadas no ELP.

Figura 90: Diagrama das considerações finais



Fonte: Elaborado pela autora (2019)

6. Referências



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Wellington. **Cidade de João Pessoa: memória do tempo**. João Pessoa: Funesc, 2002.

ANTUNES, Bianca; SOBRAL, Laura. **Do público ao comum: Práticas colaborativas e o direito à cidade**. In: SILVEIRA, José Augusto Ribeiro da; Costa, Angelina Dias Leão; SILVA Milena Dutra da. *Espaços Livres Públicos: lugares e suas interfaces intraurbanas*. João Pessoa: AB Editora, 2016, 320 p.

BARCELLOS, Vicente. **Os Parques como Espaços Livres Públicos de Lazer: o caso de Brasília**. Tese de Doutorado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo. São Paulo, 1999.

BRITO, Ana Laura Rosas. **A pequena escala e a cidade: o mobiliário na ativação dos espaços livres públicos**. Tese de Doutorado. Programa de pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa: 2019.

BURDETT, Ricky. **Pensar a cidade para construir a cidade**. In: ROSA, Marcos L (Org). *Microplanejamento Planejamento: Práticas Urbanas Criativas*. São Paulo: Editora de Cultura, 2011, 232 p.

COSTA, Higor Ribeiro da. **Forma Urbs Cidade de Conde: um diagnóstico estratégico**. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2017.

DANTAS, Daniel David Fernandes. **Os vazios urbanos da cidade de João Pessoa**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso em Geografia. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2018.

GEHL, Jan. **Cidade para Pessoas**. São Paulo: Perspectiva, 2013.

GOMES, Paulo César da Costa. **A condição urbana. Ensaios de geopolítica da cidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

GUEDES, Kaline Abrantes. **O ouro branco abre caminhos: O algodão e a modernização do espaço urbano na Cidade da Parahyba (1850 -1924)**. 2006. Dissertação (mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Norte – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2006.

FARIA, Alexandre Brito de. **Avaliação das condições de uso e ocupação do Parque Parahyba – João Pessoa/PB**. Dissertação (mestrado). Universidade Federal da Paraíba –

Programa Regional de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente. João Pessoa, 2015.

FARRET, Ricardo L. **Impactos das intervenções no sistema de transportes sobre a estrutura urbana**. Brasília: EBTU, 1984.

FERRARI, Celson. **Dicionário de Urbanismo**. São Paulo: Disal, 2004.

FERREIRA, Ronald Belo. **Urbanismo de exceção**. Tese de doutorado. Programa de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. Universidade de Brasília. Brasília: 2012. Disponível em <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/11016>>. Acesso em 01/07/2019.

FRIEDRICH, Daniela. **O Parque linear como instrumento de planejamento e gestão das áreas de fundo de vales urbanos**. 2007. Dissertação (mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Arquitetura – Programa de pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional. Porto Alegre, 2007.

FURTADO, Gabriela Silva. **Ativação Urbana em Espaços Residuais**. 2016. 129 p. Monografia (Curso de Arquitetura e Urbanismo) – Centro Universitário Moura Lacerda, Ribeirão Preto, 2016.

HARVEY, David. **A Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

HEHL, Rainer. **A convergência de micro e macroatratores rumo a redes multiescalares para intervenções urbanas**. In: ROSA, Marcos L (Org). Microplanejamento Planejamento: Práticas Urbanas Criativas. São Paulo: Editora de Cultura, 2011, 232 p.

IIDA, Itiro. **Ergonomia: Projeto e Produção**. 2 ed. São Paulo: Edgar Bluncher, 1990.

JACOBS, Jane. **Morte e Vida das grandes cidades americanas**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

KASSENBERG, Hans et al. (Orgs). **A cidade ao nível dos olhos**. Porto Alegre: EdUPUCRS, 2015.

LAMAS, José M.R.G. **Morfologia Urbana e Desenho da Cidade**. Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.

LERNER, Jaime. **Acupuntura Urbana**. São Paulo: Record, 2003.

LIMA, Verônica Maria Fernandes de; MEDEIROS Viviane Gomes. **Os sistemas de Espaços Livres e a urbanidade: um estudo sobre as formas de ocupação dos espaços livres na cidade de Natal**. In: SILVEIRA, José Augusto Ribeiro da; Costa, Angelina Dias Leão; SILVA Milena Dutra da. Espaços

Livres Públicos: lugares e suas interfaces intraurbanas. João Pessoa: AB Editora, 2016, 320 p.

LYNCH, Kevin. **A boa forma urbana**. Lisboa: Edições 70, 2012.

MARX, Murillo. **Cidade brasileira**. São Paulo: EDUSP/ Melhoramentos, 1980.

MESQUITA, Liana de Barros; SÁ CARNEIRO, Ana Rita. **Espaços Livres do Recife**. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2000.

MINDA, Jorge Eduardo Calderón. **Os espaços livres públicos e o contexto local: o caso da Praça Principal de Pitalito – Huila – Colômbia**. 2009. Dissertação (mestrado). Universidade de Brasília. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. Brasília, 2009.

MONTENEGRO, Glielson Nepomuceno. **A produção do mobiliário urbano em espaços públicos: O Desenho do Mobiliário Urbano nos Projetos de Reordenamento das Orlas do Rio Grande do Norte**. 2005. Dissertação (mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. Natal, 2005.

PANERAL, Phillippe. **O retorno à cidade – O espaço público como desafio do projeto urbano**. Revista Projeto, abr. 1994.

PANERO, Julius; ZELNIK, Martin. **Dimensionamento humano para espaços interiores: um livro de consulta e referência para projetos**. Barcelona: Editora Gustavo Gili, 2002.

RIBEIRO et. al. **Sistemas de áreas verdes e lazer urbano – aspectos históricos, espaciais e sociais: o caso da cidade de João Pessoa – PB**. In: BENINI, Sandra Medina; ROSIN, Jeane Aparecida Rombi de Godoy (ORGs). Estudos Urbanos: uma abordagem interdisciplinar da cidade contemporânea. Tupã: ANAP Editora, 2016, 360 p.

SANTANA, Trícia Caroline da Silva; ELALI, Gleice Azambuja. **Vitalidade urbana em praças públicas: Um debate com base na percepção dos usuários de praças de Natal – RN**. In: SILVEIRA, José Augusto Ribeiro da; Costa, Angelina Dias Leão; SILVA Milena Dutra da. **Espaços Livres Públicos: lugares e suas interfaces intraurbanas**. João Pessoa: AB Editora, 2016, 320 p.

SARMENTO, Marcela Fernandes. **O processo de ocupação urbana de um setor litorâneo de uma capital brasileira: o caso do Bessa em João Pessoa-PB**. 2012. Dissertação (mestrado). Universidade Federal da Paraíba. Programa de Pós-graduação em Engenharia Urbana e Ambiental. João Pessoa, 2012.

SILVA, Aline Martins da. **Atratividade e dinâmica de apropriação de espaços públicos para o lazer e turismo.** Dissertação (Planejamento Urbano e Regional). Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional-UFRS. 2009.

TERRAZA, Horácio. **De ciudades emergentes a ciudades sostenibles: Comprendiendo y Proyectando las metrópolis del Siglo XXI.** Chile: BID – Banco Interamericano de Desarrollo/ Escuela de Arquitectura Universidad Católica de Chile. 2016. Disponível em: <<https://publications.iadb.org/handle/11319/8150>>. Acesso em 30/06/2019.

VIEIRA, Vanessa Ximenes Mendes. **Requalificação do Sistema de Espaços Livres Públicos do Parque Grajaú.** 2018. 59 f. Trabalho de Conclusão de Curso, Centro Universitário SENAC, São Paulo, 2018.

WHYTE, William H. **The social life of small urban spaces.** Nova York: Project for Public Spaces, 2009.

REFERÊNCIAS ELETRÔNICAS

CERQUEIRA, Wagner de. **Mapas Temáticos.** Disponível em <<https://mundoeducacao.bol.uol.com.br/geografia/mapa-s-tematicos.htm>>, acesso em 08/09/2019.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Área territorial de João Pessoa.** Acesso em <<https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/15761-areas-dos-municipios.html?c=2507507&t=acesso-ao-produto>>, acesso em 12/08/2019.

KOURY, Rafael. **Considerações sobre a boa cidade.** 15/04/2015. Disponível em <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/15.179/5520>>, acesso em 26/09/2019.

MACEDO, Silvio Soares. Espaços Livres. In Paisagem Ambiente Ensaios. São Paulo, 1995. Disponível em <<https://www.revistas.usp.br/paam/article/download/133811/129684>>, acesso em 25/09/2019.

PPS. **What's Place making?** . Draft. 2018. Disponível em <<https://www.pps.org/wp-content/uploads/2012/09/PPS-Placemaking-and-the-Future-of-Cities.pdf>>, acesso em 08/09/2019.

SILVA, G. J. A. da; ROMERO, M.A. Bustos. **O urbanismo sustentável no Brasil:** a revisão de conceitos urbanos para o século XXI (Parte 02). 11/02/2011. Disponível em <<https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/11.129/3499>>, acesso em 08/09/2019.

ANEXO 01 – TCLE

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) Senhor (a),

Esta pesquisa é um estudo sobre **O mobiliário urbano na requalificação dos espaços livres públicos**, e está sendo desenvolvida pela pesquisadora Ana Laura Rosas Brito, aluna da Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Paraíba, com orientação do Prof. Dr. José Augusto Ribeiro. Essa pesquisa segue todas as prerrogativas da Resolução 466/1 que trata de regularizar a pesquisa com seres humanos, do Conselho Nacional de Saúde, Ministério da Saúde do Governo Federal, para mais informações: http://conselho.saude.gov.br/ultimas_noticias/2013/06_jun_14_publicada_resolucao.html

O objetivo geral dessa pesquisa é descobrir quão profunda pode ser a ativação de um espaço público mediante o uso de mobiliário urbano. Os objetivos específicos são:

O.S.1. Descobrir a relação entre o mobiliário singular e os níveis de ativações em um espaço público;

O.S.3. Investigar se há aspectos do mobiliário que influenciam na ativação de um espaço público;

O.S.4 Investigar se as características do entorno (infraestruturas) influenciam ativações mais profundas.

A finalidade deste trabalho é contribuir com teoria acerca do uso de mobiliário na ativação de espaços públicos e para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

A sua participação nessa pesquisa é importante pois fornecerá informações sobre a opinião do usuário de espaços públicos.

Solicitamos a sua colaboração para a entrevista, como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em artigos científicos e, por ocasião, seu nome será mantido em sigilo. Informamos que essa pesquisa não oferece risco algum para a sua saúde.

Sua participação é voluntária e, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações solicitadas pela Pesquisadora. Caso decida não participar do estudo, ou resolver desistir do mesmo a qualquer momento, poderá fazer sem nenhum ônus à sua pessoa.

A pesquisadora estará a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Diante do exposto, o(a) senhor(a) declara que foi devidamente esclarecido(a) e consente participar da pesquisa.

digital	OBSERVAÇÃO:	Assinatura do Participante da Pesquisa.
	Se analfabeto (a), usar o espaço para impressão dactiloscópica, ao lado.	

Para maiores informações:

Contato da Pesquisadora Responsável: Ana Laura ou José Augusto R. Silveira. LABORATÓRIO DO AMBIENTE URBANO E EDIFICADO - LAURBE/UFPB: (83) 3216-7913.

Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba. Campus I - Cidade Universitária - 1o Andar - CEP 58051-900 - João Pessoa/PB (83) 3216-7791 - E-mail: eticaccsufpb@hotmail.com

Atenciosamente,

Assinatura do Pesquisador Responsável

Obs.: O sujeito da pesquisa e o pesquisador responsável deverão ter suas assinaturas na folha do TCLE.

UFPB - CENTRO DE CIÊNCIAS
DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA



Continuação do Parecer: 2.509.266

Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Plataforma_dez2017.pdf	10:50:39	FREITAS ROSAS BRITO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura	TESE_Plataforma_dez2017.pdf	05/12/2017 10:31:08	ANA LAURA DE FREITAS ROSAS BRITO	Aceito
Investigador				
Folha de Rosto	folhaRostoComCarimboNova.pdf	24/11/2017 12:12:11	ANA LAURA DE FREITAS ROSAS BRITO	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	certidao_aprova_proj_pesquisa_Brito.pdf	27/09/2017 23:22:24	ANA LAURA DE FREITAS ROSAS BRITO	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

JOAO PESSOA, 23 de Fevereiro de 2018

Assinado por:
Eliane Marques Duarte de Sousa
(Coordenador)

Endereço: UNIVERSITARIO S/N
Bairro: CASTELO BRANCO CEP: 58.051-900
UF: PB Município: JOAO PESSOA
Telefone: (83)3216-7791 Fax: (83)3216-7791 E-mail: eticaccsufpb@hotmail.com

ANEXO 02 – PARECER DE APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA

UFPB - CENTRO DE CIÊNCIAS
DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA



Continuação do Parecer: 2.509.266

- Descobrir quais os níveis de ativações que podem ser gerados em um espaço livre público por um mobiliário;
- Investigar se há diferentes aspectos dos mobiliários urbanos, tais como categorias, arranjos, ou aspectos do Design/Projeto (cores, materiais, estruturas, ergonômias, e conforto) que podem influenciar na ativação de um espaço público de maneiras diferentes, ou seja, acionando apenas alguns níveis de ativações;
- Investigar se há categorias de Espaços Livres Públicos (rua, orla, parque, praça), morfologias urbanas ou infraestruturas disponíveis associados à presença do mobiliário estudado que proporcionam um nível mais profundo de ativação do espaço urbano.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

A pesquisa, na parte que compreende a entrevista com os usuários, não apresenta risco algum para esses. Tendo em vista a entrevista através de questionário semi-estruturado, não oferecer risco à vida, saúde física ou psicológica do participante. O questionário possui partes claras quanto às informações que se deseja coletar, que tratam sobre caracterização social do usuário (idade, sexo, ocupação, bairro de residência, grau de instrução); relação com o ELP estudado e avaliação do ELP estudado (frequência de uso do espaço público analisado, tempo de permanência no local, se gosta do espaço e o que gosta no espaço), relação e avaliação do mobiliário estudado (Se gosta em específico de algum mobiliário do local, o que mais chama atenção no objeto (cores/forma, função, conforto), se há críticas a fazer ao objeto). Envolvimento com atividades sociais no espaço: (se gosta de ver movimentação social no espaço em questão; se participa de atividades sociais ou de organização/manutenção do espaço; se sente motivado a participar de atividade social ou de organização do espaço; e se lidera atividade social ou de organização do espaço).

Benefícios:

Acredita-se que futuros benefícios surgirão com as contribuições dos resultados, e reflexões da pesquisa para a constante melhoria dos espaços públicos citadinos.

Endereço: UNIVERSITÁRIO S/N
Bairro: CASTELO BRANCO CEP: 58.051-900
UF: PB Município: JOÃO PESSOA
Telefone: (83)3216-7791 Fax: (83)3216-7791 E-mail: eticaccsufpb@hotmail.com

UFPB - CENTRO DE CIÊNCIAS
DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA



Continuação do Parecer: 2.509.266

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O presente projeto apresenta coerência científica, mostrando relevância para a academia, haja vista a ampliação do conhecimento, onde se busca, principalmente, promover a descoberta de quão profunda pode ser a ativação de um espaço público mediante o uso de mobiliário urbano, estabelecendo assim uma contribuição teórica crítica em relação ao potencial do uso de mobiliários urbanos nos espaços livres públicos intraurbanos.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os Termos de Apresentação Obrigatória foram anexados tempestivamente.

Recomendações:

RECOMENDAMOS QUE AO TÉRMINO DO ESTUDO, A PESQUISADORA RESPONSÁVEL ENCAMINHE AO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DO CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, RELATÓRIO FINAL EM PDF, DOCUMENTO DEVOLUTIVO E PESQUISA NA ÍNTEGRA, VIA PLATAFORMA BRASIL, ATRAVÉS DE NOTIFICAÇÃO, PARA OBTENÇÃO DA CERTIDÃO

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Tendo em vista o cumprimento das pendências elencadas no parecer anterior, SOMOS DE PARECER FAVORÁVEL A EXECUÇÃO DO PRESENTE PROJETO, DA FORMA COMO SE APRESENTA.

Considerações Finais a critério do CEP:

Certifico que o Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba – CEP/CCS aprovou a execução do referido projeto de pesquisa.

Outrossim, informo que a autorização para posterior publicação fica condicionada à submissão do Relatório Final na Plataforma Brasil, via Notificação, para fins de apreciação e aprovação por este egrégio Comitê.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_997665.pdf	05/12/2017 11:07:25		Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA_Plataforma_dez2017.pdf	05/12/2017 10:55:28	ANA LAURA DE FREITAS ROSAS BRITO	Aceito
TCLE / Termos de	TCLE_Plataforma_dez2017.pdf	05/12/2017	ANA LAURA DE	Aceito

Endereço: UNIVERSITÁRIO S/N
Bairro: CASTELO BRANCO CEP: 58.051-900
UF: PB Município: JOÃO PESSOA
Telefone: (83)3216-7791 Fax: (83)3216-7791 E-mail: eticaccsufpb@hotmail.com

ANEXO 03 – QUESTIONÁRIO SEMIESTRUTURADO

Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Paraíba.

 		Pesquisa: O mobiliário urbano na requalificação dos espaços públicos.
Questionário - Abril/2018.		
Obrigado pela sua participação!		
Questionário nº: _____ Local: _____ Hora: _____ Data: _____ Entrevistador: _____		
INFORMAÇÕES: > NECESSITAMOS APENAS QUE VOCÊ FORNEÇA UM NOME PARA IDENTIFICAÇÃO DA FICHA _____ > ESTAMOS COMPROMETIDOS COM A CONFIDENCIALIDADE DAS SUAS INFORMAÇÕES, USANDO-AS PARA A PESQUISA ACIMA ESPECIFICADA NO AMBIENTE ACADÊMICO. > ESSA PESQUISA É DESENVOLVIDA NO ÂMBITO DO LABORATÓRIO DO AMBIENTE URBANO E EDIFICADO - LAURBE/UFPB: (83) 3216-7913. http://www.ct.ufpb.br/ct/contents/paginas/laboratorios		
A. Idade: _____ anos. B. () Feminino. () Masculino. C. Ocupação: _____ D. Residente na cidade? () Sim. () Não. 4.a. Se residente, de qual bairro? _____ 4.b. Se visitante, de qual cidade? _____ E. Qual seu grau de instrução? () Nenhum. () Fundamental. () Médio/Técnico. () Superior.	8. Você usa/usaria o mobiliário urbano daqui? (ex: lixeiras, assentos, equipamento de ginástica etc.) () Nunca. () Às vezes. () Sempre. 8.a. Se sim, qual usa mais? _____ 9. Algum mobiliário lhe chama mais a atenção? (ex: assento, letreiro, escultura, luminária, lixeira, equipamento de ginástica, playground infantil, etc.) () Sim. () Não. 9.a. Se sim, qual? _____ 9. b. Se sim, o que mais lhe chama atenção nesse objeto? () Forma [cores, dimensões]. () Função. () Conforto. Outro: _____ 10. Você tem alguma reclamação para fazer em relação à algum mobiliário daqui? () Sim. () Não. 10.a. Se sim, qual seria o(s) objeto(s)? _____ 10.b. Se sim, qual seria a crítica? _____ 11. Você GOSTA/GOSTARIA de ver atividades sociais e de organização realizadas nesse local? (ex: lanches comunitários, eventos coletivos de ginástica, festas, mutirões de manutenção e preservação) () Sim. () Não. 11.a. Se sim, qual? _____ 12. Você PARTICIPA de alguma atividade social ou de organização no espaço em questão? () Sim. () Não. 12.a. Se sim, qual? _____ 12.b. Se não, qual seu nível de interesse em participar? () Nenhum. () Pouco. () Muito. 12.c. Se os mobiliários daqui NÃO existissem, você estaria motivado(a) em participar? () Sim. () Não. 13. Você LIDERA alguma atividade social, de organização ou em prol do meio ambiente nesse espaço público? () Sim. () Não. 13.a. Se não, você teria interesse em liderar? () Nenhum. () Pouco. () Muito.	
1. Qual a primeira coisa que vem em sua mente quando pensa nesse espaço público? _____ 2. O que traz você a esse espaço público? (pode marcar mais de uma opção) () Passagem (ex: fica na rota para ir ao trabalho). () Circulação (ex: opção para rota de caminhadas e/ou contemplação). () Lazer, atividades sociais/ evento religioso. () Atividades físicas. () Trabalho na região. 3. Com que frequência vem a esse lugar? () 1ª vez no local. () Raramente. () 1 vez por mês. () A cada 15 dias. () Toda semana. 4. Você acha mais adequado vir a esse local: () Sem companhia(s). () Com amigo(s). () Com família. 5. Quanto tempo permanece/ permanecerá nesse lugar? () Até 15 min. () Até 30 min. () Até 1 hora. () Entre 2 e 3 horas. () Mais de 3 horas. 6. Você gosta desse espaço público da cidade? () Sim. () Não. () Indiferente. 7. Do que você gosta nesse lugar? (pode marcar mais de uma opção) () A natureza. () As pessoas. () Os objetos/mobiliário urbano (assentos, letreiros, esculturas, luminárias, lixeiras, quiosques etc.) () Infraestrutura (ciclovia, calçada, rua asfaltada etc.) () Comércio e serviços (lojas, restaurantes) () Outro: _____		

14. Percepção do espaço público (marcar apenas uma opção para cada quesito)						15. Importância
Quesitos:	Péssimo	Ruim	Regular	Bom	Ótimo	
1. Infraestrutura						
2. Mobiliário Urbano						
3. Limpeza/ Saneamento						
4. Acessos ao local						
5. Paisagem natural, verdes						
6. Segurança						
7. Público que frequenta						

Observação Questão 15. Na última coluna da tabela acima, numere a importância de cada quesito acima, para você frequentar esse lugar. Use 1 para o mais importante e 7 para o menos importante.